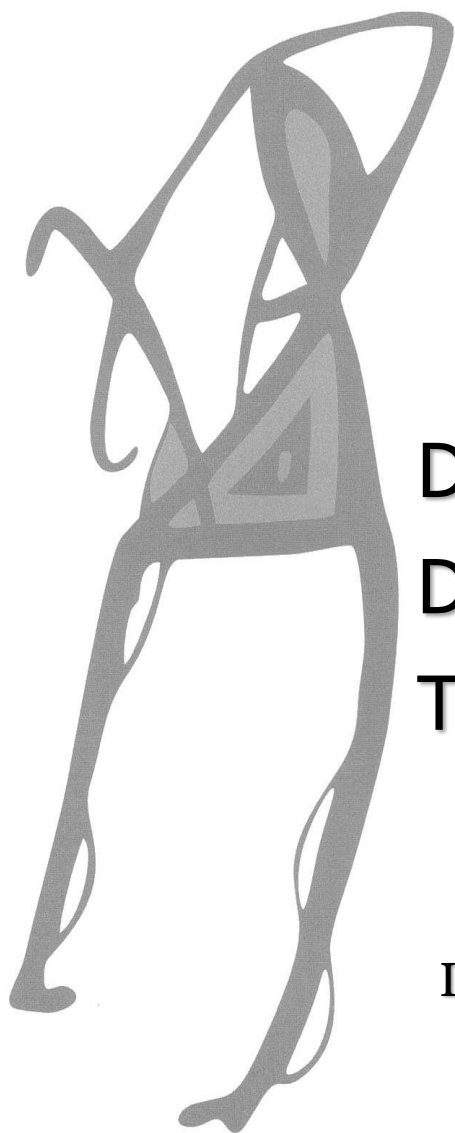


# Margens

Versão Digital - ISSN:1982-5374

Vol. 13. N. 20 Jun/2019

Revista Interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Cidades,  
Territórios e Identidades – PPGCITI - Campus Universitário de  
Abaetetuba/Baixo Tocantins  
Universidade Federal do Pará



**Dossiê**

**Desenvolvimento**

**Territorial no Brasil**

**Editores do Dossiê**

**Francinei Bentes Tavares (UFPA)**

**Livio Sergio Dias Claudino (UFPA)**

**Margens**  
**Revista Interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Território e**  
**Identidades (PPGCITI) do Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo**  
**Tocantins/Universidade Federal do Pará**

**Revista Margens – Vol. 13. N. 20 – Jun 2019**

Emmanuel Zagury Tourinho	<i>Reitor da Universidade Federal do Pará</i>
Ana Aurea Barreto Maia	<i>Coordenadora do Campus de Abaetetuba</i>
Oswaldo dos Santos Barros	<i>Coordenador da DPPG</i>
Alexandre Augusto Cals e Souza	<i>Coordenador do PPGCITI</i>
Lívio Sergio Dias Claudino (UFPA)	<i>Editor-Chefe</i>
Francinei Bentes Tavares (UFPA)	<i>Editor Interno do Dossiê 20</i>
Lívio Sergio Dias Claudino (UFPA)	<i>Editor Interno do Dossiê 20</i>
Camila Aragão Mesquita de Souza	<i>Revisão Ortográfica e Normas</i>
Raimundo Hosana Negrão	<i>Editoração</i>

**Equipe Editorial Faculdade**

Benilton Cruz	<i>Faculdade de Ciências da Linguagem</i>
Dedival Brandão da Silva	<i>Faculdade de Educação e Ciências Sociais</i>
Jadson F. Garcia Gonçalves	<i>Faculdade de Educação e Ciências Sociais</i>
Joyce Otânia Seixas Ribeiro	<i>Faculdade de Educação e Ciências Sociais</i>
Vivian da Silva Lobato	<i>Faculdade de Educação e Ciências Sociais</i>
Mara Rita Duarte de Oliveira	<i>Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - ICEN-UNILAB</i>
Tiago Lemões	<i>Universidade Católica de Pelotas</i>

**Conselho Científico Área/Instituição**

Alex B. Fiúza de Mello	<i>Ciências Sociais/UFPA</i>
Antônio Otaviano V. Junior	<i>História/UFPA</i>
Bruno Pucci	<i>Educação/UNIMEP/Piracicaba</i>
Cristina Donza Cancela	<i>Antropologia/UFPA</i>
Divino J. da Silva	<i>Educação/UNESP/Presidente Prudente</i>
Eduardo Pellejero	<i>Filosofia/UFRN</i>
Eurípedes Funes	<i>História/UFC</i>
Flávio Bezerra Barros	<i>Biologia/UFPA</i>
Germana Maria Araújo Sales	<i>Letras/UFPA</i>
Gilmar P. da Silva	<i>Educação/UFPA</i>
Olgaíses Cabral Maués	<i>Educação/UFPA</i>
Olga Von Simson	<i>Ciências Sociais/ÚNICAMP</i>
Jaime Ginzburg	<i>Letras/USP</i>
Jorge Larrosa	<i>Universidad de Barcelona/Espanha</i>
Josenilda Maria Maués da Silva	<i>Educação/UFPA</i>
Kênia Rios	<i>História/UFC</i>
Ligia T. L. Simonian	<i>Antropologia/NAEA</i>
Mardônio Silva Guedes	<i>História/Arq. Pub. Ceará</i>
Márcio Danelon	<i>Filosofia/PUC/Campinas</i>
Mário José Henchen	<i>Educação/UFPA</i>
Maria dos Remédios de Brito	<i>Educação/UFPA</i>
Nilza Brito Ribeiro	<i>Letras/UNIFESSPA</i>
Pablo Esteban Rodriguez	<i>Universidad de Buenos Aires/Argentina</i>
Raimundo Nonato de O. Falabelo	<i>Educação/UFPA</i>
Rafael Chambonleyron	<i>História/UFPA</i>
Sandra Mara Corazza	<i>Educação/UFRGS</i>
Sinésio F. Bueno	<i>Educação/UNESP/Marília</i>
Sílvio Gallo	<i>Educação/UNESP/Campinas</i>
Tânia Sarmento-Pantoja	<i>Letras/UFPA</i>
Walter Omar Kohan	<i>Educação/UERJ</i>

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)  
Biblioteca Central/UFPA, Abaetetuba, PA

---

Margens – Revista Interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI) - Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins/UFPA – V. 13. N. 20 – Jun/2019 – Abaetetuba /PA: UFPA, 2019.

Semestral

Organizadores: Francinei Bentes Tavares & Livio Sergio Dias Claudino

Publicações em edições temáticas; V. 13. N. 20: Desenvolvimento Territorial no Brasil.

ISSN: 1982-5374

Periódicos brasileiros. I. Universidade Federal do Pará (Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins)

---

CDD:21 ed. 056.9

## SUMÁRIO

---

APRESENTAÇÃO ..... 06

### **DOSSIÊ: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL**

**1) ESPAÇOS DE GOVERNANÇA TERRITORIAL NA AMAZÔNIA: ANÁLISE SOBRE O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO BAIXO TOCANTINS – PARÁ**

Nayara Viana Ribeiro, Gessiane da Silva Paulino, Armando Lirio de Souza.....09

**2) TERRITÓRIO RURAL DE IDENTIDADE LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: O CARÁTER INOVADOR DE SUA CONSTITUIÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS**

Monique Medeiros, Ademir Antônio Cazella, Andréia Tecchio,.....24

**3) GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO RIO GRANDE DO SUL: DINÂMICAS NO CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DOS TERRITÓRIOS RURAIS LITORAL E CAMPOS DE CIMA DA SERRA**

Gabriela Coelho-de-Souza, Jenifer Dias Ramos, Andressa Ramos Teixeira, Natany M. Schreiber, Ricardo Silva Pereira Mello, Brizabel Rocha.....40

**4) INTERNET E AGRICULTURA FAMILIAR: ALGUMAS PERCEPÇÕES SOBRE AS MUDANÇAS NO MEIO RURAL**

Ariane Fernandes da Conceição, Sergio Schneider.....59

**5) PRODUÇÃO MATERIAL DE EXISTÊNCIA DE RIBEIRINHOS QUE VIVEM PRÓXIMO A ÁREAS URBANAS**

José Bittencourt da Silva, Cledinei Oliveira da Silva, Márcio Fernando Duarte Pinheiro, Raimundo Nonato Leite de Oliveira.....72

## ARTIGOS

### 1) SOB A LEI DO CÃO: O TRABALHO ESCRAVO NOS PRINCIPAIS CICLOS ECONÔMICOS DA AMAZÔNIA

Francisco Américo Martins Moraes.....92

### 2) GRILAGEM DE TERRAS E ASSASSINATOS: A REVOLTA CAMPONESA EM MOJU/PA NA DÉCADA DE 1980

Elias Diniz Sacramento.....104

### 3) OS MÊBÊNGÔKRE DE SÃO FÉLIX DO XINGU

Edson Freitas Gomes.....128

## RESENHA

### 1) REBELLO, F. K.; HOMMA, A. K. O. **História da colonização do nordeste paraense**: Uma reflexão para o futuro da Amazônia. Belém: Edufra, 2017.

Livio Sergio Dias Claudino.....144

### Dossiê Desenvolvimento Territorial no Brasil

A presente edição da *Revista Margens Interdisciplinar* conta com oito artigos, sendo cinco do Dossiê Desenvolvimento Territorial no Brasil e três de temas variados, além de uma resenha. O Dossiê teve por objetivo reunir textos que tratassem dos debates contemporâneos sobre desenvolvimento territorial em diferentes regiões do país, incluindo a perspectiva teórica, metodológica e suas diferentes aplicações e resultados já observados por meio de estudos de caso.

A edição é aberta com o texto *Espaços de governança territorial na Amazônia: análise sobre o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Baixo Tocantins – Pará*, de Armando Lirio de Souza, Gessiane da Silva Paulino e Nayara Viana Ribeiro, no qual os autores investigam os elementos de governança territorial no Conselho de Desenvolvimento Territorial do Baixo Tocantins, Estado do Pará, e suas implicações para o desencadeamento de processos de desenvolvimento territorial. Como principais resultados, mostram-nos que o referido é um espaço de governança mas ainda não conseguiu implantar novos processos desse desenvolvimento.

No segundo texto, *Território Rural de Identidade Litoral Norte do Rio Grande do Sul: o caráter inovador de sua constituição e seus desdobramentos*, de Ademir Antônio Cazella, Andréia Tecchio e Monique Medeiros, os autores analisam a constituição do Território Rural de Identidade Litoral Norte do Rio Grande do Sul, enfatizando a importância do caráter inovador das articulações sociotécnicas que a respaldaram, evidenciando que a constituição desse território irradia consequências para além da reprodução socioeconômica dos agricultores familiares, fortalecendo vínculos sociais e reconectando-os à natureza.

O terceiro texto, de Andressa Ramos Teixeira, Brizabel Rocha<sup>1</sup> (*in memoriam*), Gabriela Coelho-de-Souza, Jenifer Dias Ramos, Natany M. Schreiber, Ricardo Silva Pereira Mello e intitulado *Governança da política de desenvolvimento territorial no Rio Grande do Sul: dinâmicas no contexto socioambiental dos territórios rurais Litoral e Campos de Cima da Serra*, mostra-nos a perspectiva de evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) e seus desdobramentos, indicando que houve acúmulo de experiência de gestão na política territorial bastante diversificada, com ênfase na organização cooperativa do sistema de abastecimento de mercados institucionais e na inclusão da sociobiodiversidade.

O quarto texto, *Internet e agricultura familiar: algumas percepções sobre as mudanças no meio rural*, escrito por Ariane Fernandes da Conceição e Sergio Schneider, discute de que forma a Internet tende a influenciar os meios de vida dos agricultores familiares,

---

<sup>1</sup> Mestre em Cooperativismo. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

analisando as transformações no rural brasileiro pela repercussão da Web na cultura e no modo de vida no campo, através do processo de inovação e desenvolvimento tecnológico no rural, além de discutir os desafios para o desenvolvimento rural na perspectiva dos meios de comunicação social.

Fechando o Dossiê, no quinto texto, *Produção material de existência de ribeirinhos que vivem próximo a áreas urbanas*, de Cledinei Oliveira da Silva, José Bittencourt da Silva, Márcio Fernando Duarte Pinheiro e Raimundo Nonato Leite de Oliveira, os autores descrevem o modo como uma comunidade ribeirinha produz e reproduz suas condições de produção da vida material, concluindo que a realidade das famílias ribeirinhas se caracteriza pela multiplicidade de atividades laborais e pela racionalidade característica dos processos de produção e reprodução de base familiar.

O texto *Sob a lei do cão: o trabalho escravo nos principais ciclos econômicos da Amazônia*, de Francisco Américo Martins Moraes, abre a seção de Artigos Variados. O texto explora como ocorreu a introdução do trabalho escravo e sua consequente exploração de mentalidade colonialista na Amazônia, bem como a inter-relação entre os processos político, religioso e econômico, já a partir do fim da União Ibérica (1580-1640), no contexto dos principais ciclos econômicos, chegando até aos anos decisivos desses ciclos, durante a Segunda Guerra Mundial (1942-1945).

O sétimo artigo do número, *Grilagem de terras e assassinatos: a revolta camponesa em Moju/PA na década de 1980*, de Elias Diniz Sacramento, analisa os conflitos pela posse da terra que ocorreram no município de Moju, na década de 1980, e o que levou os camponeses da região do Jambuaçu a invadirem a cidade no início do ano de 1988, numa ação orquestrada que procurou dar um fim à violência desenfreada que ali ocorria.

O oitavo texto, de Edson Freitas Gomes, *Os Mëbêngôkre de São Félix do Xingu*, a partir de revisão de textos já publicados e relatos de falantes, apresenta-nos o processo de formação histórica dos Mëbengokre, localizados no Sul do Pará, entre os rios Xingu e Araguaia, indicando distinções linguísticas entre esses e outros grupos e algumas implicações do seu contato com as sociedades não indígenas.

Fechando o número, a resenha do livro *História da colonização do nordeste paraense: Uma reflexão para o futuro da Amazônia*, de Fabrício Rebello e Alfredo Homma, elaborada por Livio Sergio Dias Claudino, apresenta como ocorreu a evolução regional, desde uma perspectiva histórica, indicando também as perspectivas para o futuro da região, com base nos modelos de desenvolvimento adotados.

*Organizadores*

Francinei Bentes Tavares

Livio Sergio Dias Claudino



---

**DOSSIÊ: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL**



# ESPAÇOS DE GOVERNANÇA TERRITORIAL NA AMAZÔNIA: ANÁLISE SOBRE O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO BAIXO TOCANTINS – PARÁ

Nayara Viana **RIBEIRO**<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Gessiane da Silva **PAULINO**<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Armando Lirio de **SOUZA**<sup>3</sup>  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

**Resumo:** Este estudo teve por objetivo investigar elementos de Governança Territorial no Conselho de Desenvolvimento Territorial do Baixo Tocantins, Estado do Pará, e suas implicações para o desencadeamento de processos de Desenvolvimento Territorial. Para isso, realizou-se análise documental do primeiro Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Tocantins, além de participações em reuniões do conselho. Os resultados revelaram que o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Baixo Tocantins, no que tange à sua estrutura, consiste em um espaço de Governança Territorial na Amazônia, no entanto, verifica-se que essa nova Governança ainda não conseguiu implantar novos processos de Desenvolvimento Territorial.

**Palavras-chave:** Governança Territorial. Conselho de Desenvolvimento Territorial. Amazônia.

**Abstract:** This study aimed to investigate Territorial Governance elements in the Council of Territorial Development of the Lower Tocantins, Pará, and its implications for unleashing territorial development processes. For this, there was documentary analysis of the first territorial plan for sustainable rural development in the Lower Tocantins, as well as participation in board meetings. The results show that the Council of Territorial Development of the Lower Tocantins, in its structure in a Territorial Governance space in the Amazon, however, it appears that this new governance, has yet to deploy new territorial development processes.

**Keywords:** Territorial Governance. Council of Territorial Development. Amazon.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGE (UFPA).

<sup>2</sup> Graduanda da Faculdade de Ciências Econômicas – FACECON (UFPA).

<sup>3</sup> Docente da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia – FACECON/PPGE (UFPA).

## 1 Introdução

A descentralização político-administrativa ganhou força ao longo das últimas décadas no Brasil e na América Latina. Depois de anos de centralização, a lógica da descentralização político-administrativa vem constituindo uma nova percepção quanto à elaboração de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento. De acordo com Brandão (2007), o Brasil, ao longo do seu processo histórico de formação, passou, durante as décadas de 80 e 90, por diversas transformações, que levaram ao surgimento de novas formas de pensar e agir no campo das políticas públicas, especialmente aquelas destinadas à promoção do desenvolvimento. Tais políticas públicas, que eram caracterizadas pelo centralismo financeiro e decisório no plano federal, passaram a ser mais descentralizadas, ou seja, deixaram de ser formuladas de cima para baixo, com base no planejamento nacional, e passaram a se originar nos planos regional e local. Isso implica dizer que o enfoque sobre a dimensão territorial ou escala espacial para a concepção e implementação de políticas e programas de desenvolvimento passam, principalmente, para o plano local. Essa nova orientação toma como pressuposto a capacidade desses espaços de Governança Territorial para promover um processo de desenvolvimento autônomo e endógeno.

A abordagem territorial brasileira está alicerçada em três elementos fundamentais, conforme Silva (2013, p. 132):

i) a instituição do território rural ou de identidade criado a partir de elementos da identidade, seus limites, características geográficas, históricas, sociais, econômicas, políticas e institucionais comuns; ii) a constituição de uma nova institucionalidade que congregue as organizações da sociedade civil e as esferas do poder público, que é o Colegiado Territorial, o qual promove a gestão social do desenvolvimento territorial; e iii) o planejamento territorial, como manifestação da vontade e da visão de futuro do território, traduzida em plano, programas e projetos.

De acordo com Schneider (2004), uma análise mais detalhada mostra que o enfoque territorial é permeável às noções de governança (interação e regulação entre atores, instituições e Estado) e de concentração social ou coordenação de interesses de atores que transcorrem em um espaço determinado, o território. Tanto a governança como a participação passam a ser entendidas como de fundamental importância para determinar o novo papel das organizações e instituições locais.

A territorialização de políticas públicas compreende também o que se convencionou chamar de Governança Territorial, que supõe a adoção de “boas práticas” de governo que encerrariam o debate e a negociação entre diferentes atores e agentes do território, em vista da

definição de objetivos comuns e da construção de um projeto coletivo de desenvolvimento. Para Dallabrida (2011), o termo Governança Territorial pode ser definido como “as iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais”. Ou seja, é a capacidade dos atores sociais dos territórios de realizarem a gestão social, entendida como a gestão pública, não necessariamente governamental, assim como dos interesses sociais, compartilhando o poder de decisão entre o Estado e a sociedade civil.

Um dos aspectos fundamentais desse debate é analisar como essa nova Governança Territorial inova na perspectiva de criar condições para desencadear processos de desenvolvimento. Nesse sentido, entende-se governança não como uma substituição da ação do Estado, mas como um novo processo diretivo da sociedade (AGUILAR, 2008), a partir do qual merece destaque a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Territorial (CODETER). A criação dos CODETERs ocorreu a partir do processo de redemocratização do país e de valorização da descentralização das políticas públicas e de estímulo à participação da sociedade civil, marcas características da Constituição Federal de 1988.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar, sob a perspectiva da Governança Territorial, a experiência do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Baixo Tocantins (CODETER – Baixo Tocantins). Estudos recentes enfatizam a importância de aprofundarem-se as análises das práticas de Governança Territorial. Investigações realizadas recentemente permitem afirmar que são grandes os desafios para efetivação da prática da Governança Territorial, pois trata-se de processos que implicam deliberação conjunta, interação, interdependência, corresponsabilidade e ações realizadas em associação.

Logo, o estudo se pautou na análise do primeiro plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Baixo Tocantins, elaborado pelo CODETER – Baixo Tocantins. De acordo com o Portal Território da Cidadania, o Território da Cidadania do Baixo Tocantins (Figura 1) está localizado no estado do Pará e abrange uma área de 36.024,20 km<sup>2</sup>, sendo composto por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Limoeiro do Ajuru, Moju, Tailândia, Barcarena, Baião, Cameté, Igarapé-Miri, Mocajuba e Oeiras do Pará. O território possui uma população total de 739.881 habitantes, dos quais 390.579 vivem na área rural, o que corresponde a 52,79% do seu total. Possui 32.365 agricultores familiares, 24.701 famílias assentadas, 10 comunidades quilombolas e 2 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,68. A produção pecuária, extrativismo vegetal, produção agrícola temporária, projetos de assentamentos e pesca são as atividades econômicas que dão o tom à dinâmica vital da maioria dos municípios e pessoas que vivem no território do Baixo Tocantins.

Figura 1 – Território do Baixo Tocantins – PA



Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDR (2006).

De acordo com o PTDR (2006), o processo de organização social no Baixo Tocantins está relacionado aos enfrentamentos de desafios. Esses podem ser entendidos sob diversas formas: luta pela terra, reivindicação de crédito, assistência técnica para a produção, melhoria da infraestrutura (estradas e eletrificação), garantia dos serviços sociais básicos (educação, saúde e transporte), sendo que tais lutas forjaram a existência de uma diversidade de organizações, instituições sociais e movimentos reivindicatórios.

O artigo está organizado em cinco partes, além desta introdução. A primeira discute o significado de território e a abordagem territorial do desenvolvimento rural. A segunda parte apresenta a noção de governança. A terceira apresenta os resultados da análise do primeiro plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Baixo Tocantins. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

## 2 A abordagem territorial do desenvolvimento rural no Brasil

Entende-se que o território não se confunde e não se restringe ao conceito de espaço, da mesma forma que não pode ser usado como mero sinônimo de região, ou de lugar, ou local (ANDRADE, 1995). A diferença fundamental entre o uso e o significado conceitual e instrumental do território é que o sentido analítico requer que se estabeleçam referências teóricas e mesmo epistemológicas que possam ser submetidas ao crivo da experimentação empírica e, depois, reconstruídas de forma abstrata e analítica. O uso instrumental e prático não requer estas prerrogativas e, por isso, pode-se falar em abordagem, enfoque ou perspectiva territorial quando se pretende referir a um modo de tratar fenômenos, processos, situações e contextos que ocorrem em determinado espaço (que pode ser demarcado ou delimitado por atributos físicos, naturais, políticos ou outros) e sobre o qual se produzem e se transformam (SCHNEIDER, 2004).

Dessa forma, é comum que o território perca seu sentido heurístico e conceitual e passe a ser utilizado como sinônimo de espaço ou região, conforme o caso. Sabourin (2002) destacou que o território passou a ser utilizado “numa perspectiva de desenvolvimento”, ou seja, como uma variável a ser considerada quando se pretende fazer algum tipo de intervenção sobre o espaço e as populações que resultam em alterações do quadro existente. Desse modo, a abordagem territorial do desenvolvimento pressupõe a ação sobre o espaço e a mudança das relações sociais nele existentes. Portanto, seus objetivos são, prioritariamente, instrumentais e práticos.

Com as críticas à eficácia e sustentabilidade das políticas, surgem outras abordagens do desenvolvimento que ganharam força nas décadas de 1970 e 1980. É o desenvolvimento local que evidencia as potencialidades endógenas, a descentralização política e a mobilização das forças locais como fator fundamental para o processo de desenvolvimento. O espaço local tem pelo menos duas possibilidades num mundo em globalização: a inserção do local no geral ou a identificação de brechas que dão sustentabilidade ao local (AGUILAR, 2010).

De acordo com Terluin (2003), o Desenvolvimento Territorial – Rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e de redes externas que podem variar significativamente entre regiões. Assim, segundo essa concepção, o Desenvolvimento Territorial – Rural é promovido por uma ação conjunta entre comunidades locais e poder público, de modo que se ressalta a importância de políticas públicas voltadas para essa temática.

Abordagem territorial não significa apenas uma escala dos processos de desenvolvimento a ser considerada, ela implica também um determinado método para favorecê-los. Nela, o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2012).

No Brasil, esse debate ganhou maior evidência a partir dos anos 2000, tanto em termos de políticas públicas quanto em termos acadêmicos. Sua origem deve-se, primeiro, à percepção das novas dinâmicas espaciais, especialmente ilustradas nos estudos sobre a chamada Terceira Itália. Segundo, deve-se ao redimensionamento dos modelos tradicionais de desenvolvimento. Os processos de descentralização das políticas públicas trouxeram, entre outras questões, uma visão mais localizada dos processos de desenvolvimento. Surge, então, a perspectiva do desenvolvimento local e territorial.

No início da década de 2000, outras críticas foram sendo incorporadas a essa noção. A principal se refere à visão de que os limites municipais nem sempre são suficientes para alavancar processos de desenvolvimento, ao contrário, eles podem se tornar obstáculos à formação de uma rede territorial de desenvolvimento, devido à cultura clientelista que predomina em inúmeros municípios brasileiros (ABRAMOVAY, 2004).

Nessa perspectiva, o conceito de Desenvolvimento Territorial ganha novas dimensões e passa a ser entendido como uma estratégia mais ampla baseada no conceito de território. O desenvolvimento territorial é visto como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e de ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população.

No governo Lula (2003-2010), iniciou-se uma forte valorização do enfoque territorial, a partir de estratégias importantes, destacando-se: os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento (CONSADs), apoiados pelo Ministério do Desenvolvimento Social; a Política Nacional de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional; o Projeto de Gestão Ambiental Rural (GESTAR); a Agenda 21 do Ministério do Meio Ambiente; o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); e o Programa Territórios da Cidadania.



### 3 De governança para governança territorial

A visão territorial do desenvolvimento coloca como ponto central a importância do tema da governança social e seus mecanismos de funcionamento. As relações entre os municípios e as organizações existentes num território podem reforçar a ideia de cooperação entre as diferentes forças sociais.

O que se vê na literatura é que há inúmeros conceitos que definem governança. Assim como território, governança também parece ser um termo polissêmico que serve para muitas coisas e muitos contextos. Assim, a primeira questão de interesse para esse trabalho é tentar exprimir esses diversos conceitos e construir um que seja pertinente ao tema em estudo.

O que parece ser comum a todos que utilizam esse termo é que governança se relaciona a formas de governar. No entanto, há muitas imprecisões no seu uso. Muito se confunde governabilidade com governança. Assim, para analisar a relação entre abordagem territorial do desenvolvimento e governança, é fundamental definir esse conceito e suas variáveis.

O primeiro ponto é diferenciar governabilidade de governança. Governabilidade refere-se às condições e comportamentos de um governo (DINIZ, 1995; AGUILAR, 2010). De acordo com Diniz (1995), três dimensões estão envolvidas no conceito de governabilidade: a capacidade do governo de identificar problemas críticos e formular políticas; a capacidade governamental de mobilizar os meios e recursos necessários à execução dessas políticas; e a capacidade de liderança do Estado. Ou seja, governabilidade está no plano do Estado e representa um conjunto de atributos essenciais ao exercício do governo. O foco está centrado nas capacidades do governo. Nessa perspectiva, a sociedade civil e econômica é objeto e não sujeito da política (AGUILAR, 2010).

Governança tem um caráter mais amplo, engloba governabilidade, mas vai além. O governo é um agente necessário, mas não suficiente, assim, é necessário estabelecer novas relações entre governo e sociedade (AGUILAR, 2010). O conceito de governança não se restringe aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado e nem à eficácia deste. A governança refere-se a “padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico” (SANTOS, 1997, p. 342). O que se percebe é que governança está fortemente associada à relação Estado-sociedade. Dessa feita, a concepção de governança, utilizada neste estudo, consiste em uma governança em que o processo se inicia no território e se configura na relação Território-Estado.

Já Kooiman (1993) faz distinção entre o processo de governar (dirigido a objetivos de intervenção governamental) e de governança, que é o resultado (ou os efeitos totais) da

interação e intervenções sócio-político-administrativas. Segundo o autor, o Estado Nacional não é unicamente um jogador-chave nos mecanismos de governança, senão, que também tem um papel principal de organizar a auto-organização das relações interorganizacionais, regular a autorregulação, promover a coerência de regimes em diferentes áreas e tratar com as repercussões do fracasso da governança.

De acordo com Milani e Solínis (2002), a governança engloba i) a constituição de uma legitimidade do espaço público; ii) a repartição do poder entre os que governam e os que são governados; iii) os processos de negociação entre os atores sociais; e iv) a descentralização da autoridade e das funções ligadas ao ato de governar. Poder-se-ia afirmar, portanto, que a governança seria a prática pela qual se dá a gestão territorial do desenvolvimento, prática esta que passa por processos de concentração entre atores, pelo estabelecimento e solução de conflitos e assimetrias, bem como pela formação mínima de consensos.

De maneira resumida, define-se Governança Territorial sob o aspecto das ações ou iniciativas que determinam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para dispor de assuntos públicos, a partir da relação cooperativa de atores sociais, econômicos e institucionais, incluindo-se o Estado como ator institucional e suas unidades federativas: União, estados e municípios (DALLABRIDA, 2011).

Assim, a Governança Territorial envolve a compreensão da atuação dos diferentes atores nas instituições e nas organizações da sociedade civil em “redes de poder socioterritorial”, ou seja, em segmentos sociais organizados territorialmente, conforme posição hegemônica em um momento histórico. Dessa forma, os novos caminhos para o desenvolvimento regional dependeriam dos processos de concentração entre público, privado e Estado, de forma democrática e participativa, alcançando consensos mínimos mediante a um pacto socioterritorial entre os variados atores sociais.

#### **4 Metodologia**

A presente pesquisa utiliza o método histórico-indutivo. Segundo Bresser-Pereira (2009), o método histórico-indutivo difere-se dos demais métodos de pesquisa da ciência econômica por considerar a historicidade do objeto de pesquisa. Nesse sentido, analisou-se o processo de formação histórica da localidade estudada, compreendendo que todo fato social deve ser analisado como fato histórico. De acordo com os preceitos do método histórico-indutivo, para se compreender e melhor analisar o objeto de estudo, é necessário que haja interação com os sujeitos da pesquisa.



Para a realização deste estudo, primeiramente, foi desenvolvido um amplo e contínuo levantamento bibliográfico acerca da temática da pesquisa, assim como um levantamento documental referente ao território analisado. Entre os autores que subsidiaram os instrumentos teórico-metodológicos, utilizou-se Aguilar (2010), Dallabrida (2011), Haesbaert (2007), Santos (1994), Schneider (2004), Terluin (2003), Abramovay (2004), Kooiman (1993) e Milani e Solínis (2002), os quais proporcionaram informações relevantes sobre o conceito de Território, a abordagem territorial do Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Territorial e Governança Territorial.

Posteriormente foi realizada a análise documental do primeiro Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Tocantins – PA, com o intuito de verificar a presença de Governança Territorial na elaboração do PTDRS – Baixo Tocantins. Além da análise documental do PTDRS – Baixo Tocantins, os autores participaram de reuniões do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Baixo Tocantins (CODETER – Baixo Tocantins), ocorridas em fevereiro de 2015, no município de Barcarena – Pará. A presença em reuniões desse Conselho teve como finalidade a verificação de elementos que constituíssem o CODETER – Baixo Tocantins como um espaço de Governança Territorial na Amazônia brasileira.

## **5 Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Baixo Tocantins**

No âmbito de iniciativas focadas no fortalecimento do desenvolvimento sustentável, tendo os territórios rurais como espaço de protagonismo, planejamento e gestão social de políticas públicas, foi concebido o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais que, dentre outros aspectos, apoia o processo de construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Este é uma ferramenta norteadora da gestão compartilhada de políticas públicas e interação planejada dos diversos atores públicos, sociais e econômicos do território. O PTDRS contempla as vocações e estratégias priorizadas pelos atores territoriais, com vista a promover alterações significativas na realidade local.

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi implementado na região em 2005 e engloba nove municípios. De acordo com o PTDRS (2010), o processo para a implementação do plano foi resultado de 25 anos de construção de uma coesão social, tendo como identidade o território que foi cunhado pelos próprios atores locais como o “Baixo Tocantins”.

Neste contexto, destacam-se duas ações, a definição de medidas de investimentos do Proinf (Pronaf infraestrutura), e o PTDRS, elaborado na perspectiva de se constituir em ferramenta norteadora da gestão compartilhada de políticas públicas e interação planejada dos diversos atores do território.

A implementação do Território da Cidadania do Baixo Tocantins modificou o contexto institucional do território, acrescentando nele a reflexão sobre o enfoque territorial como forma de reconhecer a capacidade dos movimentos sociais de construir uma proposta de desenvolvimento em parceria com o poder público, respeitando a diversidade local das situações. Em 2009, com o Programa Territórios da Cidadania, foram incorporados os municípios de Acará e Tailândia aos nove existentes no Território do Baixo Tocantins, totalizando os atuais 11 municípios.

A criação dos CODETERs ocorreu a partir dos processos de redemocratização do país, de valorização da descentralização das políticas públicas e de estímulo à participação da sociedade civil, marcas características da Constituição Federal de 1988. O CODETER reúne representantes da sociedade civil e do poder público. Uma análise de seu funcionamento (PIRAUX, 2012) mostra que, hoje, as ONGs, as associações (pescadores, quilombolas, mulheres etc.) e as cooperativas de produção são as instituições mais atuantes do conselho. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STTRs) e as prefeituras de alguns municípios são também atuantes, ao contrário da maioria dos órgãos públicos do território.

Com o apoio do MDA/SDT, por meio dos convênios MDA/SOMECE e MDA/Cáritas do Brasil, e do contrato Cáritas do Brasil/Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes – APACC, o CODETER (Colegiado de Desenvolvimento Territorial) Baixo Tocantins, desenvolveu-se um processo de atualização do PTDRS, considerado participativo, incorporando as proposições das ações de dinamização dos APLs prioritários, bem como os eixos estruturantes do Programa Territórios da Cidadania e do Proinf. O plano possui 4 eixos de desenvolvimentos, 24 ações prioritárias que se desdobram em 88 propostas de projetos.

Quadro 1 – Eixos de Desenvolvimento

<p><b>1. Regularização Fundiária</b></p> <p>Regularizar as propriedades de Terra.</p>
<p><b>2. Infraestrutura para Desenvolvimento Sustentável do Território</b></p> <p>2.1 - Garantir que os Governos Federais, estaduais, municipais e a iniciativa privada façam a manutenção da malha rodo-fluvial do território para permitir o escoamento da produção da Agricultura Familiar (agrícola, extrativa e pesqueira) com segurança.</p>

2.2 - Garantir o tratamento de água potável e a instalação de fossas com tecnologia regional apropriada para áreas de terra firme e várzea.

2.3 - Proporcionar a instalação de eletrificação urbana e rural em toda a região, incluindo soluções técnicas: rede convencional, eólica, solar e gaseificada. Programa Luz para Todos.

### **3. Organização Sustentável da Produção**

3.1 - Garantir e desenvolver a agricultura familiar e pesca artesanal, com alta produtividade e rentabilidade, de forma agroecológica.

3.2 - Efetivar as cadeias produtivas do açaí, da mandioca e hortifrutigranjeiro, agregando valor à produção agrícola e extrativa locais.

3.3 - Facilitar o acesso às linhas de crédito.

3.4 - Construir as redes de comercialização interna e externa para produtos da agricultura familiar do território.

3.5 - Aproveitar a potencialidade do ecoturismo, com geração de renda e inclusão social.

### **4. Qualidade na Saúde, Educação, Saneamento e Meio Ambiente**

4.1 - Utilizar os recursos naturais com sustentabilidade, garantindo as formas de produção e de vida dos agricultores familiares.

4.2 - Intensificar as ações da saúde preventiva.

4.3 - Garantir que a educação seja voltada para o desenvolvimento sustentável e a agricultura familiar, referendando os modelos de educação do campo.

Fonte: PTDRS (2006).

No PTDRS, cinco projetos de investimentos (PROINF) foram definidos e implementados, cujos proponentes consistiram na prefeitura de Moju e na SAGRI, na área da produção (produção de mudas, agroindústria de polpa de frutas) e no setor da comercialização (escritório para cooperativas, apoio à comercialização), de modo que as ações foram definidas no eixo da organização sustentável da produção.

Com base na análise do primeiro Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Tocantins e na participação na reunião do CODETER, no município de Barcarena – PA, 2014, é possível observar que o CODETER consiste, na sua estrutura, em um espaço de Governança Territorial na Amazônia brasileira. Entendem-se espaços de Governança Territorial como espaços pelo quais se dão a gestão social do território.

Assim, verifica-se o fortalecimento da gestão social no território, por meio de capacitações, oficinas, reuniões de plenária para discutir gestão, plano de desenvolvimento,

arranjos institucionais e controle social. De acordo com Tenório (1998), define-se Gestão Social como uma ação dialógica, ela desenvolve-se segundo os pressupostos do agir comunicativo, quando os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob a condição de um acordo existente ou de uma negociação sobre a situação e as consequências esperadas. Portanto, a gestão social é orientada pela racionalidade comunicativa. Os atores, ao fazerem suas propostas, não podem impor suas pretensões de validade sem que haja um acordo alcançado comunicativamente, no qual todos os participantes exponham suas argumentações.

Dessa forma, destaca-se a importância da presença do CODETER no Território como um espaço de Governança Territorial com a prática da Gestão Social. Para Fischer *et al* (2006), a gestão do desenvolvimento é uma forma de gestão social, denominando-a gestão do desenvolvimento social. Para a autora, gestão social é um ato relacional capaz de dirigir e regular processos por meio da mobilização ampla de atores na tomada de decisão, que resulte em parcerias intra e interorganizacionais, valorizando as estruturas descentralizadas e participativas, tendo como norte o equilíbrio entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva, para alcançar, enfim, um bem coletivamente planejado, viável e sustentável a médio e longo prazo (FISCHER *et al.*, 2006, p.4)

A estratégia traçada pelo PTDRS é articular o fortalecimento da sociedade civil, estimulando a gestão social das políticas do território com sua dinamização econômica. A partir desta estratégia, esperava-se alcançar quatro grupos de resultados: fortalecimento da gestão social; fortalecimento das redes sociais de cooperação; dinamização das economias nos territórios; e articulação de políticas públicas (MDA, 2005). A ideia fundamental do plano é que a partir da agregação de determinados atores interessados em uma ação coletiva e participativa, em prol do desenvolvimento, poderão ser desencadeados processos de adequação de políticas públicas e resolução de problemas.

A dimensão participativa dessa concepção de planejamento, além de permitir a valorização da amplitude social e cultural, bem como a representatividade política dos sujeitos sociais envolvidos, possibilita uma interação interdisciplinar e multissetorial, facilitando o surgimento de soluções mais criativas, duradouras e ajustadas a cada realidade social. Isso porque, nesse processo, tende a ser maior o comprometimento e a autoidentificação dos envolvidos, não apenas com os resultados finais, mas em todas as etapas de construção dos planos (BANDEIRA, 2000).

Porém, é possível observar no CODETER do Baixo Tocantins a dificuldade referente ao desencadeamento de novos processos de desenvolvimento. A principal dificuldade enfrentada pelo colegiado consiste na execução das ações previamente estabelecidas em

plenárias – além de divergências políticas entre os conselheiros. Foi verificado durante a plenária que, em determinados momentos, há uma intensa disputa entre membros do conselho, especialmente, em relação ao discurso do que é importante para o Desenvolvimento do Território. Representantes do poder público colocam sempre a dificuldade burocrática para a execução de projetos, assim como a dificuldade de participação nas próprias reuniões e plenárias do conselho; enquanto os membros da sociedade civil apontam que a dificuldade está relacionada à má gestão ou má vontade dos funcionários dos governos estadual e municipal.

Todavia, apesar do CODETER – Baixo Tocantins apresentar dificuldades para seu melhor funcionamento, ele se constitui em uma importante instância que reúne distintos representantes da sociedade civil, organizando a participação junto ao processo de planejamento governamental e promovendo debates acerca do Desenvolvimento do Território. Dessa forma, são verificados elementos que constituem o exercício de prática da Governança Territorial, constituindo o CODETER – Baixo Tocantins como um espaço de Governança Territorial na Amazônia.

## 6 Considerações finais

Diante da análise do PTDRS, é possível observar que ele representa uma inovação ao que concerne à abordagem territorial pela esfera de governo federal. Para além disso, foi utilizada, na sua elaboração e na sua avaliação, a estratégia da Governança Territorial, haja vista que o mesmo ocorreu com a participação de diferentes atores sociais, entre os quais se encontram sociedade civil, ONGs e poder público.

Contudo, apesar da inovação relacionada à Gestão do Território, nota-se que velhas práticas continuam coexistindo com essa nova lógica, apesar da necessidade e da participação dos governantes locais nas plenárias e reuniões do conselho. Entender esse fato é fundamental para verificar os arranjos institucionais e o seu uso clientelista ou não. Logo, o CODETER apresenta-se como um espaço de Governança Territorial na Amazônia por possuir como conselheiros os diversos atores sociais presentes no território. Porém, o CODETER – Baixo Tocantins não conseguiu ainda desenvolver novos processos de desenvolvimentos, pautados na Gestão Social. A dificuldade encontrada pelo Conselho consiste na prática de velhas disputas políticas presentes no território.

Dessa forma, a efetivação da Governança Territorial no Baixo Tocantins – PA implicaria, necessariamente, na constituição de uma relação bem definida entre os entes federativos (relação vertical) e entre poder público e sociedade civil (relação horizontal), bem como na construção de instituições fortes e coesas.

No entanto, é válido ressaltar que, apesar das dificuldades apresentadas pelo CODETER, para o seu melhor funcionamento, ele se constitui como uma importante instância e/ou espaço de Governança Territorial, que reúne distintos representantes da sociedade civil, organizando a participação junto ao processo de planejamento governamental e promovendo debates acerca do desenvolvimento do território do Baixo Tocantins.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo; BEDUSCHI FILHO, Luis Carlos. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. Belo Horizonte, MG: **Revista Nova Economia**, 14 (3) – 35-7, 2004.

AGUILAR, Luis F. **Gobernanza**: El nuevo proceso de gobernar. Ciudad de México: Fundacion Friedrich Naumann: Projeto México, 2010.

ARRETCHE, Marta T. S. Mitos da descentralização. Mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31, p. 44-66, jun. 1996.

\_\_\_\_\_. Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 17-26, abr./jun. 2004.

BANDEIRA, Pedro Silveira. Participação, articulação de atores sociais e regional. In: BECKER, Dinizar F. e BANDEIRA, Pedro S. **Desenvolvimento Local-Regional: Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC – RS, 2000.

DALLABRIDA, Valdir Roque (org.). **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DINIZ, Eli. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90. In: DADOS – **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, 1995. p. 385-415.

FISCHER, T. M. D.; MELO, V. P.; CARVALHO, M. R.; JESUS, A. de; ANDRADE, R. A.; WAIANDT, C. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, set/out. 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/SDT. **Marco referencial para o apoio ao desenvolvimento dos territórios rurais**. Brasília: SDT/MDA, 30p. (Série Documentos Institucionais, 2), 2005a.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/SDT. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do território do Baixo Tocantins – PA (PTDRS)**. Brasília: MDA. 2006.

PORTAL DA CIDADANIA. Disponível em [http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/baixotocantinspa/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/baixotocantinspa/one-community?page_num=0)>. Acesso em: 6 mai. 2015.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton *et al.* (org). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec e ANPUR, 1994.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 135-159.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

TENÓRIO, F. G. A. (coord). **Gestão social**: metodologia e casos. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

# TERRITÓRIO RURAL DE IDENTIDADE LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: O CARÁTER INOVADOR DE SUA CONSTITUIÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Monique **MEDEIROS**<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Ademir Antônio **CAZELLA**<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Andréia **TECCHIO**<sup>3</sup>  
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (UFSC)

**Resumo:** *O presente artigo analisa a constituição do Território Rural de Identidade Litoral Norte do Rio Grande do Sul, enfatizando a importância do caráter inovador das articulações sociotécnicas que a respaldaram. Para tanto, as informações de campo obtidas, entre agosto de 2013 e abril de 2016, junto a mediadores sociais e famílias de agricultores, por meio de observação participante e entrevistas semiestruturadas, foram analisadas à luz da abordagem teórica de Produção de Novidades. A investigação evidencia que a constituição desse território irradia consequências para além da reprodução socioeconômica dos agricultores familiares, fortalecendo vínculos sociais e reconectando-os à natureza. Ainda perante o atual contexto político-econômico brasileiro e a contingência de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, a novidade organizacional que configura esse território se evidencia como um processo constante de “aprender-fazendo”, não se tratando unicamente do resultado de uma relação de causa e efeito, a qual prospera meramente com o suporte do Estado.*

**Palavras-chave:** *Desenvolvimento Territorial. Atores Sociais. Produção de Novidades.*

**Abstract:** *This paper analyzes the constitution of the Rural Territory Identity of the North Coast of Rio Grande do Sul, emphasizing the importance of the innovative character of the sociotechnical articulations that supported it. In order to do this, the field information obtained, between August 2013 and April 2016, with social mediators and farming families, through participant observation and semi-structured interviews, were analyzed in light of the theoretical approach of Novelty Production. The research shows that the constitution of this territory radiates consequences beyond the socioeconomic reproduction of family farmers, strengthening social bonds and reconnecting them to nature. Still, given the current Brazilian political-economic context and the contingency of public policies aimed at family agriculture, the organizational novelty that configures this territory is evidenced as a constant process of "learning-doing", not being solely the result of a relationship of cause and effect, which thrives merely with the support of the State.*

**Keywords:** *Territorial Development. Social Actors. Novelty Production.*

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará (PGAA/UFPA). *E-mail:* mmedeiros@ymail.com.

<sup>2</sup> Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (PGA/UFSC). *E-mail:* aacazella@gmail.com.

<sup>3</sup> Pós-Doutoranda em Agroecossistemas no PGA/UFSC. *E-mail:* deiatecchio@yahoo.com.br.



## 1 Introdução

As relações socioespaciais e identitárias podem ser construídas e mobilizadas em um território como estratégia para enfrentar os desafios da integração no contexto de uma economia globalizada. Nessa perspectiva, o território é compreendido para além de um espaço delimitado por peculiaridades ou atividades produtivas semelhantes com fronteiras geográficas estabelecidas, como construto sociocultural, resultante das ações de atores sociais em busca da resolução de problemas compartilhados (BONNAL; CAZELLA; DELGADO, 2012; PECQUEUR, 2005).

Tendo em vista que seu delineamento se dá tanto pelo modo como os atores ali se organizam quanto pela significação que lhe é atribuída, o território constitui um sistema de valores que assegura a regulação e a integração dos comportamentos individuais, que se mantém e se renova ao longo da história (PECQUEUR, 2005). Para tanto, uma dinâmica de acumulação coletiva de conhecimento e de saber-fazer se faz necessária (COURLET; PECQUEUR, 1996). A riqueza e o dinamismo desses processos geram um cenário onde estão imersas constantes transformações do espaço e das práticas nele desenvolvidas.

Assim, é esperado que haja condições sociotécnicas favoráveis à “Produção de Novidades” (*Novelty Production*) na agricultura. Essa noção foi cunhada a partir da necessidade de evidenciar fenômenos “inovadores” em curso nos espaços rurais. Uma novidade pode ser entendida como uma modificação ou uma quebra de rotinas existentes, ou consistir em uma nova prática ou modo de fazer, presumivelmente com potencial para promover melhorias nas rotinas existentes (PLOEG *et al.*, 2004). Tais modificações ou quebras de rotinas não contemplam apenas aquelas relacionadas ao processo produtivo, podendo estar relacionadas com formas de organização da produção e com a criação e consolidação de organizações sociais e arranjos institucionais.

Se, de um lado, a emergência de novidades tem um impacto significativo sobre a definição ou redefinição da territorialidade, devido à internalização ou à endogeneidade de práticas envolvidas nessa construção (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008), de outro lado, há a possibilidade do território influenciar diretamente na configuração de tais novidades (BELLEMARE; KLEIN, 2011).

Em razão de sua constituição implicar na adoção de novos comportamentos, reformas e reorganizações dos modos de trabalhar, de compreender a natureza e de mobilizar recursos (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008), as novidades são continuamente submetidas ao teste e ao julgamento social. Assim, sua manutenção, extinção ou ampliação está diretamente

associada ao uso social que lhe é atribuído. Esse uso social, por sua vez, é influenciado por um trabalho político, geralmente realizado por uma liderança individual ou coletiva. A liderança é exercida de forma a favorecer uma mobilização de recursos que facilitarão a inserção da ideia inovadora nas relações sociais ampliadas (FONTAN, 2011).

Este artigo visa analisar a constituição do Território Rural de Identidade Litoral Norte do Rio Grande do Sul, enfatizando a importância do caráter inovador das articulações sociotécnicas que o respaldam. Para tanto, a abordagem teórica da Produção de Novidades foi mobilizada na realização da análise de informações de campo, obtidas junto a mediadores sociais e famílias de agricultores em atividades cotidianas, como o trabalho nas feiras livres, nos encontros e reuniões, nas atividades das lavouras e em sua relação com pesquisadores e gestores públicos atuantes na região<sup>4</sup>.

As atividades acima citadas foram realizadas, na primeira fase, entre agosto de 2011 e agosto de 2013, e, na segunda fase, entre setembro de 2013 e julho de 2016, na condição, respectivamente, de extensionista rural e pesquisadora de uma das autoras deste artigo. A atuação como extensionista foi realizada junto à Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural/Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (EMATER/ASCAR – RS), instituição do serviço oficial de extensão rural do Estado.

Essas informações foram geradas por meio de ferramentas metodológicas essencialmente qualitativas, realizadas em municípios localizados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Tais ferramentas compreenderam a pesquisa documental, a observação participante e 64 entrevistas semiestruturadas, dentre as quais 38 foram direcionadas a agricultores familiares e 26 a mediadores sociais atuantes na região.

Para além desta introdução, o artigo está dividido em quatro seções principais: na primeira, a discussão acerca da perspectiva de Produção de Novidades é aprofundada e, na segunda, o foco é direcionado às experiências dos agricultores familiares da região na construção da novidade organizacional, que resultaram na consolidação do Território Rural de Identidade Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Na terceira seção, a institucionalização desse território é analisada. E, na quarta, as considerações finais ressaltam o caráter inovador das articulações entre atores sociais que respaldaram essa institucionalização, indicando também a implicação do atual contexto político-econômico brasileiro e da contingência de políticas

---

<sup>4</sup>Esta pesquisa de campo está correlacionada à tese de doutorado da primeira autora, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina, defendida em setembro de 2017.

públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, na consolidação das mudanças sociotécnicas desencadeadas.

## 2 “Novidades” nas discussões sobre desenvolvimento

A noção de Produção de Novidades (*Novelty Production*) foi originalmente difundida por meio da publicação organizada por Ploeg *et al.* (2004). Essa noção busca evidenciar a complexidade dos distintos estilos de agricultura e se opõe à ideia de inovação normalmente conectada a fatores como a standardização, a externalização e a globalização de práticas e artefatos. As novidades realizam “quebras” e “desclassificações” em relação à lógica hegemônica da sociedade e do contexto institucional (OOSTENDIE; BROEKHUIZEN, 2008; WISKERKE; PLOEG, 2004). Já as inovações, em especial as tecnológicas de largo alcance, buscam a substituição de fatores de produção limitantes por artefatos manufaturados pela indústria e se adequam a determinados interesses que induzem a mudanças institucionais, cujo cerne é a acumulação capitalista (PLOEG *et al.*, 2004).

A partir da análise de vários estudos dedicados a investigar processos inovadores endógenos em espaços rurais, que rompem com padrões e normas estabelecidos pelo regime dominante, Oostindie e Broekhuizen (2008) identificam quatro distintas trajetórias de emergências de novidades. A primeira delas se refere ao “melhoramento dos recursos”. Nessa trajetória, a natureza é construída, reconstruída e diferenciada dentro de um longo processo histórico, no qual emergem particularidades que evidenciam características dos recursos naturais envolvidos. Por sua vez, ao serem resultantes de processos de coprodução, esses recursos são moldados e remodelados por intermédio da constante interação sociedade-natureza.

A segunda trajetória diz respeito à “sintonia fina” entre o agricultor e uma extensa lista de fatores de crescimento<sup>5</sup>, continuamente identificados e corrigidos. Seguindo a teoria dos fatores limitantes, o fator de crescimento que fica abaixo da necessidade limita todo o processo de desenvolvimento de uma dada atividade agrícola naquela localidade. Portanto, a sintonia fina no ajuste desses fatores, muitas vezes, é o que propicia a emergência de uma novidade. Trata-se de um processo dinâmico, pois ao corrigir o fator limitante original, outro pode surgir em seu lugar.

---

<sup>5</sup>Como fator de crescimento para agricultura entende-se o conjunto de características determinantes de limitações e potencialidades de processos de produção agrícola. São exemplos a inclusão de nutrientes na composição do solo, a capacidade de absorção desses nutrientes pelas raízes das plantas e a disponibilidade de água no solo ao longo do tempo (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008).

A terceira trajetória está associada à “transposição de fronteiras”, ou seja, à inclusão de novos domínios e atividades por parte dos agricultores. Entre essas atividades podem ser citadas a transformação e a comercialização de alimentos, medidas e estratégias relacionadas à proteção da natureza, entre outras. Quando essas ações implicam na expansão das fronteiras de intervenção para além das unidades de produção, podem surgir organizações e redes sociais bem mais complexas. Dessa maneira, novas experiências são traduzidas em novos conhecimentos que, por sua vez, inspiram novas práticas.

A última trajetória se refere ao “reordenamento de uso dos recursos”. Ao abordar a conexão de elementos de modo inovador, tal reordenamento não se restringe aos limites da unidade de produção, tampouco às atividades agrícolas *stricto sensu*. Isso implica em compreender que a novidade pode surgir da inter-relação com elementos pertencentes, inclusive, a setores não agrícolas. As trajetórias associadas à emergência de novidades não necessariamente acontecem linearmente na ordem apresentada. Elas podem ser concomitantes e seguir uma ordem aleatória, visto que estão diretamente relacionadas às tomadas de decisão dos atores sociais frente às situações específicas do cotidiano.

O sucesso de uma novidade, seu desenvolvimento no nível micro e territorial, bem como o fortalecimento que propicia sua exposição gradativa às condições do nível de macroescala (MOORS *et al.*, 2004), repousam sobre sua natureza objetiva, mas sobretudo sobre a natureza subjetiva das vantagens que a novidade possibilitará aos atores sociais implicados. Produtores, consumidores, comunidades identitárias e distintos grupos sociais julgam uma proposição inovadora sobre a base de interesses que ela lhes possibilita. Um julgamento positivo é realizado quando a novidade oferece vantagens para aumentar o poder político e econômico dos atores em um dado território (FONTAN, 2011). Para além do julgamento dos atores sociais no nível micro, a consolidação de uma novidade resulta da inter-relação entre uma nova forma de pensar e agir desses atores e o contexto organizacional, e relaciona-se diretamente com um quadro institucional conjuntural (FONTAN, 2011). O alinhamento dos processos que ocorrem nos distintos níveis (do micro ao macro) é o que facilitará sua estabilização, como será evidenciado a seguir.

### **3 A emergência de uma novidade organizacional em campo**

O Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul é composto por 21 municípios, os quais totalizam uma área de 7.115,8 km<sup>2</sup> e população de 323.112 habitantes. Da população total, 83% residem nos espaços considerados urbanos e 17% nas zonas rurais (IBGE, 2010). A região é

culturalmente diversa, incluindo grupos da sociodiversidade brasileira, como povos indígenas e comunidades quilombolas. As produções agropecuárias mais expressivas variam entre o cultivo de arroz, de banana e de olerícolas até a pecuária e a pesca (COELHO-DE-SOUZA *et al.*, 2015). Em relação à comercialização desses produtos, em especial das frutas e hortaliças, as oportunidades de acesso a mercados se concentram nos municípios litorâneos, que apresentam um expressivo fluxo de turistas no verão, em especial Torres e Capão da Canoa, e na região metropolitana de Porto Alegre, capital do estado, onde está situada a Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA/RS).

Nos municípios litorâneos, as entregas de produtos dos agricultores nos estabelecimentos comerciais localizados à beira das rodovias, que levam às praias, e mesmo as vendas a domicílio são relevantes. Entretanto, a comercialização para a CEASA é a mais significativa, devido à alta quantidade de produtos demandados em fluxo contínuo. Para a maioria dos agricultores familiares, a comercialização na CEASA depende de agentes atravessadores que transportam a produção até os pontos de comercialização. Já o comércio nos municípios litorâneos fica restrito à época de veraneio, período em que o fluxo de turistas aumenta o consumo local.

Frente a esse cenário, em setembro de 2006, um coletivo de 27 agricultores familiares de três municípios da região constituiu a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT). Essa organização surgiu com o propósito de criar novos espaços de troca de informações, bem como para facilitar o acesso a diferentes mercados de comercialização de produtos das unidades agrícolas familiares. Com apoio de extensionistas rurais vinculados à EMATER/ASCAR – RS, essa cooperativa vem se fortalecendo e se expandindo.

A troca de informações técnico-administrativas e a construção de laços de confiança entre os agricultores e os mediadores sociais fizeram com que os representantes da COOMAFITT se conectassem a outras organizações da agricultura familiar. Desse modo, essa Cooperativa estabeleceu vínculos com a Cooperativa de Consumo e Comercialização dos Pequenos Produtores Rurais do Litoral Norte (COOPVIVA). Sediada em Osório, a COOPVIVA também é constituída por agricultores familiares e conta com a assessoria de extensionistas rurais da EMATER.

A articulação entre as duas cooperativas partiu do interesse em viabilizar aspectos logísticos, como a entrega compartilhada de alguns produtos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os alimentos adquiridos pelo PAA são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar

e nutricional, aos atendidos pela rede socioassistencial e às organizações de alimentação e nutrição. Já pelo PNAE, os alimentos adquiridos dos agricultores familiares são ofertados aos alunos de escolas públicas de educação básica (MEDEIROS, 2017).

Esses canais de comercialização, de forma mais significativa o PNAE, se constituíram nos mercados mais importantes da produção das famílias cooperadas. Por meio do PAA, os 208 agricultores cooperados à COOMAFITT, atualmente, vêm conseguindo atender à demanda de um grupo hospitalar de Porto Alegre, do restaurante universitário da Universidade Federal de Santa Maria e de mais três prefeituras municipais do Litoral Norte. Com o suporte do PNAE, esses agricultores entregam alimentos para quinze municípios.

Dinâmica semelhante ocorreu com a COOPVIVA que, composta atualmente por 53 associados, fornece produtos via PAA aos municípios de São Leopoldo e Porto Alegre e para a alimentação escolar de nove municípios por meio do PNAE. Segundo levantamentos realizados pelos setores administrativos de ambas as cooperativas, até meados de 2017, suas ações beneficiavam mais de 65 mil pessoas pelo PAA e em torno de 350 mil pelo PNAE.

A abrangência dessas iniciativas passa pela mediação de diversificados atores que atuam como animadores e facilitadores de processos de construção de desenvolvimento rural. Essa mediação é realizada de forma mais regular e intensa pela EMATER/ASCAR – RS e por duas Organizações Não Governamentais (ONG): Ação Nascente Maquiné (ANAMA)<sup>6</sup> e Centro Ecológico<sup>7</sup>. As ações de assessoria dessas organizações vêm se mostrando significativamente importantes às mudanças de paradigmas da agricultura familiar da região.

Os resultados favoráveis dessas articulações, que explicitam a constante transposição de fronteiras e reordenamento de recursos que lhe são intrínsecos, também permitiram que as incertezas de natureza técnico-ecológicas, principalmente quanto à mudança de sistema de produção do convencional para o ecológico<sup>8</sup>, fossem minimizadas para os associados de ambas as cooperativas. Nesse sentido, muitas iniciativas foram aperfeiçoadas devido à mescla de

<sup>6</sup> Fundada em 1997, a ANAMA concentra seus trabalhos de pesquisa e de extensão rural no município de Maquiné e seu entorno. A ONG busca realizar a mediação entre a realidade local e outras instâncias institucionais ligadas à pesquisa, extensão, ação comunitária, movimentos sociais organizados e formulação de políticas públicas, tendo como linha condutora a questão ambiental aliada à valorização da diversidade cultural. Para tanto, conta com a parceria de diferentes grupos e instituições locais e com o financiamento do Governo Federal (ANAMA, 2015).

<sup>7</sup> Criada em 1985, no município de Ipê, região Serrana do Rio Grande do Sul, a ONG surge com o intuito de desenvolver a agricultura ecológica por meio de projetos e de assistência técnica junto às famílias de agricultores ecologistas. Desenvolve projetos financiados pelo Governo Federal e por instituições internacionais, como o KFW, banco alemão de desenvolvimento, em duas regiões distintas do Rio Grande do Sul: a Serra e o Litoral Norte (CENTRO ECOLÓGICO, 2010).

<sup>8</sup> Por meio de adaptações tecnológicas, que permitem o compartilhamento de técnicas autóctones e introduzidas, esse sistema de produção se diferencia do modelo de agricultura convencional por não fazer uso de agroquímicos e não ser dependente de recursos naturais não renováveis. As práticas vinculadas a tal sistema abrangem desde o respeito às criações de animais e preocupação em não gerar desperdícios, reaproveitando ao máximo o material que sobra de suas atividades, até a participação dos agricultores em ações coletivas.



noções e experiências entre atores sociais. Um exemplo disso é a implantação dos Sistemas Agroflorestais, que, no passado, era realizada pelos agricultores através do método de tentativa e erro, de combinação de plantio de espécies distintas em um mesmo ambiente, buscando principalmente aproveitamento de espaço físico de cultivo e sombreamento de plantas. Atualmente, com base em um constante melhoramento de recursos e “sintonia fina”, as experimentações foram repensadas de maneira a considerar distintos fatores, como a fertilidade do solo, o crescimento de espécies cultivadas e a manutenção da fauna local.

As inter-relações que vêm se constituindo no Litoral Norte do Rio Grande do Sul têm irradiado, para além da região, a ideia e a prática de uma nova relação da sociedade com a natureza, principalmente através do reforço à agricultura de base ecológica, desenvolvida por um número cada vez maior de agricultores. Esses arranjos entre distintos atores sociais ampliaram os processos de aprendizagem coletiva, seja porque a dinamização de vínculos aumentou as possibilidades de trocas de um relevante saber-fazer ou porque essa dinamização rompeu com o isolamento de muitas iniciativas semelhantes que se encontravam em andamento.

Com isso, uma nova dinâmica de desenvolvimento rural vem se desencadeando, tendo na base a busca da desconstrução do “convencional”, na medida em que questiona os limites do modelo hegemônico desenvolvimentista e propõe a construção de uma forma territorial de desenvolvimento que articula, em torno da produção agrícola, a otimização do uso de recursos naturais e a ampliação das relações sociais e da capacidade organizativa. Dessa maneira, evidencia-se que as mudanças sociais e técnicas em curso englobam não somente modificações nos padrões de produção, mas também as formas com que os agricultores reagem, se adaptam e reconstróem suas próprias relações com o meio (SABOURIN, 2009).

#### **4 A consolidação do Território Rural de Identidade Litoral Norte do Rio Grande do Sul**

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul teve suas iniciativas territorializadas reconhecidas para além da esfera regional no ano de 2013, quando passou a ser um dos territórios institucionalizados por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT)<sup>9</sup>. Apesar dessa inclusão ter ocorrido somente dez anos após a

---

<sup>9</sup> O PRONAT foi criado em 2003, no âmbito da então Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), com o objetivo principal de alavancar o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania em territórios, com predominância do público considerado prioritário pelo hoje extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esse Programa repassava recursos financeiros não reembolsáveis para projetos produtivos de caráter intermunicipal, por intermédio da Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF).

criação desse programa, assim como aconteceu com outros 73 territórios, o Território Rural de Identidade Litoral Norte do Rio Grande do Sul se distingue dos demais pela forma como se deu sua inserção na política do Governo Federal. No caso específico de sua conformação, as ações intercooperativas promovidas pelos atores sociais foram determinantes em tal inserção.

Após conhecerem iniciativas de construção de outros territórios no país e acionar atores sociais e políticos específicos, gestores da COOMAFITT e assessores da prefeitura do município de Itati foram os principais promotores da criação do Território Rural de Identidade Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Dessa forma, o Território teve suas atividades oficialmente iniciadas em 2014, envolvendo 24 municípios<sup>10</sup>. Vale mencionar que o início dessas atividades esteve articulado à aprovação de um projeto submetido a uma chamada do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>11</sup>, por intermédio da SDT, da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República. Essa chamada, lançada em 2014, tinha como intuito principal o apoio à implantação e à manutenção de núcleos de extensão em desenvolvimento territorial, e previa apoiar financeiramente projetos, visando ações de extensão e pesquisa que envolvessem o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das iniciativas de desenvolvimento territorial, acordadas em espaços de discussão dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER). A proposta de projeto foi elaborada por uma pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que também é envolvida com os trabalhos cooperativos aqui analisados em curso no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

A articulação entre territorialidade e novidade demonstra claramente o papel e o lugar central que as dimensões social e política possuem na construção de novos projetos de desenvolvimento. A novidade não pode ser unicamente pensada sob o ângulo de sua utilidade ou finalidade. Trata-se, também, de um processo desencadeador de cooperação, negociação, compromisso, disputa, equilíbrio de forças, ou seja, heterogeneidades importantes na configuração desses projetos de desenvolvimento (FONTAN, 2011).

---

<sup>10</sup> A saber: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Riozinho, Santo Antônio da Patrulha, Tavares, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-Lá.

<sup>11</sup> O MDA foi criado em 1999, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e extinto por meio da Medida Provisória nº 726, pelo então Presidente da República Michel Miguel Elias Temer Lulia, no período que ocupou a presidência interinamente, devido à abertura do processo de *impeachment* da Presidente Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Essa mesma Medida Provisória realocou determinadas funções do MDA à Casa Civil da Presidência da República e outras ao novo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, estabelecido no lugar do, até então, Ministério do Desenvolvimento Social.



A construção do desenvolvimento rural, além de ser significativamente dinâmica, alicerça-se, portanto, em uma dimensão política, passível de divergências e tensões, difusas nas micro e macrorrelações sociais. Essa dimensão justifica as tessituras que entrelaçam as perspectivas de território e poder (FONTAN, 2011). Nessa acepção, o CODETER representa o lócus de gestação e gestão das principais transformações sociotécnicas em curso no Litoral Norte. Suas reuniões tornaram-se espaços de discussão sobre distintos assuntos, que embasaram a criação das câmaras temáticas de gênero, saúde, política de desenvolvimento agrário, educação e juventude, meio ambiente, povos e comunidades tradicionais, comercialização e economia solidária e segurança alimentar e nutricional.

Esses espaços de trocas de informação e planejamento, organizados em 2015, favoreceram o diagnóstico de fragilidades específicas no território, como o desalinhamento entre a realidade dos jovens rurais e as oportunidades existentes de acesso à educação. A interação com outros atores sociais, possibilitada por meio de reuniões estaduais de territórios, foi um dos fatores que conduziu à construção, de forma articulada ao Território Rural de Identidade do MDA, de um “território de agroecologia”. Essa iniciativa se refere a um território descontínuo, do ponto de vista geográfico, que abrange municípios localizados fora do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, como explica o coordenador do núcleo diretivo do Colegiado:

O território que a gente delimitou não ficou igual ao Território de Identidade do MDA. [...] Nosso território de agroecologia pega uma parte de cima da Serra também. [...] Nos conecta porque temos frutas nativas, pinhão, uma série de coisas em comum. Nesse nosso território tem municípios que não estão no Território de Identidade do MDA, tem município, por exemplo, que só a metade dele faz parte desse território (Coordenador do núcleo diretivo do CODETER, Itati/RS, mar. 2016).

A definição desse território pelos próprios atores locais coloca em evidência um sistema de produção distinto do modelo de agricultura convencional, o qual é, reconhecidamente, dependente de recursos naturais não renováveis. Ainda que o delineamento do Território Rural de Identidade proporcione acesso a recursos financeiros, foram as discussões sobre a necessidade da distinção de um “território agroecológico”, suscitadas a partir da política territorial do MDA, que impulsionaram a ideia de construção de uma infraestrutura exclusiva para o recebimento, armazenamento e preparo dos produtos orgânicos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Assim, contando com a possibilidade de apoio financeiro do PRONAT, os representantes do CODETER decidiram pela aprovação do projeto, que tem por objetivo

principal beneficiar a comercialização desses alimentos diferenciados e, com isso, fortalecer sua produção ou coleta na região<sup>12</sup>.

Como a cooperativa já tinha entre suas metas o propósito de ampliar a comercialização de produtos orgânicos, os argumentos da construção de tal entreposto foram fortemente defendidos por sua diretoria. A possibilidade de funcionamento desse entreposto vem estimulando agricultores de distintos locais a se orientarem pela lógica de produção orgânica, tendo em vista a consequente facilitação no processo de comercialização desses produtos.

A transformação de uma ideia em uma ação concreta demanda participação (CALLON, 1986) que, por sua vez, implica no incentivo de outros indivíduos, no aproveitamento das ocasiões e do trabalho coletivo para a superação dos obstáculos e resistências (FONTAN, 2011). No recorte empírico em questão, o próprio caráter territorial desse processo inovador faz com que a participação social seja debatida. Nesse sentido, as iniciativas que visam envolver mulheres e jovens nos espaços de discussão das câmaras temáticas das reuniões do CODETER somam-se às ações desenvolvidas pela mediação social local e reforçam a importância da inclusão desses grupos na configuração dos projetos de desenvolvimento do território.

O resultado dessas ações territoriais coloca em evidência as limitações encontradas nas formas de trabalho desenvolvidas pelos grupos organizados da região. Embora a COOMAFITT seja referência na continuidade das atividades de planejamento e avaliação coletiva entre seus associados, os problemas destacados pelos agricultores nesses espaços de discussão são igualmente parte da realidade de vida dos agricultores, que participam de outras organizações sociais do território. Isso implica não somente na identificação de problemas comuns, como também na tomada de decisões que buscam a melhoria dessas situações para além do contexto de uma única cooperativa.

Ainda em meio à institucionalização do Território Litoral Norte e seus desdobramentos em um conjunto de consequências positivas para uma importante parcela de agricultores locais, a continuidade do PRONAT, assim como de outras políticas públicas voltadas à agricultura familiar, é questionável perante as transformações significativas na estrutura de governo do país. Entre os anos 2016 e 2017, os recursos financeiros destinados ao PAA caíram de R\$ 526 milhões para cerca de R\$ 171 milhões, ou seja, aproximadamente, 67%, o que implicou diretamente na redução drástica do número de fornecedores e de entidades beneficiadas

<sup>12</sup>A proposta lançada pela COOMAFITT foi embasada na necessidade apontada pela Instrução Normativa (IN) número 18, sancionada, em maio de 2009, conjuntamente pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelo Ministro da Saúde; esse documento aprova o regulamento técnico para o processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos (BRASIL, 2003). De acordo com essa IN, todos os produtos orgânicos devem ser processados, armazenados e transportados separadamente dos produtos não orgânicos.

(SAGI/MDSA, 2017). Já em relação ao PRONAT, os recursos investidos no ano de 2015 foram de R\$ 81 milhões, o que possibilitou a execução de 230 projetos. Apesar de não terem sido encontradas informações oficiais acerca dos recursos destinados a essa política e do número de projetos desenvolvidos no ano de 2017, os atores sociais envolvidos no CODETER do Litoral Norte do Rio Grande do Sul revelaram que não houve nenhuma liberação de recursos nem a aprovação de novos projetos nesse ano.

Tais transformações já vêm influenciando, para além das estratégias individuais dos agricultores familiares do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, as ações dos dispositivos públicos de promoção do desenvolvimento rural. Existe, inclusive, a forte probabilidade de não execução dos projetos anteriormente aprovados por meio do PRONAT, como, por exemplo, o de construção do entreposto específico para produtos orgânicos no Território Litoral Norte.

Entretanto, *pari passu*, a intensificação de desafios relacionada à complexidade do contexto social, à criatividade e à habilidade desses atores na busca constante por diferentes estratégias, sejam elas de resistência ou de reação, é ampliada. Aliada às feiras, a participação em pregões de prefeituras municipais do estado vem garantindo a renda dos sócios da COOMAFITT, desde o final de 2016. Nesses pregões, que se referem a uma modalidade de licitação para aquisição de gêneros alimentícios, a disputa entre os ofertantes acontece por meio de propostas e lances sucessivos, que têm como partida um valor estimado pelo comprador. Muito embora, nesses processos de comercialização, os agricultores familiares não possuam qualquer vantagem na concorrência com grandes agricultores e comerciantes intermediários, os resultados dessas vendas se mostram satisfatórios aos associados em questão.

Além disso, o apoio de consumidores organizados em sistema de cooperação também tem sido importante para a consolidação da novidade. O estreitamento recente de laços entre a COOMAFITT e a Cooperativa de Consumo GiraSol tem levado a um processo de reconstrução de realidades sociais distintas. Conhecendo os processos administrativos do funcionamento de uma cooperativa, os administradores da COOMAFITT participaram ativamente na constituição da cooperativa de consumidores, sediada em Porto Alegre. Atualmente, a COOMAFITT oferta, à cooperativa de consumidores, produtos orgânicos como banana-prata, ora-pro-nóbis<sup>13</sup> e chips de banana verde, além de outros alimentos produzidos em sistema convencional, tais como mel, mandioca descascada e higienizada, batata-inglesa, berinjela e abobrinha italiana. Outras

<sup>13</sup> Cientificamente denominada *Pereskia aculeata*, a ora-pro-nóbis é originária do continente americano, onde possui ampla distribuição – desde o sul dos Estados Unidos até a Argentina, passando pelas ilhas do Caribe. Cactácea, perene, rústica e resistente à seca, é também conhecida popularmente como a “carne dos pobres”, por ser altamente rica em proteína. Embora muito utilizada no passado na alimentação humana, é incluída no conjunto de plantas que foi sendo substituída por alimentos oriundos de mercados globalizados e que, atualmente, ressurge nas mesas dos consumidores como uma planta alimentícia não convencional (RIBEIRO *et al.*, 2013).

formas de resiliência com potenciais na retroalimentação da novidade são as tendas da beira da estrada Rota do Sol<sup>14</sup>. Nesses espaços, construídos para o comércio de distintos produtos, uma diversidade de alimentos é comercializada, sobretudo os agroindustrializados em estruturas não legalizadas. Dessa forma, garantem renda inclusive aos agricultores que não fazem parte das cooperativas da região por distintos motivos. Dentre estes, os mais conhecidos são o desprovisionamento de renda para se associar às organizações sociais e o não enquadramento nos pré-requisitos das cooperativas quanto ao processamento de seus produtos em agroindústrias legalizadas.

## 5 Considerações finais

No Litoral Norte do Rio Grande do Sul, as transformações promovidas por distintos atores sociais possuem como objetivo central a busca de melhorias da condição de vida no campo, por meio de estratégias organizacionais inovadoras. Essas estratégias articulam distintos atores sociais na geração de rearranjos em relações sociais e de trabalho que valorizam os conhecimentos locais e a diversidade socioambiental, ao mesmo tempo que fundamentam a construção de mercados agroalimentares voltados às peculiaridades desse território em construção. As consequências de processos de intercooperação estão na origem da oficialização de um Território Rural de Identidade, o qual tem possibilitado o acesso a recursos financeiros para projetos coletivos.

Os apoios governamentais provenientes tanto de políticas públicas de compra de alimentos quanto de políticas de desenvolvimento territorial irradiaram consequências para além da ampliação e diversificação da produção ecológica no território. Essas conexões influenciaram diretamente a incorporação de novas famílias de agricultores nas construções de mercados agroalimentares. Entretanto, ainda que tenha havido o reconhecimento público de que essas construções organizacionais coletivas desencadeiam significativos processos de aprendizado, com o estabelecimento de relações de reciprocidade, construção de conexões que levam ao reordenamento no uso de recursos naturais e sociais e transposições de fronteiras das unidades produtivas, reitera-se a necessidade de análise dos entraves atuais a tais construções territoriais.

Os percursos decorrentes da diminuição dos incentivos por parte do Estado vêm demonstrando que o futuro dos agricultores familiares brasileiros, em especial o dos mais

<sup>14</sup> Rica em paisagens naturais, a Rota do Sol conecta os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e é uma via de acesso ao litoral e à Serra Gaúcha, regiões fortemente turísticas.

pobres, depara-se com um contexto particularmente complexo, marcado por seus direcionamentos e, em caráter mais amplo, pelas escolhas da sociedade brasileira sobre as formas que utilizará para enfrentar seus principais desafios enquanto sociedade. Desafios que se referem, dentre outras coisas, à preservação dos recursos naturais, às escolhas tecnológicas face às exigências bioéticas, ambientais e sociais, às relações produção-consumo associadas à garantia da qualidade dos produtos e das formas de produzir e à eliminação da pobreza extrema.

As repercussões das mudanças estruturais do Estado estão começando a penetrar no universo de distintos indivíduos e grupos sociais do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, mas as primeiras consequências desses processos já vêm sendo mediadas e transformadas por esses mesmos atores e estruturas locais. As iniciativas identificadas nesse sentido, como a comercialização em feiras livres, pregões e para cooperativas de consumo, no atual momento, mostram-se como uma via de resistência para muitas famílias de agricultores do território em face aos novos desafios. Justamente essa resistência é o que corrobora a reflexão de que essa dinâmica inovadora se refere a um processo constante de “aprender-fazendo”, não se tratando unicamente do resultado de uma relação de causa e efeito, a qual prospera meramente com o suporte do Estado.

## Referências

ANÇAÇÃO NASCENTE MAQUINÉ (ANAMA). **Quem somos**. Disponível em: <[http://www.onganama.org.br/quem\\_somos.htm](http://www.onganama.org.br/quem_somos.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BELLEMARE G., KLEIN, J. L. (dir.). **Innovation sociale et territoire: convergences théoriques et pratiques**, Presses de l'Université du Québec, Sainte-Foy, 2011.

BONNAL, P. CAZELLA, A. A.; DELGADO, N. G. **Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro**. Biblio 3W (Barcelona), v. XVII, n. 1002, 2012.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 2003. **Dispõe sobre a agricultura orgânica**, Brasília, DF, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2015.

CALLON, M. Éléments pour une sociologie de la traduction. **L'Année sociologique**, n. 36, p. 169-208, 1986.

CENTRO ECOLÓGICO. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br/historico.php>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

COELHO-DE-SOUZA, G.; TEIXEIRA, A. R.; RAMOS, J.; SCHREIBER, N.; WIVES, D. G.; CRUZ, F. T.; SILVA, L. A. B. Novos territórios Rurais no Rio Grande do Sul: os Campos de Cima da Serra e Litoral – microrregiões. *In: V Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos: Dados e Participação*, 2015, Unisinos, São Leopoldo, 2015.

COURLET C., PECQUEUR B. Districts industriels, systems productifs localisés et développement, *In: L. L. ABDEL MALKI; C. COURLET (ed.), Les nouvelles logiques du développement*, Paris, L'Harmattan, 1996, p. 91-101.

FONTAN, J. M. Développement Territorial et Innovation Sociale. *In: Innovation sociale et territoire. Convergences théoriques et pratiques*, Presses de l'Université du Québec, Sainte-Foy, 2011, p. 31-57.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico** – Brasil 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 10 jul. 2013.

MEDEIROS, M. **Sendas da sustentabilidade no desenvolvimento rural**: os passos e os percalços da construção de um novo código sociotécnico em campo. Tese. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PPGA), Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

METROPLAN. Disponível em: <[http://www.metroplan.rs.gov.br/conteudo/1356/?Perfil\\_dos\\_munic%C3%ADpios\\_da\\_Regi%C3%A3o\\_Metropolitana\\_de\\_Porto\\_Alegre\\_%28RMPA%29\\_e\\_Aglomerados\\_Urbanos](http://www.metroplan.rs.gov.br/conteudo/1356/?Perfil_dos_munic%C3%ADpios_da_Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Porto_Alegre_%28RMPA%29_e_Aglomerados_Urbanos)>. Acesso em: 07 abr. 2014.

MOORS, E. H. M.; RIP, A.; WISKERKE, J. S. C. The dynamics of innovation: a multilevel co-evolutionary perspective. *In: WISKERKE, J. S. C; PLOEG, J. D. van der (ed.). Seeds of Transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Royal van Gorcum, 2004, p. 31–56.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. The dynamic of novelty production. *In: PLOEG, J. D.; MARSDEN, T. (eds.) Unfolding Webs: The dynamics of regional rural development*. Assen: Van Gorgum, 2008. 262 p.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, jan./dez. 2005.



PLOEG, J. D. van der.; BOUMA, J.; RIP, A.; RIJKENBERG, F. H. J.; VENTURA, F.; WISKERKE, J. S. C. On regimes, novelties, niches and co-production. *In*: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der (ed.). **Seeds of transition**: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Assen: Royal van Gorcum, 2004, p. 1-30.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI)/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO (MDSA). **PAA Data**, 2017. Disponível em:

<[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2015/visi\\_paa\\_conab/pg\\_principal.php?url=quant\\_produto](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2015/visi_paa_conab/pg_principal.php?url=quant_produto)>. Acesso em: 27 abr. 2017.

WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der (org.). **Seeds of transition**: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Netherlands: Royal van Gorcum, 2004, p. 1-28.

# GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO RIO GRANDE DO SUL: DINÂMICAS NO CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DOS TERRITÓRIOS RURAIS LITORAL E CAMPOS DE CIMA DA SERRA

Gabriela **COELHO-DE-SOUZA**<sup>1</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Jenifer Dias **RAMOS**<sup>2</sup>

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Andressa Ramos **TEIXEIRA**<sup>3</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Natany M. **SCHREIBER**<sup>4</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Ricardo Silva Pereira **MELLO**<sup>5</sup>

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

Brizabel **ROCHA**<sup>6</sup> (in memoriam)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

**Resumo:** Em 2017, vivenciou-se uma drástica mudança no cenário político brasileiro. Foi nesse período que o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), implementado desde 2004, foi encerrado, findando um ciclo da política pública de desenvolvimento territorial brasileiro. Nesse contexto, objetivou-se analisar a governança da política territorial no Rio Grande do Sul, destacando sua dinâmica, analisada a partir do cenário socioambiental dos territórios Litoral e Campos de Cima da Serra. O estado é o segundo com o maior número de territórios, abrangendo cerca de 85% de sua área. Dentre as estruturas de governança, destacam-se o Comitê Articulador Estadual e a Rede Estadual de NEDETs. Do total de 18 territórios rurais, 11 foram reconhecidos em 2013. Essa condição fez com que o estado acumulasse uma experiência de gestão na política territorial bastante diversificada, com ênfase na organização cooperativa do sistema de abastecimento de mercados institucionais e na inclusão da sociobiodiversidade.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Desenvolvimento territorial. Sociobiodiversidade.

**Abstract:** In 2017, there was a drastic change in the Brazilian political scene, during which time the Program for the Sustainable Development of Rural Territories (PRONAT), implemented since 2004, ended with the end of a cycle of public policy for Brazilian territorial development. In this context, the objective was to analyze the territorial politics governance in Rio Grande do Sul, highlighting its dynamics analyzed from the socio-environmental context of the Litoral and Campos de Cima da Serra territories. The state is the second with the largest number of territories, covering about 85% of its area. Among the governance structures, the State Articulating Committee and the NEDETs State Network stand out. Of the eighteen rural territories, eleven were recognized in 2013. This condition led the state to accumulate a very diversified territorial management experience, with emphasis on the cooperative organization of the institutional market supply system and the inclusion of socio-biodiversity.

**Keywords:** Public policies. Territorial development. Sociobiodiversity.

<sup>1</sup> Coordenadora do Círculo de Agroecologia, Sociodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ASSSAN Círculo) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Doutora em Ciências (UFRGS). *E-mail:* gabriela.coelho@pq.cnpq.br.

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ecologia e Evolução da Biodiversidade (PUCRS). *E-mail:* jenifer.ramos@acad.pucrs.br.

<sup>3</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/PGDR (UFRGS). *E-mail:* andressart@gmail.com.

<sup>4</sup> Graduanda em Agronomia (UFRGS). *E-mail:* natanyschreiber@gmail.com

<sup>5</sup> Doutor em Ciências, com ênfase em (UFRGS). *E-mail:* ricardo-mello@uergs.edu.br.

<sup>6</sup> Mestre em Cooperativismo (Unisinos).



## 1 Introdução

Desde a década de 1990, o Brasil vem executando programas e ações com base nos princípios do desenvolvimento territorial. O Rio Grande do Sul, desde 1994, é pioneiro nessas iniciativas, por meio das dinâmicas dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES (BANDEIRA, 2007). Estes são fóruns de deliberação de políticas intersetoriais voltados a um agrupamento de municípios reconhecidos pelo poder público, por meio do orçamento participativo. O objetivo volta-se para a promoção do “desenvolvimento regional; a integração dos recursos e das ações do governo na região; a melhoria da qualidade de vida; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem na sua região; e a preservação e a recuperação do meio ambiente” (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ, 2014).

A política pública de maior abrangência e duração voltada ao desenvolvimento territorial no Brasil foi o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), durante o período de 2004 a 2017, que objetivou "promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia" (BRASIL, 2004). Ela se baseou na abordagem territorial, a qual propõe a gestão por meio da cooperação horizontal e vertical entre as três esferas de governo, com a participação da sociedade civil, conformando uma unidade de referência, entre o nível municipal e o estadual, expressa pelo território (RAVANELLI, 2010).

No âmbito do PRONAT, o território rural é considerado

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e rural, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão do ordenamento social, cultural e territorial (BRASIL, 2004).

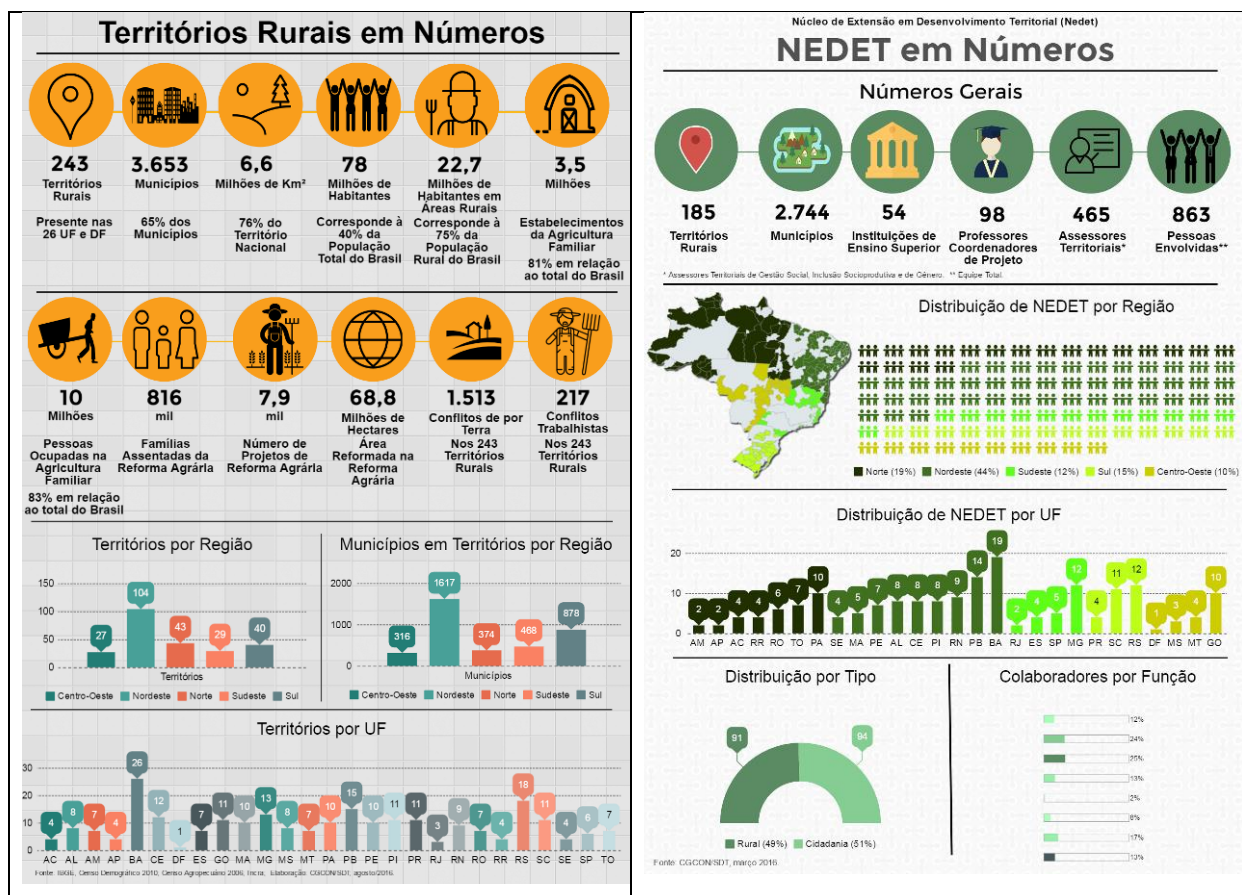
O PRONAT recebeu fomento entre os anos de 2004 a 2017, sendo sua governança bastante aprimorada ao longo dos 13 anos de execução. A estrutura do PRONAT incluiu a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2004. Ela foi a responsável por articular a política com 22 Ministérios participantes. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável teve como função reconhecer os Territórios Rurais de Identidade e da Cidadania, os quais eram solicitados pelas prefeituras locais. A governança do território é de responsabilidade do

Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), que é a instância de mobilização e controle social na qual o Estado e a sociedade, conjuntamente, planejam e monitoram as políticas públicas, bem como coordenam a construção de ações destinadas ao Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Em nível federal, foi previsto o Comitê Gestor Nacional e, em nível estadual, o Comitê Articulador Estadual. Com a finalidade de articular os CODETER entre si, foi criada a Rede Nacional de Territórios Rurais, autônoma em relação à estrutura do Estado. Desde 2014, os Territórios Rurais passaram a receber a assessoria das Instituições de Ensino Superior (IES), por meio dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs), o que permitiu a integração do tripé extensão, pesquisa e ensino às dinâmicas territoriais. A articulação entre os NEDETs e pesquisadores em desenvolvimento territorial foi consolidada, a partir de 2015, por meio da constituição da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE).

A implementação da política territorial iniciou-se em 2004, a partir do reconhecimento de 65 territórios rurais. Em 2015, alcançou 164 territórios, incluindo 2,5 mil municípios. Em 2016, abrangeu 243 Territórios Rurais, envolvendo 3.653 municípios, alcançando cerca de 10 milhões de pessoas ocupadas na agricultura familiar, o que representa cerca de 83% do total (figura 1). Dos 243 Territórios Rurais, 185 receberam assessoramento dos NEDETs, e estavam recebendo em 2016, envolvendo 2.744 municípios (figura 1).

Figura 1 – Infográficos sintetizando informações sobre os territórios e os NEDETs no Brasil, no ano de 2016.



Fonte: Elaborada por CGCON/SDT (2016), a partir do IBGE, Censo Demográfico (2010), Censo Agropecuário (2006), INCRA, CGCON/SDT (2016).

No ciclo desse programa, as dinâmicas presentes nos territórios rurais recebiam impulsos de nível federal, a partir das políticas implementadas pelos diferentes ministérios. Entre esses processos, em 2015, os Territórios Rurais foram os responsáveis por contribuir para a realização das Conferências de Juventude, Políticas para Mulheres e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Além dessa interação, anualmente, a agenda do Território previa operacionalizar o Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), sendo de responsabilidade da plenária territorial a priorização dos projetos socioeconômicos e ambientais de maior relevância para a inclusão socioprodutiva da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, mulheres e jovens.

Essas dinâmicas orquestradas em nível federal possuíam diferentes formas de manifestações frente aos processos territoriais em curso. Além da relação direta entre o nível federal e o territorial, o nível estadual também imprimia processos diretamente sobre os Territórios Rurais, a partir da Delegacia Estadual de Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esses processos, nos três níveis, foram bastante marcantes na trajetória da política territorial no

Rio Grande do Sul, o qual é o segundo estado com o maior número de territórios, totalizando 18. Esse número fica atrás do total de territórios da Bahia (26 Territórios Rurais), cujo estado é totalmente territorializado. No Rio Grande do Sul, dos 18 Territórios Rurais que abrangem cerca de 85% da área do estado, 11 são novos territórios rurais, reconhecidos em 2013, entre eles, os Territórios Rurais Litoral e Campos de Cima da Serra.

Em função da condição de implantação da política territorial em 85% do território do estado, a qual foi iniciada em 2004 com o reconhecimento dos Territórios Zona Sul e Missões, o Rio Grande do Sul acumulou uma experiência na política territorial bastante diversificada, contrastando recentes territórios, que tiveram sua constituição a partir da atuação dos NEDETs, com territórios consolidados, como no caso do Zona Sul, cuja institucionalidade é integrada ao Fórum da Agricultura Familiar na região. Esse território tem sua trajetória bastante reconhecida no cenário da organização da agricultura familiar, o que acarretou em sua escolha para visita do ministro do Desenvolvimento Social, no início de 2016, no Programa Territórios em Foco, evidenciando o reconhecimento do avanço da política territorial no estado.

Em 2016, com a drástica mudança no cenário político e econômico brasileiro, houve a transferência da SDT para a Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário e a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Naquele momento, o PRONAT deixou de ser priorizado pelo governo federal, finalizando a alocação de recursos para os Territórios Rurais e NEDETs, inclusive havendo a retenção de parte dos recursos previamente concedidos<sup>7</sup>. Em 2017, ocorreu a finalização do convênio CNPq/MDA que instituiu os NEDETs no Brasil. Entretanto, pelo fato de os núcleos serem estruturas induzidas nas universidades, e estas terem autonomia sobre sua organização, desde que cumpra com o tripé ensino-pesquisa-extensão, os NEDETs têm o potencial de se tornarem estruturas permanentes nas universidades brasileiras (COELHO-DE-SOUZA *et al.*, 2018).

Nesse contexto, este artigo objetiva analisar a governança da política de desenvolvimento territorial<sup>8</sup> no Rio Grande do Sul, enfatizando sua dinâmica analisada a partir do contexto socioambiental dos territórios Litoral (TRL) e Campos de Cima da Serra (TRCSS). Ele está organizado em três seções, além desta introdução. A primeira analisa o contexto socioambiental do território Litoral e sua governança. A segunda analisa o contexto

7 Foram retidos recursos dos projetos de extensão dos NEDETs, junto ao CNPq/MDA, referentes a bolsas. O custeio, cujos valores já se encontravam na conta dos NEDETs, foi sendo gasto até 2017, prazo máximo de duração dos projetos.

8 A metodologia constou da pesquisa-ação conduzida pelos pesquisadores-extensionistas do NEDET UFRGS e do Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Sul (OBSSAN), acompanhando a implantação dos TRL e TRCSS (Schreiber e Coelho-de-Souza, 2017). O artigo trata de uma compilação dos diversos trabalhos que o NEDET UFRGS pesquisou-atuou, em especial o de Coelho-de-Souza *et al.* (2015a).

socioambiental do território Campos de Cima da Serra e sua governança. Por fim, faz-se uma breve análise da estrutura de governança da política de desenvolvimento territorial do Rio Grande do Sul, sublinhando a trajetória de um ciclo da política pública territorial.

## 2 O contexto socioambiental e a governança do Território Rural Litoral

O Território Rural Litoral é socioambientalmente diversificado. Nele há a presença das nascentes no Planalto, no município de São Francisco de Paula, a 900 m de altitude, e das lagoas no Litoral Médio, indo até a foz, onde o rio se liga ao oceano Atlântico, no município de Tramandaí. Este, juntamente com o município de Capão da Canoa, apresenta a maior urbanização e população, sendo 41.585 e 42.040 habitantes, respectivamente. O território está localizado no Planalto Meridional e na Planície Costeira do Rio Grande do Sul. Nele estão presentes os biomas Mata Atlântica, incluindo a Floresta Ombrófila Mista e a Densa, e o bioma Pampa, com a formação pioneira de origem fluvio-lacustre-marinha. Em grande parte do território encontram-se os ecossistemas nativos, a saber, florestas, banhados, lagoas, dunas e restingas, muitos deles ameaçados, sendo alguns protegidos por Unidades de Conservação.

A vegetação compreende 4 tipos, segundo classificação do projeto RADAMBRASIL, predominando florestas e restingas. As florestas estão presentes em 54% dos municípios, as restingas em 58% (RAMOS *et al.*, 2015). As florestas estão representadas pela Floresta Estacional Semidecidual e, majoritariamente, pela Floresta Ombrófila Densa. As restingas dividem-se em área de formação pioneira com influência marinha, as restingas *stricto sensu* e a área de formação pioneira (influência fluvial ou lacustre) (COELHO-DE-SOUZA *et al.*, 2015).

No território, estão presentes 5 Bacias Hidrográficas, Rio Mampituba, Rio dos Sinos, Rio Gravataí, Litoral Médio e Rio Tramandaí. Nessa região, há a maior concentração de Unidades de Conservação que envolve as esferas estaduais, municipais e federal, com o total de 8, sendo 5 de Proteção Integral e 3 de Uso Sustentável. As Unidades estão sendo implantadas na região desde a década de 1990, contando atualmente com gestores, conselhos e Planos de Manejo (CASTRO & MELLO, 2013). Essa forma de gestão compartilhada levou a uma articulação entre gestores e conselheiros, entre eles, pescadores e agricultores, para a realização de projetos em parceria que fomentam a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.

No rural desse território, encontra-se uma população culturalmente diversa, incluindo grupos que compõem a sociodiversidade brasileira e estão demandando seus territórios tradicionais, como povos indígenas, remanescentes de quilombos (CASAGRANDE, 2012) e



pescadores, além de descendentes de imigrantes europeus (COELHO-DE-SOUZA *et al.*, 2012). Nesse território, existem o Fórum da Pesca do Litoral Norte, Fórum Quilombola da Península do Litoral, com a participação de 8 quilombos, sendo 7 presentes no Território, entre eles, Olhos D'água, Capororocas (Tavares), Teixeiras, Beco dos Colodianos e Casca (Mostardas), Limoeiro (Palmares do Sul), Costa da Lagoa (Capivari do Sul). Além destes, está presente, no Território, o Quilombo do Morro Alto, em Maquiné, que vem recebendo medidas de compensação da ampliação da BR-101 (RAMOS, 2012). Existem, ainda, 9 aldeias Guarani: Tekoa Pindoty e Tekoa Itapoty (Riozinho), Tekoa Campo Molhado e Tekoa Guyra Nhandu (Maquiné), Tekoa Kuaray Resë (Osório), Tekoa Nhu'u Porã (Torres), Tekoa Yryapu e Tekoa Ka'a Mirindy Yy Pa'ü (Palmares do Sul), Tekoa Ka'aguy Pa'ü (Caraá).

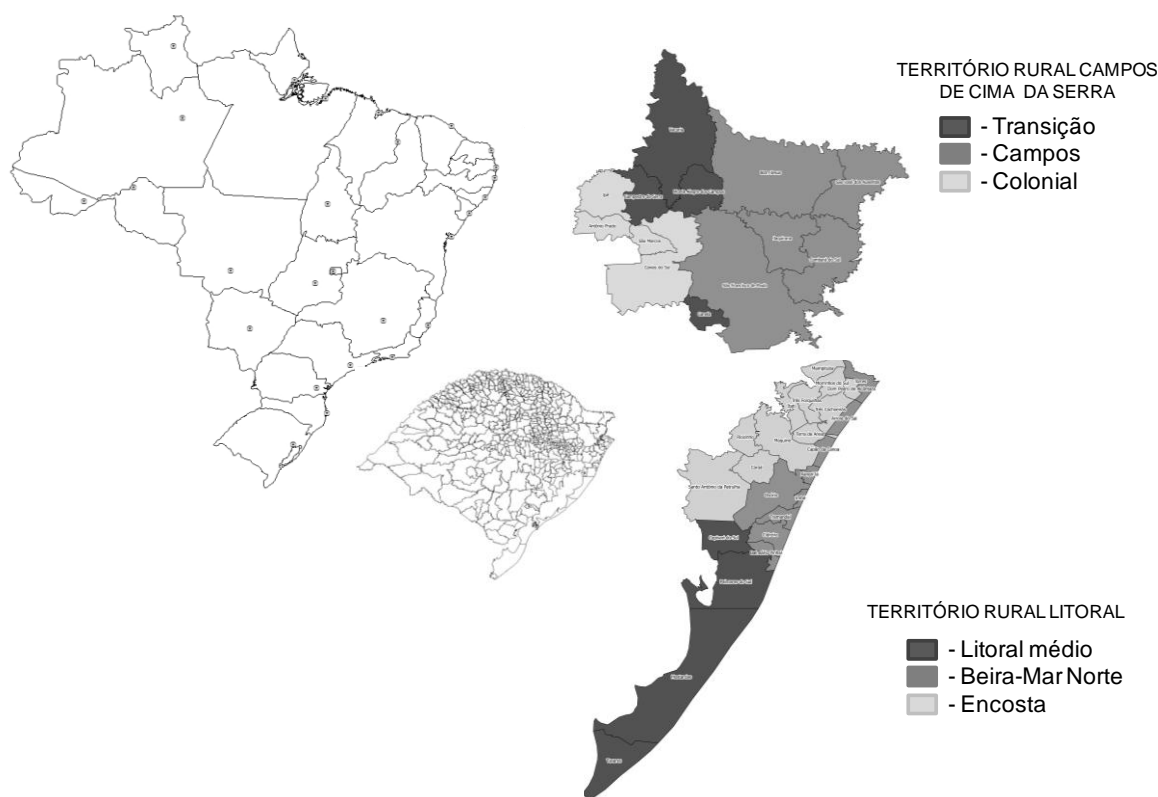
No Território Litoral estão presentes ONGs que vêm trabalhando, em parceria com agricultores familiares, nos processos de transição agroecológica, valorizando os sistemas agroflorestais e os produtos da sociobiodiversidade, como o palmito-juçara (*Euterpe edulis*) (MEDAGLIA, 2010), butiá e fibras vegetais. Destacam-se as ONGs Ação Nascente Maquiné (ANAMA), Curicaca e Centro Ecológico. No território está presente o Posto Avançado Maquiné, gerenciado pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, o qual faz parte do Sistema de Gestão das Reservas da Biosfera, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Ressalta-se a presença de redes envolvendo agricultores, técnicos de ATER, estudantes e pesquisadores, como a Rede Orientada para o Desenvolvimento da Agroecologia (RODA), Rede Juçara e Rede Ecovida, esta trabalhando com a certificação dos produtos orgânicos. Além da existência dessas redes, o território conta com uma diversificada presença de instituições acadêmicas<sup>9</sup>.

De acordo com Coelho-de-Souza *et al.* (2015), o Território Rural Litoral compreende 3 microrregiões (figura 2), com base na caracterização adotada no Atlas Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí (CASTRO & MELLO, 2013), que diferencia os ambientes em Planície Costeira Interna, Planície Costeira Externa e Litoral Médio. De acordo com a classificação e os aspectos socioeconômicos, relacionados às dinâmicas locais, as microrregiões foram delimitadas em: a) Encosta, b) Beira-Mar Norte e c) Litoral Médio.

---

<sup>9</sup> Destaca-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus de Osório; a Escola Rural de Osório (Escola Estadual de Ensino Médio Ildefonso Simões Lopes); a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), incluindo o Campus de Osório; a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), incluindo o Campus Litoral Norte.

Figura 2 – Localização e regionalização dos Territórios Rurais Campos de Cima da Serra e Litoral, Rio Grande do Sul



Fonte: Coelho-de-Souza *et al.* (2015).

A microrregião Encosta compreende 11 municípios, Santo Antônio da Patrulha, Três Cachoeiras, Terra de Areia, Caraá, Maquiné, Riozinho, Morrinhos do Sul, Mampituba, Três Forquilhas, Itati e Dom Pedro de Alcântara, ordenados de acordo com maior contingente populacional. O ecossistema predominante é a Floresta Ombrófila Densa, que atinge os 850 m de altitude (CASTRO & MELLO, 2013). O território apresenta: a) relevos acidentados, onde é realizada agricultura de subsistência e produção de banana e açaí-juçara, em sistemas agroflorestais; b) áreas de várzea ao longo dos rios e entre as lagoas, utilizadas para a produção de olericultura; e c) os corpos d'água relacionados à produção de pescado. É a região com maior população rural, cerca de 42.674 habitantes, no ano de 2010, o que representava a média de 62,3% da população dos municípios, variando de 29,2% a 91,8%, este último percentual pertencente ao município de Itati.

A microrregião Beira-Mar Norte compreende 9 municípios, Capão da Canoa, Tramandaí, Osório, Torres, Imbé, Cidreira, Xangri-Lá, Balneário Pinhal e Arroio do Sal. O ecossistema predominante consiste nas áreas de formação pioneira da planície costeira de



origem fluvio-lacustre-marinha, predominando as restingas. As principais atividades econômicas referem-se à produção de arroz nas lagoas e ao turismo de verão, momento do ano em que a população triplica. Caracteriza-se por ser a microrregião com a menor população rural, 6.382 habitantes, representando a média de 2,4% da população total dos nove municípios, variando de 0,1% a 7,3%. Essa escassez de pessoas no campo também se deve ao fato de que as áreas rurais foram adquiridas como sítios de lazer, por serem próximas ao Litoral. Ao mesmo tempo, atores rurais importantes são os remanescentes de quilombos e Mbya-Guarani.

As microrregiões Encosta e Beira-Mar Norte são complementares na estruturação dos sistemas agroalimentares, nos quais a Encosta produz agricultura e comercializa nas cidades litorâneas, principalmente na estação do verão.

A microrregião Litoral Médio compreende 4 municípios, Capivari do Sul, Mostardas, Tavares e Palmares do Sul. Seu ecossistema é semelhante ao da microrregião Beira-Mar Norte, consistindo nas áreas de formação pioneira da planície costeira de origem fluvio-lacustre-marinha. Entretanto, por estar conectada à Lagoa dos Patos, essa microrregião está exposta a ventos fortes que tornam drásticas as condições de agricultura. Suas principais produções agrícolas são o arroz, a pecuária e a agricultura de subsistência. A microrregião apresenta forte presença étnica, principalmente de remanescentes de quilombos, e Mbya Guarani. O CODETER Litoral, instituído desde 2013, criou, em 2015, as Câmaras Temáticas Segurança Alimentar e Nutricional, Comercialização e Economia Solidária, Povos e Comunidades Tradicionais, Meio Ambiente, Educação e Juventude Rural, Política de Desenvolvimento Agrário e Saúde. De acordo com Coelho-de-Souza *et al.* (no prelo), o CODETER Litoral incorporou os povos e comunidades tradicionais em sua estrutura a partir de dois dispositivos, sendo um deles a criação da referida Câmara Temática, com a finalidade de fomentar o debate, a articulação e a implementação de ações de desenvolvimento rural sustentável para comunidades remanescentes de quilombos, pescadores e do povo Guarani no território. No Regimento Interno, no capítulo referente à estrutura, foi incorporado o inciso: “§5º A participação de povos e comunidades tradicionais deverá ser viabilizada de acordo com seus costumes e tradições”. Esse dispositivo permite a participação das lideranças desses grupos, buscando respeitar suas formas de organização.

Em relação aos Mbya Guarani, o cacique da aldeia Pindoty, presente no município de Riozinho, passou a integrar o Núcleo Diretivo do CODETER. Essa atuação conjunta permitiu a aproximação da política territorial junto ao Guarani, culminando na realização da Conferência Temática de ATER Mbya Guarani, no Território do Litoral do Rio Grande do Sul, etapa da 2ª Conferência Nacional de ATER (CNATER) – Ater, agroecologia e alimentos saudáveis, em 2016. A Conferência foi realizada juntamente com o Encontro Guarani: o passado-futuro na

continuidade da cultura no território do litoral – *Nhemboaty Mbya kuery: teko ojevnyangua regua, yye'ëregua* e o evento Diálogos Interculturais sobre Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas, no Território do Litoral do RS. Esses eventos iniciaram a construção do Plano de Vida das aldeias Guarani em interlocução com o Plano de Gestão Territorial e Ambiental das aldeias do Território Litoral, conjuntamente com o componente indígena do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PRINTES *et al.*, 2015).

O TRL passou a se estruturar a partir do assessoramento do NEDET, desde 2014. Em 2017, os pesquisadores-extensionistas apresentaram o diagnóstico e as diretrizes do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do território, como conclusão da etapa de assessoramento pelo Convênio CNPq/MDA. O plano foi constituído por cerca de 80 diretrizes oriundas das Conferências de Assistência Técnica e Extensão Rural, de Políticas para Mulheres e para Juventude, ocorridas no território.

A partir da drástica mudança no cenário político brasileiro, a partir de 2016, houve uma maior apropriação dos atores sobre as agendas do TRL, fazendo com que os mesmos atuassem em fluxo cotidiano entre os anos de 2016 e 2017, também por continuarem contando com o assessoramento do NEDET UFRGS, como projeto de extensão (SCHREIBER; COELHO-DE-SOUZA, 2017).

### **3 O contexto socioambiental e a governança do Território Rural dos Campos de Cima da Serra**

O Território dos Campos de Cima da Serra faz fronteira com o estado de Santa Catarina, região onde a altitude é superior a mil metros acima do nível do mar (figura 2). A área constitui-se na transição entre o Bioma Pampa (ou Campos Sulinos) e a Mata Atlântica, pois, como argumenta Boldrini *et al.* (2009), embora a região esteja vinculada ao bioma Mata Atlântica, há, na região, influência do bioma Pampa. Nesse território, os invernos são, em geral, bastante rigorosos, podendo, inclusive, nevar, com alguma frequência. O clima da região é predominantemente do tipo Cfb (classificação climática de Köppen), temperado e úmido, sendo favorável às formações florestais. A hidrografia da região compreende todas as nascentes dos rios Canoas e Pelotas, as quais correspondem aos principais formadores da extensa bacia do rio Uruguai. Ao sul, encontra-se a bacia do rio Taquari e Antas. Com relação aos corpos d'água, observa-se ainda a formação de áreas alagadas e de turfeiras (BOLDRINI *et al.*, 2009).

A vegetação compreende 5 tipos, segundo classificação do projeto RADAMBRASIL, predominando campos (59%) e florestas (41%) (figura 2). Dentre os campos, a estepe gramíneo-lenhosa, com floresta de galeria, representa 47,1% da vegetação e está presente em

dez municípios, a estepe parque com floresta de galeria contribui com 12,2%, sendo ambas conhecidas como campos de cima da serra. A Floresta Ombrófila Mista está presente em todos os municípios, com exceção de Vacaria, e representa 37,5% da vegetação; a Floresta Estacional Decidual contribui com 3,1% e a Floresta Estacional Semidecidual com 0,2%, sendo que esta ocorre apenas em Canela. Percebe-se que a Floresta Ombrófila Mista é a vegetação que predomina, participando da identidade do território.

A paisagem da região dos Campos de Cima da Serra compreende mosaicos de campos entremeados por florestas, com predominância de araucárias (*Araucaria angustifolia*), dispersas ou em capões de mato. A vegetação característica da região possui estrutura arbustiva e/ou herbácea. Em virtude da influência tanto da vegetação do Brasil Central como da região andina do sul da América do Sul, há na região a coexistência de gramíneas C3 e C4, o que resulta no aumento da diversidade e da qualidade forrageira dos campos naturais (BOLDRINI et al., 2009). De forma associada à qualidade das pastagens nativas, desenvolveu-se e mantém-se na região a atividade pecuária como principal atividade rural, com destaque especial para a pecuária de corte, mas, em virtude da adaptação do gado à região, também é tradicional a produção de leite e derivados, em especial o queijo serrano.

A centralidade da produção de gado é decorrência do povoamento da região, que esteve relacionado com a ocupação da terra e a apropriação de reserva de animais, como gado e mulas, deixados para trás pelos padres jesuítas com o término das reduções no Rio Grande do Sul, durante o século XVIII. Os ciclos florestais e agrícolas ocorridos em sete décadas de intensas dinâmicas representam quatro fases de transformação da paisagem e processos de degradação ambiental na região. Na década de 1950, destaca-se a extração de madeira de araucária, considerada o Ouro Verde, processada nas serrarias próximas às florestas. A partir da década de 1970, ocorre a expansão dos monocultivos de pinus (*Pinus elliottii*), estimulada pelo governo, por incentivos ao plantio de “reflorestamento” obrigatório, como compensação à destruição das florestas nativas. Na década de 1990, ocorre a grande expansão dos monocultivos de pinus, decorrente da legislação ambiental que proíbe o manejo tradicional da queimada dos campos. Aliado a isso está a desvalorização do preço do gado, em função da expansão da fronteira da pecuária na região Centro-Oeste e Norte do Brasil.

Na década 2000, expande-se fortemente a produção comercial de hortifrutigranjeiros, principalmente batata e repolho, utilizando-se de tecnologias de irrigação e insumos químicos. Desde 2010, iniciam-se os extensos monocultivos de soja e milho, associados ao alto consumo de insumos químicos, estes relacionados aos mercados internacionais.

Os impactos dessas dinâmicas recaem sobre a qualidade dos recursos hídricos, a estrutura dos solos, a extinção de espécies, a diminuição da biodiversidade e a extinção do

ecossistema campo. Destaca-se que a extração da araucária impactou a estrutura da Floresta Ombrófila Mista com diminuição de recursos para a fauna nativa. Posteriormente, os monocultivos de pinus passaram a substituir os campos, e o sombreamento dos corpos d'água, que originalmente continham vegetação ciliar campestre, está ameaçando espécies de esponjas-de-água-doce – *Oncosclera jewelli* (Volkmer, 1963) e *Heteromeyenia insignis* Weltner (PRINTES et al., 2015). As lavouras passaram a destruir a estrutura dos solos, dificultando a restauração dos campos. Por fim, o uso intensivo de insumos químicos degrada o solo e contamina os recursos hídricos (BOZIKI et al., 2011).

A extinção do campo está associada à ameaça aos modos de vida dos pecuaristas familiares. Na região, a pecuária ocupa mais de 90% das terras dos municípios, de modo que se pode estimar que lá existam entre 2.500 a 3.000 pecuaristas familiares (RIES; MESSIAS, 2003). Além disso, também de acordo com Ries e Messias (2003), nos municípios da região, cerca de 70% dos estabelecimentos rurais têm menos de 100 hectares, área que, de acordo com os critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), caracteriza esses produtores como pecuaristas familiares.

Ao longo do período de ocupação e colonização, os produtores se adaptaram à região e desenvolveram técnicas de produção e manejo das propriedades voltadas para a produção de carnes e de queijo serrano (AMBROSINI, 2007; KRONE, 2009; CRUZ, 2012). Esses modos de produção desenvolvidos pelos produtores dos Campos de Cima da Serra têm garantido a manutenção social e econômica das famílias rurais e, em certa medida, o abastecimento dos centros urbanos da região, com destaque para o município de Caxias do Sul, um dos principais centros consumidores de queijo serrano.

Em relação ao contingente populacional, dentre os municípios desse território, o município de Caxias do Sul, com 435.564 habitantes, é o que apresenta maior população (IBGE, 2010). O segundo município do território, com 61.342 habitantes, é Vacaria. Os demais apresentam características eminentemente rurais, sendo que sua população varia entre cerca de 40.000 (Canela) e 3.100 (Monte Alegre dos Campos) habitantes (figura 2). Assim, os dados populacionais demonstram que Caxias do Sul e Vacaria constituem-se nos centros urbanos consumidores para onde parte expressiva da produção agropecuária da região é escoada.

No que se refere à organização dos produtores e demais atores locais, pode-se dizer que ela está se iniciando na região, mas que, mais recentemente, tem havido processos organizativos que indicam mudanças. Ressalta-se a articulação da gestão das unidades de conservação, a articulação dos municípios em torno da Rota dos Campos de Cima da Serra, além das associações de produtores que estão crescendo e se ampliando no território. Vale mencionar, particularmente no âmbito da organização administrativa e institucional, a Associação das

Prefeituras dos Municípios da Região, a AMUCSER, e o Consórcio das Prefeituras da Região para o Desenvolvimento Sustentável (Condesus). A presença de IES<sup>10</sup> é marcante na região.

O CODETER CCS iniciou as atividades a partir de 2013, entretanto passou a ter uma rotina de trabalho a partir de 2015, por meio do assessoramento do NEDET UFRGS em parceria com a UERGS. De acordo com Teixeira *et al.* (no prelo), em 2015 foram criadas seis câmaras temáticas – Pecuária Familiar, Agroflorestas, Cooperativismo e Mercados Institucionais, Atividades Rurais Não Agrícolas, Socioambiental – e dois comitês setoriais – Juventude e Mulheres.

Em função das suas características ecológicas, sociais, culturais e econômicas, o território foi dividido em 3 microrregiões (figura 2): Colonial, Transição e Campos. A microrregião Colonial inclui 4 municípios, Caxias do Sul, São Marcos, Antônio Prado e Ipê (ordenados pelo indicador de maior contingente populacional). Sua delimitação se justifica pela localização na encosta da Serra Geral, predominância da Floresta Estacional Decidual e colonização majoritariamente italiana. Essa microrregião é a mais populosa, com 627.501 habitantes, em função da presença do município de Caxias do Sul, que apresenta 435.564 habitantes e é um dos maiores polos industriais do estado. Também é a microrregião com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 0,759, mesmo sem a inclusão de Caxias do Sul, IDH 0,751.

A agricultura familiar caracteriza-se por pequenas unidades de produção, com atividades diversificadas, destacando-se a produção de uvas e pêssegos e, ainda, a produção integrada de aves e suínos. As agroindústrias e cooperativas são expressivas nessa microrregião. Além disso, a produção agroecológica também é bastante significativa, com algumas das associações mais antigas de agricultores ecológicos do estado do Rio Grande do Sul. Nessa microrregião, destacam-se o fortalecimento da assistência técnica e a certificação solidária, com destaque para o trabalho que vem sendo realizado pela Rede Ecovida.

A microrregião Transição inclui 4 municípios, Vacaria, Canela, Monte Alegre dos Campos e Campestre da Serra. O ecossistema predominante é o mosaico Campo-Floresta, com predominância dos Campos de Cima da Serra. Entre as características ambientais, destacam-se os solos derivados de basalto sequência básica, o que lhe confere boa fertilidade. A identidade está associada ao gaúcho e aos imigrantes italianos, por isso a denominação da microrregião de Transição.

---

<sup>10</sup> Presença da UFRGS, com o Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural (Plageder/UFRGS), no município de São Francisco de Paula, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidades São Francisco de Paula, Caxias do Sul e Vacaria, com destaque para o Instituto Federal Vacaria.



Nessa microrregião, a CT de Agroflorestas é bastante atuante, principalmente a partir do trabalho da ONG Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). As ações estão centradas no fortalecimento da cadeia solidária das frutas nativas, que busca a consolidação e expansão da produção e comercialização dessas frutas, incluindo o pinhão, através da organização dos agricultores familiares e da implantação de unidades de beneficiamento. Destaca-se o pinhão como um produto que envolve um número expressivo de famílias serranas, que buscam na atividade uma fonte de renda para subsistência (TEIXEIRA *et al.* [no prelo]).

A microrregião Campos é bastante semelhante. Ela compreende 5 municípios, São Francisco de Paula, Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana, São José dos Ausentes. Entretanto, seus solos são rasos e derivados de basalto sequência ácida, nos municípios que se localizam na borda do Planalto, principalmente em São Francisco de Paula e Cambará do Sul. Além disso, sua localização, na borda do Planalto, e as elevadas altitudes (chegando a cerca de 1.380 m, em São José dos Ausentes) são fatores que concorrem para a alta pluviosidade, as baixas temperaturas e a baixa fertilidade dos solos, conferindo-lhe um ecossistema submetido a condições ambientais mais drásticas, conseqüentemente menos produtivo do ponto de vista da agricultura. Nessa microrregião predomina a identidade do gaúcho. Essa região apresenta o menor IDH, 0,665.

De acordo com Teixeira *et al.* (no prelo), uma das Câmaras Temáticas de maior atuação no TRCCS, que conta com a participação de pesquisadores da UERGS e técnicos da Secretaria de Agricultura e Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), é a da Pecuária Familiar, que vem atuando na regulamentação da definição do pecuarista familiar que, segundo a definição do estado do Rio Grande do Sul, inclui a posse de até 300 hectares. Essa Câmara vem atuando também na busca por alternativas viáveis para o manejo e a conservação dos campos nativos, incluindo estudo de viabilidade sobre a possibilidade de uso controlado do fogo, a unificação da regulamentação dos serviços de inspeção sanitária, com a finalidade de viabilizar a comercialização legal do queijo serrano, e o reconhecimento do produto como característico da região (MANIFESTO CT PECUÁRIA FAMILIAR). Nos anos de 2018 e 2019, a CT Agroflorestas passou a atuar em parceria com o projeto PANexus (CNPq/MCTIC), constituindo-se em um espaço de governança bastante ativo.

Em relação às dinâmicas em ambos os territórios, as microrregiões que apresentaram maior desenvolvimento humano, avaliado pelos indicadores renda, longevidade e educação, são a Colonial (0,759) e Beira-Mar Norte (0,738). Por outro lado, as microrregiões com menor desenvolvimento humano são Campos (0,665), onde o município de Jaquirana apresentou IDH 0,614, e Encosta (0,682), cujo município de Mampituba apresentou IDH 0,649. No território Campos de Cima da Serra encontram-se as maiores desigualdades, representadas pelas

microrregiões Colonial – com maior população total e IDH – e Campos – com menor IDH. Apesar disso, é na região Transição que o município de Monte Alegre dos Campos apresenta o segundo menor IDH do território, com valor de 0,65.

A figura 3 apresenta a evolução do IDH desagregado. Percebe-se que todas as dimensões, renda, educação e longevidade, desenvolveram-se em três décadas. Entretanto, observa-se que o aumento da expectativa de vida ao nascer (longevidade) foi o que mais contribuiu para o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) geral, chegando a um patamar de índice de desenvolvimento humano muito alto em todas as microrregiões. A Educação foi o índice que mais contribuiu para o IDHM ser mantido entre as faixas baixo e médio. Ela apresenta índice de desenvolvimento médio (de 0,6 a 0,699) nas microrregiões Colonial e Beira-Mar Norte. Na microrregião Campos, Encosta e Litoral Médio, a Educação é expressa por índices de baixo desenvolvimento humano, destacando-se os municípios de Jaquirana, Riozinho, Mostardas e Tavares, nas respectivas microrregiões, com muito baixo desenvolvimento (0,4-0,499) (COELHO-DE-SOUZA *et al.*, 2015a).



Figura 3 – Evolução das dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Município	População Total	IDH 1991			IDH 2000			IDH 2010			IDHM
		Renda	Educação	Longevidade	Renda	Educação	Longevidade	Renda	Educação	Longevidade	
<b>Microrregião Transição</b>											
Vacaria	61342	0,633	0,329	0,734	0,701	0,478	0,786	0,74	0,605	0,838	0,721
Canela	39229	0,634	0,253	0,75	0,697	0,472	0,788	0,738	0,667	0,849	0,748
Campestre da Serra	3247	0,584	0,186	0,765	0,647	0,43	0,866	0,713	0,557	0,886	0,706
Monte Alegre dos Campos	3102	0,486	0,085	0,686	0,536	0,237	0,777	0,667	0,501	0,822	0,65
<b>Microrregião Colonial</b>											
Caxias do Sul	435564	0,728	0,381	0,756	0,771	0,556	0,817	0,812	0,686	0,86	0,782
São Marcos	20103	0,702	0,32	0,761	0,731	0,551	0,835	0,775	0,683	0,855	0,768
Antonio Prado	12833	0,7	0,317	0,721	0,744	0,558	0,768	0,777	0,671	0,835	0,758
Ipê	6016	0,669	0,256	0,744	0,654	0,454	0,782	0,751	0,618	0,831	0,728
<b>Microrregião Campos</b>											
São Francisco de Paula	20537	0,608	0,243	0,678	0,657	0,405	0,778	0,701	0,534	0,86	0,685
Bom Jesus	11519	0,574	0,194	0,664	0,632	0,335	0,748	0,697	0,51	0,832	0,666
Cambará do Sul	6542	0,586	0,26	0,706	0,633	0,36	0,788	0,705	0,574	0,838	0,697
Jaquirana	4177	0,513	0,144	0,65	0,584	0,257	0,693	0,626	0,475	0,779	0,614
São José dos Ausentes	3290	0,569	0,19	0,686	0,616	0,28	0,777	0,674	0,541	0,801	0,663
<b>Microrregião Encosta</b>											
Santo Antônio da Patrulha	39685	0,625	0,281	0,748	0,642	0,474	0,784	0,718	0,594	0,866	0,717
Três Cachoeiras	10217	0,685	0,258	0,744	0,67	0,489	0,793	0,722	0,606	0,847	0,718
Terra de Areia	9878	0,606	0,265	0,72	0,662	0,444	0,776	0,699	0,565	0,829	0,689
Caraá	7312	0,523	0,135	0,72	0,578	0,292	0,776	0,661	0,505	0,83	0,652
Maquiné	6905	0,572	0,238	0,717	0,647	0,373	0,804	0,695	0,519	0,88	0,682
Riozinho	4330	0,557	0,175	0,76	0,63	0,341	0,853	0,69	0,472	0,885	0,661
Morrinhos do Sul	3182	0,548	0,168	0,678	0,588	0,475	0,747	0,72	0,593	0,842	0,711
Mampituba	3003	0,55	0,138	0,678	0,583	0,312	0,764	0,65	0,517	0,813	0,649
Três Forquilhas	2914	0,514	0,147	0,715	0,599	0,35	0,757	0,661	0,539	0,813	0,662
Itati	2584	0,553	0,158	0,715	0,633	0,354	0,757	0,692	0,524	0,827	0,669
Dom Pedro de Alcântara	2550	0,515	0,167	0,715	0,603	0,409	0,757	0,697	0,577	0,82	0,691
<b>Microrregião Beira-mar-norte</b>											
Capão da Canoa	42040	0,638	0,307	0,744	0,698	0,454	0,822	0,756	0,637	0,852	0,743
Tramandaí	41585	0,622	0,288	0,714	0,708	0,45	0,797	0,727	0,606	0,842	0,719
Osório	40906	0,672	0,341	0,788	0,709	0,513	0,831	0,769	0,646	0,853	0,751
Torres	34656	0,657	0,319	0,745	0,702	0,532	0,846	0,75	0,685	0,862	0,762
Imbé	17670	0,65	0,339	0,744	0,715	0,55	0,788	0,825	0,638	0,847	0,764
Cidreira	12668	0,621	0,231	0,706	0,691	0,481	0,79	0,73	0,625	0,848	0,729
Xangri-Lá	12434	0,658	0,252	0,761	0,678	0,477	0,819	0,74	0,63	0,852	0,735
Balneário Pinhal	10856	0,602	0,208	0,678	0,699	0,443	0,761	0,71	0,567	0,836	0,696
Arroio do Sal	7740	0,64	0,23	0,751	0,699	0,507	0,825	0,74	0,649	0,844	0,74
<b>Microrregião Litoral Médio</b>											
Mostardas	12124	0,634	0,177	0,754	0,63	0,372	0,793	0,701	0,493	0,849	0,664
Palmares do Sul	10969	0,649	0,253	0,754	0,651	0,437	0,793	0,725	0,592	0,852	0,715
Tavares	5351	0,608	0,171	0,744	0,648	0,315	0,784	0,692	0,492	0,828	0,656
Capivari do Sul	3890	0,651	0,268	0,763	0,745	0,474	0,807	0,805	0,668	0,836	0,766

	muito baixo desenvolvimento humano (0,000-0,499)
	baixo desenvolvimento humano (0,500-0,599)
	médio desenvolvimento humano (0,600-0,699)
	alto desenvolvimento humano (0,700-0,799)
	muito alto desenvolvimento humano (acima de 0,800)

Fonte: PNUD (2015) elaborado por Coelho-de-Souza *et al.*, 2015a.

#### 4 Considerações finais: estruturas de governança da política territorial no Rio Grande do Sul

No estado do Rio Grande do Sul, dos 18 territórios rurais, 12 receberam assessoria dos NEDETs, envolvendo 7 IES, entre elas a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com 3 NEDETs – Territórios Centro Serra, Noroeste Colonial e Produção; UERGS com 5 – Territórios Vale do Taquari, Vale do Rio Pardo, Pampa, Nordeste e Campos de Cima da Serra; Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Território Rural Pacto Novo Rio Grande; Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – Território da Cidadania Zona Sul; IFRS – MARGENS - Revista Interdisciplinar

Território Litoral; Instituto Farroupilha (IFFar) – Território Fronteira Noroeste; e UFRGS compartilhando a coordenação dos Territórios Litoral e Campos de Cima da Serra.

Em função da tardia adesão dos territórios à política territorial no estado, pois em 2013 foram reconhecidos 61,1% do total dos territórios, a política passou a ser implementada de forma abrangente no último período desse ciclo. Esse fato fez com que o estado possuísse territórios com largas trajetórias na política territorial, por meio da assessoria de ONGs, como o Território da Cidadania Zona Sul e o Território Rural Missões, bem como territórios recentes, os quais foram implementados, desde o seu início, contando com a assessoria de IES.

A organização das estruturas da política no estado avançou bastante, chegando a iniciar a constituição do Comitê Articulador Estadual, cujos membros foram designados e deram início à construção do regimento, em 2016. Entretanto, o processo não foi adiante, em função da desarticulação da representação do poder público nas estruturas de governança compartilhada, a partir de 2016. Nesse mesmo ano, as IES dos NEDETs passaram a se constituir na rede de NEDETs do Rio Grande do Sul, a qual teve o papel de buscar uma interlocução com os governos federal e estadual para a continuidade da articulação em nível estadual.

Ao longo desse ciclo da política territorial, com assessoria dos NEDETs no Estado, a ênfase foi destinada ao monitoramento das políticas públicas como o PROINF; às redes de abastecimento pela agricultura familiar em transição agroecológica (Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – RedeCoop (SANTOS, 2017); aos processos de mobilização da juventude, em especial no Território Rural Vale do Rio Pardo; e à inclusão da sociodiversidade nos processos de gestão, em especial no TRL e Noroeste Colonial.

No período posterior a 2016, embora não tenham sido destinados recursos para a continuidade da política pública, a organização entre os atores e redes nos territórios tem permitido seu arranjo com base nos princípios da abordagem territorial. No nível estadual, destacam-se a experiência de articulação da política territorial ao Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO), as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas e os Planos de Ação para espécies ameaçadas de extinção (PAN) (STEENBOCK *et al.*, 2017). Essas articulações demonstram que a intersectorialidade multiescalar, que é uma premissa da política territorial, tem grande potencial de ser efetivada no nível territorial.

Por fim, reflete-se que a estrutura da política territorial, incluindo as IES públicas, envolve ferramentas essenciais para a gestão territorial, quais sejam os diagnósticos e ações de pesquisa e extensão. Além disso, ela inclui a participação de um novo ator social. A inserção de grupos de pesquisa-extensão com atuação no território, junto às instituições, agricultores familiares, pecuaristas familiares, povos e comunidades tradicionais, tem o potencial de

aproximá-los do CODETER, transformando-os de público beneficiário a parceiros da política territorial. Essa interação entre os atores e a integração do processo às iniciativas e redes já existentes se constituem na fortaleza do processo de desenvolvimento territorial, possibilitando a construção do empoderamento das categorias agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais e a autonomia do território frente às adversidades locais e dinâmicas da política nacional.

Portanto, o grande legado dessa política pública foi o fortalecimento da organização da sociedade civil e a construção da interlocução com o Estado, em processos de governança com o envolvimento dos beneficiários das políticas públicas. O registro desses processos, a partir da atuação das IES nessas dinâmicas, vem a contribuir com a visualização do apogeu desse ciclo da política, o qual servirá de alicerce para novos ciclos da política territorial brasileira.

### Agradecimentos

À Secretaria de Desenvolvimento Territorial e ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, *in memoriam*; ao CNPq/MDA (Processo 464106/2014-1); SESAN/MDS; CNPq/MCTIC Projeto Panexus (CNPq 441526/2017-9).

### Referências

AMBROSINI, L. B. **Sistema Agroalimentar do Queijo Serrano**: estratégia de produção social dos pecuaristas familiares dos Campos de Cima da Serra – RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

COELHO-DE-SOUZA, G., TEIXEIRA, A. R., RAMOS, J., SCHREIBER, N., WIVES, D. G., CRUZ, F. T, MELLO, R. S. P., BEROLDT, L. Novos Territórios Rurais no Rio Grande do Sul: os Campos de Cima da Serra e Litoral e suas microrregiões. **Anais do V Seminário Observatórios, metodologias e impactos**: dados e participação. São Leopoldo: UNISINOS, 2015a. Disponível em: <<http://repositorio.unisinos.br/ihu/v-seminario-observatorios/11-beroldt-cruz-territorios-rurais.pdf>> Acesso em: 05 de jan. 2019.

COELHO-DE-SOUZA, G., SIQUEIRA, A., TEIXEIRA, A., SCHNEID, M., ZAMPIERI, F., ROCHA, B., BOZIKI, D., AGUIAR, M. D., BEROLDT, L. Territórios Rurais dos Campos de Cima da Serra e Litoral: intersectorialidade multiescalar como promoção da política de desenvolvimento territorial. **Anais Encontro dos Coordenadores**, 2015b.

COELHO-DE-SOUZA, G., ROCHA, B., SCHNEID, M., AGUIAR, M. TERRITOCHA, B., SCHNEID. Rio Grande do Sul: Fortalecimento da participação do sul. **Anais III Encontro dos Coordenadores de NEDETs**, Florianópolis, 2016.

COELHO-DE-SOUZA, G.; ROCHA, B.; SIQUEIRA, A. C.; WUNSH, L. Governança da política pública nos Territórios Rurais no Rio Grande do Sul: uma análise metodológica do fomento à implementação do SISAN municipal pelas Universidades. *In: Third International Conference on Agriculture and Food in an Urbanizing Society Healthy food, socio-biodiversity, and sustainable agrifood systems: innovations from consumption to production*, 2018, Porto Alegre. **Conference proceedings**. Porto Alegre: e-book, 2018. p. 1-10.

RAMOS, J. D.; COELHO-DE-SOUZA, G. Território Rural dos Campos de Cima da Serra: caracterização socioecológica, microrregiões e gestão territorial. 2015. XXIII. **Anais do Salão de Iniciação Científica da UFRGS**, 2015.

SCHREIBER, N., COELHO-DE-SOUZA, G. Estratégias dos recentes Territórios Rurais do Rio Grande do Sul frente ao novo cenário econômico e político: O caso dos Territórios Rurais Campos de Cima da Serra e Litoral. **XXX Anais do Salão de Iniciação Científica**, 2017. Disponível em: <[https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/176760/Poster\\_54071.pdf?sequence=2](https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/176760/Poster_54071.pdf?sequence=2)> Acesso em: 5 jan. 2019.

STEENBOOK, W. ; BARRETO, C. T.; MELLO, R. S. P.; BASSI, J.; COELHO-DE-SOUZA, G.; SANTOS, R. A.; VIZUETE, E. P.; BAGGIO, M. R. Plano de Ação Nacional para a Conservação de Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil – PAN Lagoas do Sul: O Início de um Caminho. *In: 17º Congresso Latino-Americano de Ciências do mar – COLACMAR*, 2017, Balneário Camboriú. **Anais do 17º congresso latino-americano de ciências do mar – COLACMAR**, 2017.

TEIXEIRA, A., BOZIKI, D., BEROLDT, L., COELHO-DE-SOUZA, G. Câmaras Temáticas e a dinamização do Território Rural Campos de Cima da Serra. **Anais III Encontro dos Coordenadores**, 2016, Florianópolis.

## INTERNET E AGRICULTURA FAMILIAR: ALGUMAS PERCEPÇÕES SOBRE AS MUDANÇAS NO MEIO RURAL

Ariane Fernandes da **CONCEIÇÃO**<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

Sergio **SCHNEIDER**<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

**Resumo:** *O presente artigo busca discutir de que forma a internet tende a influenciar os meios de vida dos agricultores familiares, uma vez que se pode notar uma duplicidade de consequências, sendo elas, por um lado, a internet enquanto geradora de informação e conhecimento e, por outro lado, tal ferramenta como uma forma de homogeneizar e/ou massificar o meio rural. Buscar-se-á analisar as transformações no rural brasileiro, tentando-se elucidar a repercussão da internet na sua cultura e modo de vida, através do processo de inovação e desenvolvimento tecnológico vivido. Será tratado, posteriormente, o meio rural “para dentro da porteira”, levando-se em conta os agricultores, sua família, a questão da terra e do trabalho; e o “para fora da porteira”, refletindo-se sobre os agricultores, suas organizações e o mercado; por fim, o trabalho será concluído, buscando-se discutir os desafios para o desenvolvimento rural na perspectiva dos meios de comunicação social. Pôde-se perceber, no decorrer da discussão, que a internet, por estar recentemente inserida no campo, ainda não surte efeitos suficientes no modo de vida dos agricultores familiares, mas, quando estes tomarem consciência do seu potencial, aquela se tornará uma importante aliada à sua propriedade.*

**Palavras-chave:** *Desenvolvimento Rural. Tecnologia de informação e comunicação. Modos de vida.*

**Abstract:** *This paper discusses how the Internet can influence the livelihoods of family farmers, since it can be seen a double consequence, being, on the one hand, the Internet as a generator of information and knowledge and, on the other hand, such a tool as a way of homogenizing and/or massifying the rural environment. It will analyze the transformations in the Brazilian countryside trying to elucidate the repercussion of the Internet in the culture and way of life in the rural environment through the process of innovation and technological development. Subsequently, the rural will be treated “inside the gate”, taking into account the farmers, their families, the issue of land and labor; and “out of the gate,” reflecting on farmers, their organizations and the market, to finally finish the paper discussing the challenges for rural development from the perspective of the media. It could be perceived in the course of the discussion, the Internet, because it was newly inserted in the field, has not sufficiently affect livelihoods of family farmers, but when they become aware of its potential, this will become an important tool in property.*

**Keywords:** *Rural Development. Information and Communication Technology. Livelihoods*

---

<sup>1</sup> Professora adjunta da UFTM. Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRS. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

<sup>2</sup> Professor Titular do Departamento de Sociologia e membro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e de Sociologia da UFRGS. Pós-doutor na City University of London e no Institut of City and Regional Planning, na Cardiff University/Wales/UK. Doutor em Sociologia (UFRGS/Université Paris X). Mestre em Sociologia pela UNICAMP. Graduado em Ciências Sociais pela UFRGS).

## 1 Introdução

A agricultura familiar vem passando por uma série de transformações que culminam, principalmente, em novas configurações que afetam aspectos sociais, enquanto novos espaços de lazer; econômicos, através de novas fontes de renda que não somente a agrícola e com a pluriatividade; e culturais, que tendem a influenciar diretamente o cotidiano dos que residem no meio rural.

Observa-se que, em busca de novas oportunidades, as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), principalmente a internet, passam a ser adotados por agricultores familiares no espaço rural, influenciando diretamente o cotidiano dos ali residentes. Ocorre, então, o surgimento não apenas de uma mudança cultural, mas sim uma modificação nas atividades rotineiras, através da busca por novas práticas, novos mercados e experiências que podem ser vivenciadas com o advento da comunicação.

A comunicação rural, que, nos processos de extensão rural, estava constantemente atrelada à apresentação de uma nova tecnologia, à utilização de insumos agrícolas e às novas formas de incremento de produção no contexto da modernização agrícola passa a incorporar-se neste cenário de forma modificada. Entretanto, frente às novas ruralidades, as TIC tornaram-se temática de estudiosos nas pesquisas no meio rural.

A presença da internet tem contribuído para inúmeras transformações na vida dos indivíduos, das organizações e da sociedade como um todo. Castells (1999), quando pensou no papel da *web* na sociedade atual, observou que as Tecnologias de Informação e Comunicação trouxeram muitas implicações para a sociedade. Ele destaca que a internet possui a capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana.

Dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI (2016) apontam que, em 2008, o índice de acesso à rede no meio rural era de 15% frente a 38% na zona urbana, porém, os dados demonstram, a cada ano, um crescimento dessa realidade. Em 2016, por exemplo, esse índice mais que dobrou no meio rural, atingindo 39%, enquanto no meio urbano atingiu 65% do total de domicílios com acesso à internet (CGI, 2016). Tal crescimento aponta para a necessidade de se observar de que forma e qual a utilização vem sendo dada à internet no contexto rural.

Assad e Pancetti (2009) reforçam que, atualmente, as TIC estão inseridas como um fator de competitividade no meio rural. Esse novo contexto exige práticas gerenciais eficientes do agricultor, seja ele pequeno ou grande, bem como dos demais integrantes da cadeia produtiva. Sendo assim, percebe-se que as TIC têm influenciado as operações das organizações e os



resultados econômico-financeiros, mostrando-se como viabilizadora de negócios (MENDES; BUAINAIN; FASIABEN, 2013).

O artigo tem como objetivo analisar de que maneira a disponibilidade e a utilização da internet vêm influenciando os meios de vida no meio rural, proporcionando o seu desenvolvimento. Como metodologia, foram analisados os dados sobre o crescimento da *web* no meio rural, através da utilização de relatórios disponibilizados pelo Comitê Gestor da Internet, bem como de pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Foram utilizados, também, dados empíricos de pesquisa realizada por meio de entrevistas e aplicação de questionários semiestruturados aos agricultores familiares dos municípios de Santa Rosa de Lima (SC), Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC) e Viçosa (MG). Essas entrevistas foram realizadas nos anos de 2015 e 2018. Para a sistematização dos resultados, foi realizada uma análise dos discursos dos entrevistados e utilizado como *software* o NVivo.

Discutir de que forma as Tecnologias de Informação e Comunicação vêm influenciando os meios de vida da agricultura familiar e, de certa maneira, o processo de comercialização de alimentos torna-se um tema em potencial a ser pesquisado. Isso se justifica pelo protagonismo da internet e dos demais meios de comunicação, no que tange à difusão e à proliferação da informação e conhecimento, uma vez que vivemos em uma sociedade na qual os processos de comunicação tornam-se importantes na modelagem do consumo. O uso da internet por parte dos agricultores familiares tende a contribuir de forma positiva no encurtamento das relações sociais bem como na criação de cadeias de comercialização, dinamizados pela criação de páginas em redes sociais, visando à ampliação e acesso a novos mercados.

A internet tem se mostrado uma possibilidade no que diz respeito ao acesso a novos mercados por empreendimentos rurais, sejam eles advindos da agricultura familiar ou não, locais, regionais, nacionais e, até mesmo, internacionais. Além disso, os agricultores familiares vêm utilizando-se de tal mecanismo de comunicação a fim de ampliar seus horizontes e, assim, fortalecer e buscar novos mercados, bem como novos conhecimentos. Acredita-se que esse novo cenário tende a apresentar novas possibilidades como acesso à informação, inserção em novos mercados, conhecimento de formas diferenciadas de produção e, de certa maneira, pode proporcionar um maior contato entre produtor e consumidor.

## **2 Para dentro e para fora da porteira – algumas percepções sobre as mudanças no meio rural a partir da utilização da internet**



Pode-se dizer que o “dentro da porteira” é caracterizado por fatores como a terra, a família e no que diz respeito ao processo produtivo dentro da propriedade. Almeida (1986) discute que, para situar o agricultor familiar, deve-se resgatar a família rural e como esta gere os recursos que tem à sua disposição. Porém, vale salientar que, nessa perspectiva, não se pode falar de família sem falar da relação de parentesco, que está diretamente ligada à discussão de herança, gênero, reciprocidade e consanguinidade.

Analisando a utilização da internet nesse aspecto, ou seja, o “dentro da porteira”, serão apresentados dados de pesquisas realizadas por Conceição (2012; 2013; 2016) sobre a utilização e a apropriação da internet no meio rural, a fim de elucidar algumas questões a serem discutidas. Conforme ressalta Silva (2014, p. 112), “a tecnologia da internet assume tais características quando passa a ser um meio de busca e acesso às informações e de contato com o outro (familiares, extensionistas etc.) ampliando a participação no processo comunicativo”.

No que diz respeito à questão da família, verificou-se tanto benefícios quanto malefícios com a disponibilização e utilização da internet. De maneira geral, a internet tende a, ao mesmo tempo, aumentar relações e relacionamentos e a ampliar laços comunicacionais e afetivos entre os membros da família, podendo, inclusive, aproximar parentes que, na maioria das vezes, nem ao menos se conheciam. Mas, por outro lado, a internet pode influenciar na segregação dos membros mais próximos. Sendo assim, dentro da questão familiar, ressalta-se as categorias de análise “mulher”, “idoso” e “jovem” no meio rural. Cabe ressaltar que as questões de gênero e faixa etária estão relacionadas a fatores que contribuem para o agravamento de problemas sociais, os quais culminam no esvaziamento do meio rural.

No que tange à “mulher” no meio rural, ou ainda ao papel da mulher no meio rural, a possibilidade de utilização de internet gerou, de sobremaneira, um empoderamento feminino. Foi observado que, antes da disponibilidade da mesma, a forma de fala utilizada para se referir à propriedade rural era “na propriedade do ‘Sr. José’” ou “na fazenda do ‘Seu João’”, enquanto a forma de se reportar às mesmas propriedades, após a utilização e apresentação dessas através da internet, mudou para “na propriedade da Dona Maria” ou “na fazenda da ‘Dona Ana’”.

Logo, se antes quem respondia pelas atividades e o responsável pela venda era apenas o homem, hoje, o papel da mulher é cada vez mais reafirmado, inclusive através de novas oportunidades. Tal afirmação corrobora com o apresentado por Schwartz (2012, p.164), que ponderou que “o acesso e o uso das TICs podem contribuir para o processo de empoderamento das mulheres rurais, considerando que esse processo tem sua origem também no maior acesso à informação, ou seja, na cognição”, em um cenário no qual o computador estava presente em 80% das residências locais.

De certa maneira, o empoderamento feminino no meio rural, ainda que discreto, caracteriza-se como uma novidade no seio familiar, uma vez que, como afirmam Pastório e Roesler (2014), ao discutirem o papel da mulher no meio rural, essa sempre esteve presente nas atividades rotineiras da propriedade, porém, antes, as mesmas não participavam do processo de tomada de decisão dentro da propriedade, sempre ficando de fora e sem reconhecimento quanto às suas atividades (PASTÓRIO; ROESLER, 2014). Sendo assim, observa-se que as TIC são importantes para o desenvolvimento e a melhoria da atividade da mulher no meio rural, proporcionando-lhe visibilidade e socialização mesmo dentro da propriedade.

Quanto ao “idoso” no meio rural, percebeu-se que esses são os que apresentam maior resistência quanto à adoção das TIC. Cabe ressaltar que, por idoso, considerou-se a pessoa que possui 60 anos de idade ou mais. Segundo dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação – Cetic (2016), das pessoas com faixa etária entre 50 e 64 anos, 41% afirmou utilizar a internet, enquanto dentre as de 65 anos ou mais 15% acessou.

De maneira geral, observa-se que os idosos não têm muita parcimônia para estar utilizando a rede. Essa resistência em utilizar a internet surge a partir do receio em manusear o computador, celular ou *smartphone*. De acordo com a pesquisa, verificou-se que o idoso, ao acessar a internet, em grande parte dos casos, recorre à ajuda de filhos ou netos para que possam auxiliá-lo e, até mesmo, realizarem as atividades por eles, como buscar uma receita ou um modelo de bordado.

Na visão dos entrevistados, a utilização da internet, dentre os idosos que a acessam, funciona como uma forma de minimizar a distância dos filhos que saíram para a cidade e até mesmo para diminuir a solidão. Jogos, bate-papo, entretenimento e visita a páginas com notícias do dia a dia foram os fatores alegados para o interesse em utilizar as TIC, nesse caso a partir do *smartphone* ou computador/*notebook* com acesso à internet. Lopes *et al.* (2008) apontam que uma das principais causas que fazem os idosos buscarem a internet é a comunicação em si, principalmente com os familiares e amigos.

Entretanto, conforme apontou Conceição (2016), existem dois cenários distintos, os quais denominou de “vovó ‘internetes’”, referente ao idoso que busca aprender a manusear a tecnologia, principalmente pelo temor à solidão; e “vovó ‘desconectada’”, que tem receio de utilizar o computador e de acessar a internet sozinha, para isso pede auxílio aos filhos e netos.

No tocante ao “jovem”, o acesso à internet e, conseqüentemente à informação, a partir da propriedade são fatores altamente preponderantes na tomada de decisão em permanecerem

ou não no meio rural. Cabe ressaltar que, nesse caso, considerou-se jovem aquele com idade entre 15 e 29 anos.

Conforme dados do Cetic (2016), 86% dos jovens de 14 a 29 anos utilizaram a internet, sendo que, desses, 70% afirmaram acessá-la todos os dias. Ainda de acordo com o Comitê, as principais atividades realizadas por esses jovens dizem respeito ao acesso a redes sociais (Facebook, Twitter), envio e recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp, Skype e Google Talk), acesso às redes de mídia (Youtube, Instagram) e comunicação por *e-mail*.

Segundo resultados da pesquisa realizada, o jovem precisa de três aspectos para permanecer no meio rural junto à família, sendo eles: o acesso à comunicação, a autonomia para deliberar sobre as atividades dentro (e fora) da propriedade e sua independência financeira.

No que diz respeito ao acesso à comunicação, a partir do momento que o jovem passa a ter acesso a todo o leque de informações que a internet proporciona, sendo ele agregador ou não, para fins de conhecimento pessoal ou contato com outras pessoas, ele tende a optar por permanecer na propriedade junto à família. A disponibilidade para realizar cursos à distância através da internet, aumentando seu conhecimento sobre a terra ou a produção, sem precisar abandoná-la, se torna outro ponto de interesse que chama a sua atenção.

Ou seja, por mais que a internet seja um fator que contribui para o jovem optar por continuar no meio rural, uma vez que ela possibilita que esse estude na propriedade, podendo fazer até mesmo uma graduação por meio do ensino à distância, nas mais diversas áreas, seus familiares idosos demonstraram certa aversão a utilizarem o computador ligado à internet, por medo ou, até mesmo, por falta de instrução.

Ao mesmo tempo que a internet pode contribuir para que o jovem permaneça no campo, ela possibilita a tomada de conhecimento de um enorme leque de oportunidades “fora da porteira”.

Durante a realização da pesquisa, percebeu-se, ainda, que algumas das famílias relataram que, após a utilização da internet, momentos que antes ocorriam de forma conjunta tornaram-se mais raros, como, por exemplo, a hora da refeição ou do café da tarde, caracterizado pela roda de chimarrão. Além disso, a internet pode se tornar uma incógnita no seio da família, principalmente no âmbito do aumento da exclusão digital, a partir do momento em que por um lado se tem um leque de informações por parte dos que detêm as técnicas de operacionalização do computador e da internet, e, por outro, tende a aumentar o distanciamento daqueles que não têm conhecimento e negam-se a desfrutar dos avanços tecnológicos, devido à aversão ao desconhecido.

Dois fatores para os quais a internet pode contribuir são o lazer e o entretenimento na propriedade, uma vez que ela permite que se tenha uma maior variedade de escolha de diversões, possibilitando ainda um aumento do contato com o mundo exterior à propriedade, permitindo, além de tudo, a busca de informações antes obtidas somente fora da propriedade ou do meio rural.

Quanto ao processo de produção, a adoção da tecnologia pode ser um fator de suma importância e fundamental para a produtividade na propriedade, possibilitando ao produtor facilitar o seu desempenho, a partir do momento que ele pode adequar-se melhor às exigências de suas atividades. Nesse sentido, as novas tecnologias podem ser aplicáveis para facilitar a produção, tomando-se apenas certa cautela quanto à forma de utilização da internet que pode servir, por exemplo, para analisar o mercado de precificação da produção, a fim de verificar o quão importante ou não é cada tipo de produção, para que possa ser feito o devido investimento.

Cabe ressaltar que a utilização da internet, a partir da e para a propriedade, possibilita aos agricultores acesso a informações como tendências de preço e de safra, clima, novas formas de manejo, técnicas e maquinários, beneficiando sua propriedade, sua produção e sua qualidade de vida no campo. Outro benefício das TIC seria a possibilidade de estudo através de cursos e palestras *online*, o que tem se tornado uma realidade no cotidiano das pessoas. Porém, no que tange aos entrevistados desta pesquisa, esses se mostraram sobremaneira ainda receosos quanto ao uso da internet para essa finalidade. Além disso, o fortalecimento dos vínculos comunitários torna-se, em certa medida, fortalecidos, principalmente através de formação e fomento de grupos de discussão *online*, a exemplo do WhatsApp.

Como observou Conceição (2012), de certa forma, ainda são poucas as propriedades que utilizam a internet para incremento da produção agropecuária. A autora observou dois casos que saltaram aos olhos, nos quais propriedades usavam a internet de forma direta na produção, em que os produtores utilizavam um *chip* implantado nas vacas. Esses *chips* coletavam os dados recolhidos por uma antena que, fixada junto à ordenhadeira, controlava a produção e a saúde do rebanho, após a ordenha. Os dados eram enviados para uma empresa holandesa que cruzava as análises e apresentava um parecer sobre o gado.

Outro caso observado foi de rastreabilidade. Essa ocorre através do cadastramento da produção, que passa a ser rastreada desde sua origem até chegar à mesa do consumidor. A utilização desse dispositivo possibilita, ao agricultor, uma margem de segurança quanto ao seu produto bem como a qualidade desse produto em relação ao esperado pelo consumidor, uma vez que é possível acompanhar, de modo *online*, todo o processo de transporte. A utilização da internet para a rastreabilidade é importante principalmente por permitir uma ampliação na

gestão da propriedade e a otimização dos recursos. Através desse recurso, o produtor cadastra seu trabalho, gera um código de identificação (também conhecido como QR Code), o qual irá acompanhar o produto durante todo o percurso, desde a colheita até a mesa do consumidor, proporcionando segurança para ambas as partes da cadeia de consumo.

Conforme ressalta Conceição (2016), é preciso levar em consideração que a gestão da propriedade, assim como a utilização da terra, está atrelada a uma racionalidade econômica do agricultor, uma vez que esse, a partir de seu conhecimento empírico da sua realidade bem como de sua produção e propriedade, consegue administrar as situações insurgidas, prever cenários e se adaptar às necessidades latentes.

Nesse sentido, pode-se citar duas propriedades que afirmaram e explicitaram o uso da internet na produção, no trabalho realizado por Conceição (2012). Ao analisar os entrevistados, observou-se que, em certa medida, a Rede era utilizada para procurar informações, a fim de incrementar a produtividade no domicílio rural, tais como novos insumos, novas formas de cultivo, até mesmo a previsão do tempo, e a fim de contatar as empresas fornecedoras de insumos para tomar conhecimento sobre novos produtos disponíveis no mercado, com o intuito de melhorar a qualidade e a quantidade da produção na propriedade.

Já em 2016, foi observado que o acesso à internet, segundo afirmado por entrevistados, possibilitou ao agricultor que ampliasse essa racionalidade econômica, uma vez que lhe proporcionou uma melhor visão acerca de seu empreendimento, propriedade e/ou produção, ou seja, suscitou-se que alguns dos agricultores entrevistados pensassem, a partir de outro olhar, em várias coisas que eles eram obrigados a ter para manter e fazer seu negócio progredir.

Segundo dados de pesquisa realizada pelo Sebrae (2017), através do programa “Tecnologia de Informação no Agronegócio”, observou-se que os agricultores, ainda que receosos, vêm utilizando a internet na gestão de sua propriedade rural. Dessa maneira, o Sebrae entrevistou 4.467 produtores rurais, distribuídos pelos estados brasileiros, dentre os quais os que apresentaram maior percentual de utilização da internet no gerenciamento do negócio rural, tanto no computador como no celular, foram Roraima (35,3% dos entrevistados), Rio Grande do Norte (28,8%), Amazonas (28,3%), Pernambuco (25,6%), Paraná (25,4%), Distrito Federal (24%), Goiás (22,3%), Minas Gerais (21,2%), tendo o Rio Grande do Sul 12,7% dos respondentes utilizando a internet no computador e no celular.

Quando se observa a utilização da internet apenas no computador, verifica-se que São Paulo (42,2%), Santa Catarina (40,2%), Mato Grosso (40,1%), Mato Grosso do Sul (37,5%), Distrito Federal (37%), Rio de Janeiro (36,3%), Maranhão (36,2%), Espírito Santo (35,8%),

Rio Grande do Sul (35%), Minas Gerais (33,2%) são os estados que nos quais os produtores mais afirmaram utilizar uma ferramenta digital que lhes ajudou a gerenciar o seu negócio rural.

Conforme os dados do Cetic (2016), 38% dos domicílios, sejam eles rurais ou urbanos, da região Norte apresentavam acesso à internet, 40% dos domicílios situados no Nordeste, 48% dos da região Centro-Oeste, 53% da região Sul e 60% dos presentes no Sudeste.

Através desses dados apresentados, é interessante ressaltar que, apesar de haver maior presença de internet nos domicílios da região Sudeste, pode-se inferir que os agricultores dos estados das regiões Norte e Nordeste se mostraram mais abertos à adoção da internet em seus empreendimentos por meio do celular, ao mesmo tempo que nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste se mostraram mais propensos à adoção da internet na gestão rural de seus empreendimentos por meio do computador.

Um fator que pode ser preponderante nesses cenários diz respeito à infraestrutura. Para se ter internet no computador, na grande maioria das vezes, é necessária toda uma infraestrutura de telefonia ou rádio, para que o acesso seja disponibilizado. Já para a utilização da mesma no celular, é possível se fazer apenas com um *chip* que tenha acesso à internet G/3G/4G, por meio de um pacote de dados oferecido pelas operadoras aos seus clientes junto às suas contas telefônicas. A disponibilização de sinal, tanto de telefonia fixa e móvel quanto de internet, constitui-se como um fator limitante à utilização da internet por agricultores, devido à dificuldade de se instalar antenas que emitam o sinal de internet no meio rural. Isso porque trata-se de um serviço de alto custo e sem incentivo por parte do governo, principalmente através de políticas públicas e financiamento.

Batalha, Buainain e Souza Filho (2005, p.18) ressaltam a importância da utilização de ferramentas gerenciais na propriedade, seja através do computador ou do celular, afirmando que:

A utilização de ferramentas gerenciais aplicadas tanto à gestão de redes de agricultores como às propriedades coloca-se como condição para os agricultores familiares explorarem novas oportunidades que se abriam a partir da formação das redes e da aplicação de tecnologias e práticas que requerem um nível de gestão da produção mais sofisticado (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2005, p. 18).

O acesso à internet possibilita um “abrir de portas” aos agricultores familiares que necessitam buscar a visibilidade dos empreendimentos dos quais participam, por meio dos mais diversos contatos com seus parceiros, sendo esse um importante canal de comunicação, divulgação de informações e comercialização.



Pode-se observar, assim, que diversas são as maneiras pelas quais os agricultores podem usufruir da ferramenta internet, tanto dentro da porteira como fora da porteira. Como coloca Conceição (2012), as tecnologias podem contribuir para a promoção das diferentes culturas e para a capacitação voltada ao desenvolvimento social e às novas formas de relacionamentos humanos e comerciais. A internet pode, ainda, auxiliar os indivíduos e os grupos a constituírem laços comunicativos capazes de ampliar a opinião pública e de trazer novas contribuições para o debate sobre questões de interesse coletivo (MATOS, 2009).

A partir do momento que a internet se apresenta como uma facilitadora no processo de troca de informação e aquisição de conhecimento, cabe aos indivíduos escolherem qual a melhor forma de utilização desse mecanismo em prol do próprio desenvolvimento pessoal.

### 3 Considerações finais

Castells (2003) demonstra que a internet, enquanto tecnologia, principalmente enquanto tecnologia de comunicação, não deve ser considerada única e exclusivamente como um instrumento para o ato de comunicar, mas deve ser analisada enquanto um fenômeno que tem interferido de forma incisiva nos mais diversos aspectos, inclusive nas atividades sociais, econômicas, comunicacionais, cognitivas e políticas.

Nesse sentido, Castells (1999, p.330) afirma que “as novas tecnologias da informação possibilitaram, ao mesmo tempo, a descentralização das tarefas e sua coordenação em uma rede interativa de comunicação em tempo real, seja entre continentes, seja entre os andares de um mesmo edifício”.

A internet no meio rural é entendida como um elemento facilitador da vida do homem do campo, uma vez que permite que se estabeleçam novas relações sociais com fornecedores e produtores, permitindo uma maior gestão nas atividades produtivas, de entretenimento e lazer, interferido nas relações econômicas, sociais, políticas e cognitivas. As Tecnologias de Informação e Comunicação permitem que se estabeleçam novas relações rurais e urbanas no contexto das dinâmicas de reprodução familiar.

É possível observar que o acesso à internet possibilita uma maior ampliação no fluxo de informações, bem como permite, por meio do acesso à rede, a existência de um leque de comunicações e informações no meio rural, potencializando configurações territoriais emergidas das novas fontes, valores e significados adquiridos, minimizando a relação rural *versus* urbano, principalmente no que se refere às redes sociais e às melhorias escolares. Nesse sentido, a internet tende a proporcionar que o rural não fique somente imerso no próprio rural, mas também, além de tudo, compartilhe e troque experiências realizadas.



As TIC têm contribuído significativamente para fortalecer os processos de comercialização no meio rural. A internet vem sendo apropriada pelos agricultores familiares, que passam a enxergá-la e utilizá-la em benefício próprio e da comercialização de sua produção, principalmente na busca pelo aumento de seu conhecimento e pelo acesso a novos mercados, possibilitando a potencialização dos ganhos no meio rural.

É interessante ressaltar a importância da internet no que tange à sua contribuição ao proporcionar novas oportunidades para os negócios e ainda facilitar o dia a dia do agricultor familiar, uma vez que ele pode, a partir dos conhecimentos necessários para tal, controlar sua produção apenas pela observação dos dados que adquire com a utilização de TIC.

O uso da internet por parte dos agricultores familiares pode contribuir de forma positiva para a ligação entre agricultor familiar e consumidores, através da utilização de formas de comunicação, a exemplo das redes sociais para ampliação dos mercados.

Os agricultores familiares tendem a elaborar projetos profissionais de permanência na agricultura porque sua socialização nesse processo de trabalho gera as disposições necessárias à sua reprodução social. Os usos e a apropriação da internet modificam o cotidiano dos moradores das comunidades rurais a partir do momento que a internet proporciona uma ampliação no que diz respeito ao acesso à comunicação e à obtenção de informações, permitindo um aumento do acesso das populações a diversos conteúdos, tais como informação sobre novos produtos, novas culturas e técnicas de produção, proporcionando aos agricultores melhorias nas suas práticas e um aumento na eficiência da produção.

Parte-se da premissa de que a introdução das tecnologias de informação e comunicação no meio rural pode levar diversos benefícios à agricultura familiar, como uma maior eficiência na gestão da propriedade, diminuindo os custos e melhorando as tomadas de decisão, e o incentivo de um uso mais racional dos recursos, aumentando os lucros, devido a uma maior produtividade.

## Referências

ALMEIDA, M. W. B. Redescobindo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n. 1, v. 1, 1986, p. 66-84.

ASSAD, L.; PANCETTI, A. A silenciosa revolução das TICs na agricultura. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, v. 110, p. 1-3, 2009.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. de. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. *In:* BATALHA, M. O.; SOUZA FILHO, H. M. de (org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. v. 1. São Carlos: EDUFSCAR, 2005. p. 13-43.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **A galáxia da internet**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

COMITÊ GESTOR DE INTERNET – CGI **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**: TIC domicílios 2016 / Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR [editor]. -- São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.cetic.br>>. Acesso em: 30 set. 2017.

CONCEIÇÃO, A. F. “**Quem está online?**” – Um estudo de caso sobre o uso e apropriação da internet no meio rural de Estrela/RS. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

CONCEIÇÃO, A. F. **Agricultura Familiar e a internet**: um outro debate sobre o desenvolvimento rural. Trabalho apresentado no V Congresso Argentino y Latinoamericano de Antropología Rural, Santa Rosa, 2013.

\_\_\_\_\_. **Internet pra quê?** – A construção de capacidades e as TIC no processo de desenvolvimento rural. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LOPES, C. *et al.* Internet como instrumento de incentivo às atividades físicas e à melhoria da qualidade de vida dos idosos. **Revista Digital**, Buenos Aires, v. 12, n. 122, jul. 2008.

MATOS, H. **Capital Social e Comunicação** – interfaces e articulações. São Paulo, Ed. Summus, 2009.

MENDES, C. I. C.; BUAINAIN, A. M.; FASIABEN, M. C. R. Acesso ao computador e à internet na agricultura brasileira: uma análise a partir do Censo Agropecuário. *In:* Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 51, 2013, Belém. **Anais...** Brasília: SOBER, 2013.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. *In:* **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 5, n. 61, julio-diciembre, 2008, p. 41-69. Pontificia Universidad Javeriana, Colombia.

PASTÓRIO, I. T.; ROESLER, M. R. V. B. O Papel da Mulher no Processo Produtivo Familiar com Sustentabilidade. *In*: 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais, 2º Seminário de Direitos Humanos, 2014, Campos de Toledo, Paraná.

SCHWARTZ, C. **Relações de gênero e apropriação de tecnologias de informação e comunicação na agricultura familiar de Santa Maria – RS.** Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Tecnologia da Informação – **Pesquisa Produtor Rural 2017.** Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Pesquisa%20SEBRAE%20-%20TIC%20no%20Agro.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

SILVA, M. G. **A apropriação das TICS por extensionistas e agricultores familiares: possibilidades para o desenvolvimento rural.** Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: <[http://cascavel.ufsm.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5693](http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5693)>. Acesso em: 2 mar. 2016.

## PRODUÇÃO MATERIAL DE EXISTÊNCIA DE RIBEIRINHOS QUE VIVEM PRÓXIMO A ÁREAS URBANAS

José Bittencourt da **SILVA**<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Cledinei Oliveira da **SILVA**<sup>2</sup>  
Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-PA)

Márcio Fernando Duarte **PINHEIRO**<sup>3</sup>  
Prefeitura Municipal de Tracuateua-PA

Raimundo Nonato Leite de **OLIVEIRA**<sup>4</sup>  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

**Resumo:** Objetiva-se no presente trabalho descrever de maneira analítica o modo como uma comunidade ribeirinha produz e, ao mesmo tempo, reproduz as condições de produção da sua vida material. O texto baseia-se em pesquisa de campo exploratória do tipo Survey, com observações “in loco”, entrevistas não diretivas e registros fotográficos. Conclui-se que a realidade das famílias ribeirinhas se caracteriza pela multiplicidade de atividades laborais e pela racionalidade característica dos processos de produção e reprodução de base familiar. Certamente essa dinâmica se reproduz em outros territórios ribeirinhos. O que se segue são discussões propostas a partir dos objetivos traçados.

**Palavras-chave:** Comunidade ribeirinha. Reprodução das condições de produção. Produção de base familiar.

**Abstract:** The objective of this article is to describe in an analytical way, how a river community near of Belém city, produces and reproduces the conditions of their material life production. The text is based on exploratory field research, known as Survey type, with “in situ” observations, non-directive interviews and photographic records. In conclusion, the reality of the local riverside families is characterized by the multiplicity of laboral activities and the typical rationality of familiar base production and reproduction processes. Certainly, this socioeconomic dynamic is reproduced in other riverine territories in the Amazon. What follows are discussions proposed from previous objectives.

**Keywords:** River communities. Material production of existence. Familiar base production.

---

<sup>1</sup> Sociólogo e Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará, atuando na graduação (Faculdade de Educação – FAED). Pós-graduado em Currículo e Gestão pela Escola Básica – PPEB Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica – NEB. *E-mail:* josebittencourtsilva@gmail.com.

<sup>2</sup> Pedagoga, especialista em Psicomotricidade e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica – NEB/UFPA, pela Universidade Federal do Pará. *E-mail:* cledineioliveira@gmail.com.

<sup>3</sup> Pedagogo, especialista em Educação Ambiental e mestrando em Currículo e Gestão da Escola Básica – NEB/UFPA, pela Universidade Federal do Pará. *E-mail:* Marcioduarte101@hotmail.com.

<sup>4</sup> Pedagogo, especialista em Educação, professor do Instituto de Ciências e Educação e mestrando em Currículo e Gestão da Escola Básica – NEB/UFPA, pela Universidade Federal do Pará. *E-mail:* leitestm@yahoo.com.br.

## 1 Introdução

Não há existência material humana sem a permanente garantia de reprodução de suas condições de produção. Estas devem ser garantidas ao mesmo tempo em que o processo produtivo se realiza. “Como Marx dizia, até uma criança sabe que se uma formação social não reproduz as condições da produção ao mesmo tempo que produz não conseguirá sobreviver um ano que seja” (ALTHUSSER, 1983, p. 9). Objetiva-se, neste texto, expor e descrever, de maneira analítica, o modo como uma comunidade ribeirinha, próxima à cidade de Belém, produz e, ao mesmo tempo, reproduz as condições de produção da sua vida material.

Neste contexto, foram observadas as atividades de produção de alimentos derivados da mandioca (farinha, tucupi, tapioca, croeira e outros), dos quintais com suas árvores frutíferas (mamoeiros, cupuaçuzeiros, mangueiras e outras), dos pequenos animais (patos, galinhas e porcos), das ervas aromáticas, medicinais e condimentares (catinga-de-mulata, erva-cidreira, capim-santo etc.), do plantio de pripioca (*Cyperus articulatus*) e da pataqueira (*Schizolobium parahyba*) para a venda e produção de perfumes pela empresa Natura, do potencial turístico da área e da culinária local.

O texto está dividido da seguinte maneira: além desta introdução, tem-se uma exposição dos materiais e método da pesquisa de campo realizada a partir da ideia de pesquisa exploratória do tipo *Survey*. Posteriormente, apresentam-se algumas considerações teóricas acerca do conceito de reprodução simples em Marx e Engels (2013). Em seguida, faz-se uma caracterização do local enfocando a comunidade Boa Vista do Acará. Depois são apresentadas de maneira expositiva e descritiva as formas de produção e reprodução das condições de produção da vida material de uma família local tomada como referência para a efetivação do trabalho de campo. Ao final, têm-se as notas conclusivas fechando o texto e as referências dos autores utilizados como ferramenta teórica para as observações *in loco*. O que se segue são as discussões propostas a partir dos objetivos traçados previamente.

## 2 Materiais e métodos

O presente texto resulta de atividade de natureza exploratória de campo do tipo *Survey*, este entendido como uma “[...] pesquisa que busca informação diretamente com um grupo de interesse a respeito dos dados que se deseja obter. Trata-se de um procedimento útil, especialmente em pesquisas exploratórias e descritivas” (SANTOS, 1999 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 39). Essa atividade foi realizada com alunos de pós-graduação ao nível de mestrado, no contexto da disciplina Métodos Qualitativos, pertencente ao Programa de Pós-

Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (PPEB/NEB/UFPA).

A investigação pretendeu recolher informações empíricas quanto ao modo de vida comunitário dos ribeirinhos da comunidade Boa Vista do Acará, localizada às proximidades do núcleo urbano de Belém, município sede do Estado do Pará. A questão proposta pretendeu entender como as famílias locais produziam a sua própria existência, ao mesmo tempo que reproduziam as condições dessa produção para continuarem produzindo e existindo na comunidade.

O *survey* foi realizado coletivamente por meio de observações *in loco*, entrevistas não-diretivas e registros fotográficos<sup>5</sup>. Dessa experiência resultou um relatório, e seu conteúdo foi aproveitado na construção deste *paper*. Nessa perspectiva, seguiu-se o *approach* antropológico proposto por Roberto Cardoso de Oliveira, em que o autor aborda aspectos relevantes acerca do momento em que o pesquisador está em campo (*being there*), mostrando que sua prática estará inescapavelmente treinada pela disciplina, ou pela teoria domesticadora do seu olhar e ouvir, que captura informações objetivas e subjetivas, as quais serão organizadas e trabalhadas no momento do gabinete e das determinações acadêmicas (*being here*) (OLIVEIRA, 2000).

Foram observadas *in loco* o processo de produção da farinha de mandioca e seus derivados, a utilização de instrumentos de trabalho, a vida cotidiana dos moradores e seus quintais. Foi também objeto de observação a atual associação de produtores de insumos para a empresa Natura e, nesse contexto, realizaram-se duas entrevistas com moradores da comunidade. Posteriormente, foram feitas caminhadas em trilhas e vivências na área de mata local para observar melhor o seu potencial turístico. As informações foram anotadas em caderno de campo e em aparelhos de gravação de imagem e som.

### 3 Considerações teóricas

O processo de reprodução da vida material condiciona o formato orgânico de cada sociedade. O modo como a produção e a reprodução das condições de produção são implementadas determina a estratificação social, a forma jurídico-política do Estado, os modos dominantes de pensamento e as ideologias legitimadoras do *status quo* vigente.

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e

<sup>5</sup> O fotografar durante o trabalho de campo, na perspectiva de Edwards (1997), tornou-se importantíssimo, não apenas pela produção em si de imagens, mas pela contribuição que elas oferecem à problemática que se desejou apresentar e responder.



política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 2008, p. 47).

Por isso, o modo de produção e reprodução das condições de produção baseadas no capital estrutura ou organiza a formação social própria do capitalismo.

Por outro lado, a condição *sine qua non* para a permanência duradoura no tempo de uma determinada coletividade pressupõe que ela consiga reproduzir suas próprias condições de produção, durante o processo produtivo, para que continue produzindo e existindo.

[...] Assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir. Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução. As condições da produção são, ao mesmo tempo, as condições da reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem reconverter continuamente uma parte de seus produtos em meios de produção ou elementos da nova produção. Mantendo-se iguais as demais circunstâncias, essa sociedade só pode reproduzir ou conservar sua riqueza na mesma escala se substitui os meios de produção *in natura* – isto é, os meios de trabalho, matérias-primas e matérias auxiliares consumidos, por exemplo, durante um ano – por uma quantidade igual de exemplares novos, separados da massa anual de produtos e incorporados novamente ao processo de produção. Uma quantidade determinada do produto anual pertence, pois, à produção (MARX; ENGELS, 2013, p. 781).

Para Marx e Engels (2013, p. 782), quando uma parte do resultado da produção é consumida pelos próprios produtores continuamente durante o ano todo e, mesmo havendo um excedente e este sendo vendido para obtenção de renda incorporada à produção e ao consumo, fica caracterizada a chamada reprodução simples. Precisamente, se a renda resultante do trabalho dos membros da coletividade servir

[...] apenas como fundo de consumo ou é gasta com a mesma periodicidade com que é obtida, então ocorre, permanecendo iguais as demais circunstâncias, a reprodução simples. Ora, embora esta não seja mais do que a repetição do processo de produção na mesma escala, essa mera repetição ou continuidade imprime ao processo certas características novas ou, antes, dissolve as características aparentes que ele ostentava quando transcorria de maneira isolada (MARX; ENGELS, 2013, p. 781).

Esse modo de produção e reprodução das condições de produção apresentado por Marx e Engels (2013) como reprodução simples, que Althusser (1983) observou como aquela que reproduz tão somente as condições da produção anterior, constitui-se em uma das principais características da condição existencial de vida dos ribeirinhos na Amazônia. Silva, Santos e

Souza (2016, p. 8) apontaram essa característica ribeirinha, mas também ampliam um pouco mais esse debate conceitual, mostrando que

O trabalho dos ribeirinhos se realiza com base na economia de subsistência [reprodução simples], em que a relação com o rio, a terra firme e a floresta caracteriza essas populações como essencialmente pluriprodutoras. Precisamente, os ribeirinhos podem ser observados como pescadores, extrativistas, agricultores e artesãos. Conhecem as marés, fazem embarcações e artefatos de pesca e armazenamento de pescados e frutos da floresta, além de serem portadores de saberes fitoterápicos que ajudam na profilaxia e na cura de doenças que podem acometer os membros da comunidade.

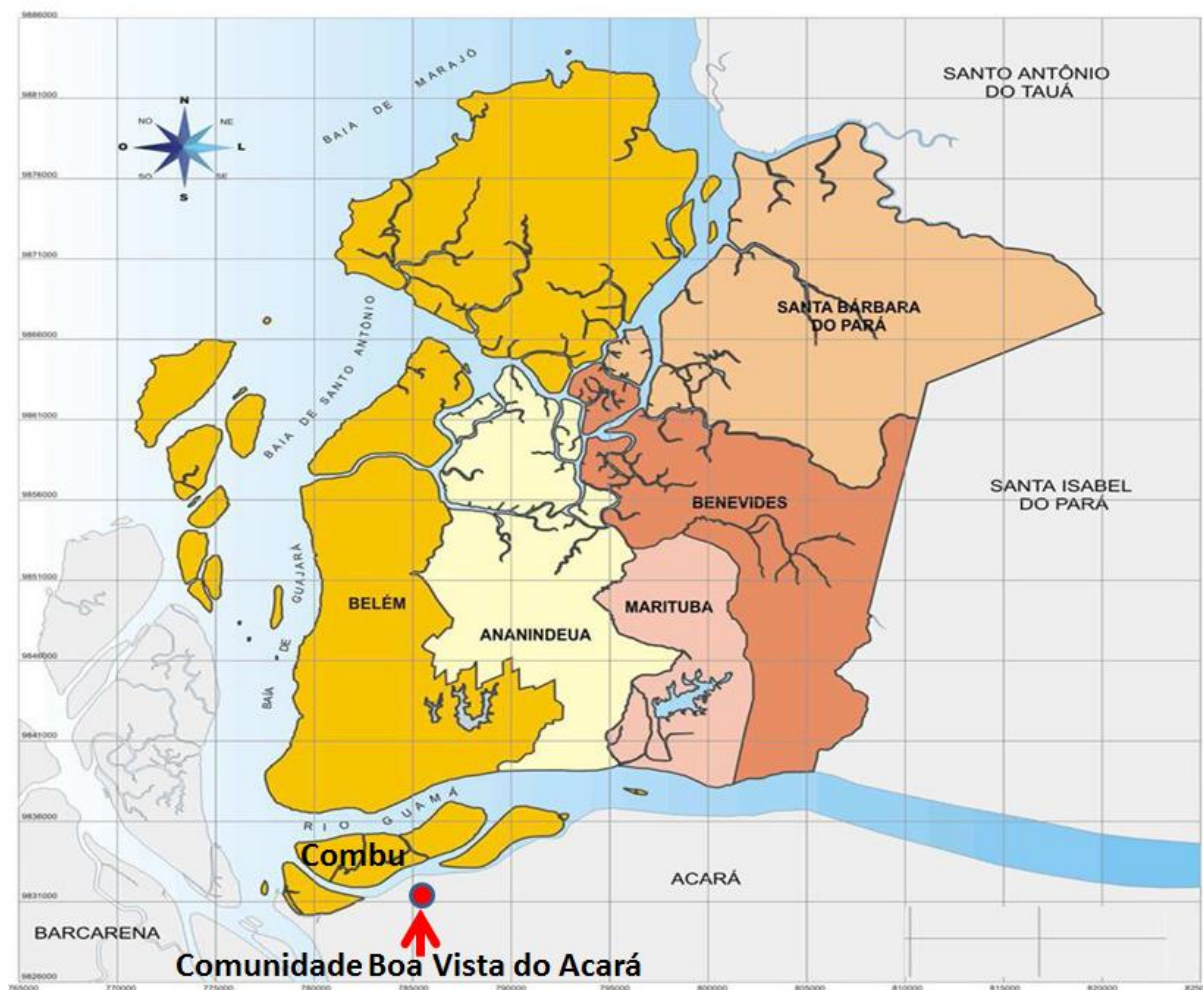
Marx e Engels (2013) apontaram que a produção capitalista inflige à sociedade uma forma capitalista de reprodução das condições de produção. Em contrapartida, as comunidades ribeirinhas determinam formas próprias cotidianas de reprodução de suas condições de produção. Ao invés de possuírem uma reprodução baseada na racionalidade capitalista da lucratividade e acúmulo de riqueza, os ribeirinhos constituem-se em um grupo social que se “desenvolve em uma lógica biológica (com a ingestão de alimentos), produtiva (com o trabalho, entendido de maneira geral) e/ou cultural (com seus mitos, tradições, hábitos e costumes)” (OLIVEIRA NETO; RODRIGUES, 2008, p. 27).

Como assinalaram Silva, Santos e Souza (2016), a comunidade, enquanto espaço de identidade e reconhecimento mútuo entre moradores, representa o ambiente de vida, uma referência importante para o ribeirinho, pois é nela que se configura sua territorialidade que, em geral, é herdada de seus antepassados, fato esse que produz no sujeito uma relação histórico-afetiva com a terra. Em síntese, além de ser esse local onde está situada a casa, o quintal, o seu trabalho etc., a comunidade tem um significado profundo de continuidade familiar, com um grande valor afetivo. Ao produzir sua existência, o ribeirinho reproduz suas condições de produção material e simbólica na comunidade.

#### **4 Caracterização do local: a comunidade Boa Vista do Acará**

A comunidade Boa Vista do Acará fica situada no município de Acará, na fronteira com o município de Belém, às proximidades da Ilha do Combu (mapa 1). O acesso pode ser feito por terra, usando como rota a Alça Viária até a estrada de chão batido no quilômetro 24. A comunidade também pode ser acessada por via fluvial, saindo em pequenas embarcações de portos localizados no rio Guamá, às proximidades da Universidade Federal do Pará, atravessando o rio Guarapiranga, em uma viagem de aproximadamente 10 minutos.

Mapa 1 – Região metropolitana de Belém: localização do município de Acará e da comunidade de Boa Vista ao Sul



Fonte: Construído pelos autores a partir de Silva, Santos e Souza (2016).

Na comunidade vivem aproximadamente 150 famílias que têm como subsistência a produção de farinha e derivados da mandioca, o cultivo da pirioca, capitiú e pataqueira com produção vendida para a empresa Natura, o extrativismo do açaí, bacaba, cupuaçu, uxi, pupunha, entre outros. Há também moradores que complementam a renda familiar prestando serviços como barqueiros, mototaxistas e outros.

Existem localmente escolas públicas que funcionam até o ensino médio por meio do sistema modular. Há também uma delegacia, um posto de saúde, igrejas evangélica e católica, sedes de associações esportivas, produtivas e de moradores. A vida na comunidade ainda é muito tranquila em relação à violência física. O território constitutivo da comunidade apresenta características naturais importantes com um forte potencial para o chamado turismo ecológico. São áreas de floresta com árvores frutíferas, pássaros diversos, igarapés e plantas medicinais.

As festas tradicionais religiosas são emblemáticas na comunidade, como por exemplo, o Círio de Santa Maria, padroeira da comunidade, que acontece a mais de 100 anos no último domingo do mês de maio. O festejo apresenta um lado religioso e um profano, ambos de grande importância para a identidade local. Durante o mês de maio, acontecem as novenas nas casas das famílias, e, às vésperas do festejo, tem levantamento de mastros, brincadeiras variadas

e transladação à noite. (Entrevista realizada com Suelen Siqueira Vilhena, pedagoga, 33 anos de idade, moradora da comunidade Boa Vista do Acará, 2018).

Essa manifestação profana e religiosa atrai pessoas de comunidades vizinhas e alhures. Isso pode ser observado *in loco*, pois a movimentação que estava ocorrendo para os preparativos do festejo estava mudando sobremaneira a realidade local. Estavam sendo feitos os preparativos para as competições esportivas, as festas dançantes com as chamadas aparelhagens, as brincadeiras carnavalescas, o bingo de boi, sábado de aleluia, forrozão, dentre outras (Observação *in loco*).

## 5 Produção e reprodução da vida material na comunidade Boa Vista do Acará

A dinâmica socioeconômica de produção e reprodução das condições de produção dos moradores da comunidade Boa Vista do Acará se faz e se refaz de maneira complexa e diversificada. Localmente, domina o processo de reprodução simples, com características peculiares às chamadas comunidades amazônicas. Lá predominam a agricultura familiar, a pesca de subsistência, os quintais com árvores frutíferas e a criação de pequenos animais, o extrativismo principalmente do açaí e, mais recentemente, o turismo e a produção de ervas aromáticas vendidas à empresa Natura.

Nesse contexto, é importante registrar que a própria floresta e o conhecimento tradicional, passado de geração a geração, constituem-se na base essencial da reprodução das condições de produção da comunidade Boa Vista do Acará, fortemente marcada por uma racionalidade característica dos processos de produção de base familiar, contrário à lógica das empresas capitalistas que são “compulsadas a contínuos investimentos e, com eles, à incorporação dos avanços da ciência através de adoção de novas técnicas” (COSTA, 1994, p. 6).

Na agricultura familiar da comunidade Boa Vista do Acará, observa-se a predominância da produção da farinha de mandioca. O processo é muito simples e feito com mão de obra doméstica. As lavouras são costumeiramente realizadas com base na tradicional forma de corte e queima da mata secundária, também denominada coivara, em que os resíduos da queimada são aproveitados como fertilizante natural da terra para a plantação. Tudo é feito manualmente. Abre-se a capoeira, planta-se a mandioca, retiram-se os tubérculos, os quais são descascados, colocados para pubar, prensados, peneirados e torrados em uma chapa de cobre debaixo de um casebre, construído próximo às moradias da comunidade.



Pretende-se com as figuras 1, 2, 3, 4, 5 e 6 retratar um pouco da ambiência do processo produtivo peculiar ao barraco de terra da farinha. Pode-se destacar na rústica cabana o trabalhador com o rodo de madeira mexendo o produto, o forno, a fornalha, o fogo e a lenha, além de alguns outros derivados da mandioca, como a crueira e o tucupi.

Figuras 1, 2, 3, 4, 5 e 6 – Produção de farinha e derivados da mandioca



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Nas figuras 7, 8 e 9, abaixo, têm-se especificados alguns utensílios necessários à cadeia produtiva da farinha, tais como o rodo, o tacho de ferro utilizado na torragem e a vassoura para a feitura da farinha de tapioca, que também serve para a assepsia da chapa.

Figuras 7, 8 e 9 – Utensílios necessários à produção da farinha



Fonte: Arquivo do *survey* da disciplina Métodos Qualitativos, 2018.

### 5.1 Os quintais como componente de reprodução da vida material

Conceitualmente, os quintais ribeirinhos podem ser caracterizados como parte do ambiente doméstico, relativamente delimitado, caracterizado como área de manejo de baixo impacto na terra, onde se faz presente o uso da força de trabalho familiar, mormente de mulheres. Nos quintais, efetivam-se formas tradicionais de cultivo de plantas aromáticas, medicinais, condimentares e árvores frutíferas, bem como abrigam a criação de animais de pequeno porte, podendo inclusive haver a convivência com espécies vegetais e animais silvestres. Por haver certa simbiose entre as plantas e animais domesticados e a realidade das florestas, há autores, como Rosa (2007), que classificam esses quintais como agroflorestais.

Na comunidade Boa Vista do Acará, os quintais configuram-se como componente importante no processo de reprodução familiar, uma vez que fornecem frutos, legumes, ervas medicinais e proteína animal. Em geral, esses quintais são manejados sem insumos agrícolas ou qualquer tipo de agroquímico para combater pragas ou ervas daninhas. A mão de obra é toda familiar e as mulheres são as principais responsáveis pela organização e cuidado desses espaços.

Para efeito de exposição da diversidade de plantas e compreensão da importância dos quintais na comunidade Boa Vista do Acará, tem-se a seguir um quadro com as espécies



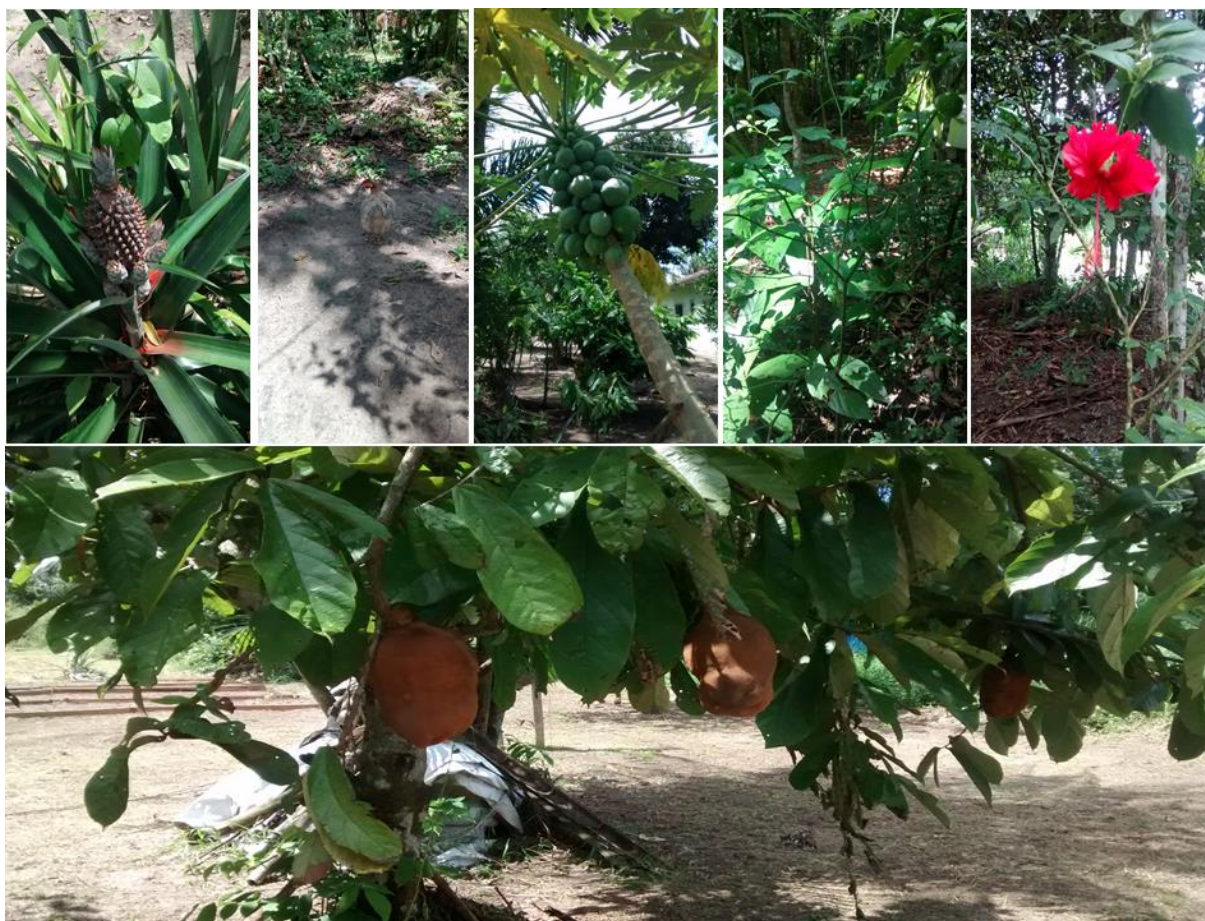
vegetais frutíferas mais frequentemente observadas no local, as quais fazem parte da dieta alimentar dos ribeirinhos e contribuem sobremaneira com ingestão de nutrientes. Mais à frente, nas figuras 10, 11, 12, 13, 14 e 15, pode-se observar imagens fotográficas dessa realidade florística, assim como de alguns pequenos animais, que também são consumidos na comunidade e compõem o consumo de proteína animal.

Quadro 1 – Espécies observadas com maior frequência nos quintais da comunidade Boa Vista do Acará

<b>Ordem</b>	<b>Nome popular</b>	<b>Nome científico</b>
1	Abacate	<i>Persea americana</i>
2	Abacaxi	<i>Ananas comosus</i>
3	Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>
4	Acerola	<i>Malpighia glabra</i>
5	Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i>
6	Banana	<i>Musa sp. Musaceae</i>
7	Cacau	<i>Theobroma cacao</i>
8	Capim-santo	<i>Cymbopogon citratus</i>
9	Carambola	<i>Averrhoa carambola</i>
10	Coco	<i>Cocos nucifera</i>
11	Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>
12	Ingá-cipó	<i>Ingá edulis</i>
13	Jambo	<i>Eugenia malaccensis</i>
14	Jaca	<i>Artocarpus heterophyllus</i>
15	Laranja	<i>Citrus sp.</i>
16	Limão	<i>Citrus sp.</i>
17	Mamão	<i>Carica papaya</i>
18	Manga	<i>Mangifera indica</i>
19	Muici	<i>Byrsonima crassifolia</i>
20	Pimenta-de-cheiro	<i>Capsicum chinense</i>
21	Pupuna	<i>Guilielma gasipaes</i>
22	Tapereba	<i>Spondias mombim</i>
23	Urucum	<i>Bixa orellana</i>

Fonte: Arquivo do *survey* da disciplina Métodos Qualitativos, 2018.

Figuras 10, 11, 12, 13, 14 e 15 – Imagens que denotam um pouco da realidade vegetal e animal dos quintais na comunidade Boa Vista do Acará



Fonte: Arquivo do *survey* da disciplina Métodos Qualitativos, 2018.

## 6 Turismo: uma possibilidade de renda para os moradores da comunidade

Interagir com a diversidade da flora e da fauna, caminhar à sombra de árvores frutíferas e quintais produtivos, ouvir o som da natureza, experimentar os sabores da Amazônia e a culinária ribeirinha, assistir às práticas tradicionais de produção econômica, testemunhar a organização coletiva daqueles que tiram seu sustento da natureza, usufruir das belezas naturais e mergulhar em águas cristalinas é um privilégio de quem se dispõe a explorar o potencial turístico da comunidade Boa Vista do Acará.

De fato, essa pequena comunidade Boa Vista do Acará é um convite para quem busca o contato com a natureza e, por sua proximidade com o núcleo urbano de Belém, atrai turistas principalmente aos feriados e finais de semana. Apesar da prática de algumas atividades que comprometem a preservação da fauna e flora, os moradores ainda mantêm uma significativa reserva natural, o que permite longas caminhadas em trilhas às sombras das árvores, desfrutando de uma “orquestra” produzida pelas aves que compõem a fauna da localidade.

Em um momento em que tanto se fala em sustentabilidade, ecologia, preservação do meio ambiente etc., os moradores da comunidade Boa Vista do Acará mostram na prática o que é realmente isso. A maneira como as famílias preservam e enriquecem a flora e fauna às proximidades de suas casas, realizando suas construções em harmonia com a natureza, mantendo por perto os animais, principalmente as inúmeras espécies de pássaros facilmente vistos nos pequenos bosques ao redor das residências, mostra aos visitantes a possibilidade de ocupar espaços sem modificar abruptamente a dinâmica dos ecossistemas naturais.

Outro atrativo que compõe o potencial turístico da comunidade Boa Vista do Acará é a diversidade frutífera e a culinária local. As frutas em sua maioria são nativas da região, como açaí, bacaba, cupuaçu, bacuri, uxi, pupunha, dentre outras espécies cultivadas pelos moradores nos próprios quintais formando uma espécie de “quintal agroflorestal”, por consociarem espécies diferentes em um mesmo espaço, como o abacaxi, mamão, acerola. Além das frutas, tem-se no local uma culinária caseira muito apreciada. Peixe frito, feijoada, arroz branco, farofa, macaxeira frita e sucos naturais vêm atraindo excursionistas e caminhantes de vários lugares, contribuindo positivamente com a economia das famílias da comunidade.

Um aspecto a ser ressaltado é a possibilidade de o turista presenciar a produção da farinha de mandioca, farinha de tapioca, beiju (iguaria de origem indígena feita da mandioca) e a tradicional extração do tucupi. Essas atividades têm um significado para além da mera produção, pois traduzem a forma como os sujeitos se relacionam e conduzem a dinâmica social da comunidade, revelando como eles produzem e concomitantemente reproduzem as condições e relação material de suas vidas ao longo da história na comunidade.

Através da interação com os sujeitos produtores e reprodutores de suas condições de vida, é possível perceber como, ao longo dos anos, essas atividades foram se estabelecendo e se materializando enquanto prática sociocultural, assim como sua importância para manutenção dos costumes e dinâmica da comunidade, apesar da diminuição dessa atividade em virtude do desenvolvimento de outras modalidades econômicas, como o cultivo da pirioca e da pataqueira. Importante ressaltar que a produção dos derivados da mandioca também pode ser adquirida pelos visitantes, potencializando a economia e valorizando a cultura local.

Além da atividade tradicional de produção dos derivados da mandioca, os turistas podem conhecer também outra forma de organização econômica dos moradores. Essa alternativa de produção, de trabalho e renda se faz por meio da cooperativa que cultiva a pirioca e pataqueira. Ressalte-se que a cooperativa nos mostra que é possível tratar o trabalho, a economia e o desenvolvimento local de maneira coletiva e organizada, afastando-nos do individualismo e da exploração da mão de obra em prol de um interesse particular.



Dentre os atrativos turísticos, os igarapés são um dos mais procurados e visitados pelos turistas que fogem da dinâmica agitada da capital paraense. Os igarapés cortam a geografia da comunidade formando vários balneários que oferecem lazer e tranquilidade aos visitantes. Em sua maioria são igarapés de águas geladas e transparentes que também proporcionam aos moradores da localidade uma possibilidade de fonte de renda considerável.

Em suma, o potencial turístico da comunidade é realmente abundante e vai para além de um lazer imediatista, pois possibilita ao turista, que visita a comunidade, mergulhar na dinâmica da vida dos sujeitos que vivem naquele espaço, compreendendo como são construídas as relações sociais e culturais que os caracterizam, enquanto sujeitos que buscam o desenvolvimento coletivo e o fortalecimento de suas raízes, enquanto homens e mulheres ribeirinhos que retiram da natureza seu sustento, buscando a preservação da flora, da fauna e dos espaços que compõem a comunidade ribeirinha de Boa Vista do Acará.

A seguir têm-se algumas imagens que podem contribuir com as argumentações sobre o turismo na comunidade. Nas figuras 16, 17, 18 e 19 são observadas trilhas, a culinária local e o aprazível banho de igarapé.

Figuras 16, 17, 18 e 19 – Imagens representando um pouco da realidade turística na comunidade Boa Vista do Acará



Fonte: Arquivo do *survey* da disciplina Métodos Qualitativos, 2018.

## 7 Produção de ervas na comunidade e sua relação com o capital

A proximidade da comunidade à região metropolitana de Belém, ou propriamente ao núcleo urbano da cidade, agrega mais um elemento à complexa dinâmica socioeconômica dos moradores. Precisamente, é em Belém, e região circunvizinha, que membros das famílias da comunidade Boa Vista do Acará podem continuar seus estudos, fazer cursos profissionalizantes, cursar o nível superior de ensino, conseguir trabalho para complementar a renda familiar, vender produtos agrícolas ou extrativistas, acessar mercadorias industrializadas ou contactar pessoas potencialmente susceptíveis a pequenas transações comerciais, ou mesmo para apresentar uma alternativa de turismo às classes médias locais.

A comunidade Boa Vista do Acará é conhecida também pelo cultivo de ervas, comercializadas em vários lugares de Belém, em particular no mercado Ver-o-Peso, localizado às margens da baía do Guajará, região da cidade histórica. Nessa feira, são vendidas plantas aromáticas usadas no preparo dos chamados “banhos de cheiro”, produto do processo de mistura das ervas que são maceradas e colocadas em infusão na água para liberarem seus óleos essenciais. Essa prática cultural faz parte dos saberes históricos populares muito comuns na Amazônia, constituindo-se em saberes tradicionais transmitidos de geração em geração. Dentre outras finalidades, acredita-se que esses “banhos de cheiro” são usados para afastar os males do corpo, os maus agouros, atrair boas energias e até mesmo curar pessoas que estejam com alguma enfermidade leve, como resfriados, gripes, dores de cabeça e outras (Observação *in loco*, Nota de Campo, 2018).

Entre essas ervas está o plantio da priprioica (*Cyperus articulatus*) e da pataqueira (*Schizolobium parahyba*), plantas nativas que crescem em áreas de solos alagados da Amazônia. Sabendo do potencial mercadológico das ervas aromáticas, o grupo multinacional de cosméticos Natura<sup>6</sup>, com uma de suas filiais no município de Benevides, cerca de 30km distante de Belém, através de um representante, deslocou-se à comunidade de Boa Vista do Acará com a finalidade de formar um grupo local de famílias produtoras e fornecedoras em grande quantidade dessas ervas.

<sup>6</sup> A Natura Cosméticos S. A. “[...] é uma empresa brasileira fundada em 1969 que atua no setor de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, oferecendo 10 categorias de produtos, dentre os quais: sabonetes, xampus, desodorantes, perfumes, protetores solares etc. A empresa tem operações próprias na Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru e França” (CARVALHO; BARBIERI, 2013, p. 241-242). A empresa tem seu discurso ancorado no desenvolvimento sustentável, o qual garante ideologicamente as relações comerciais que são estabelecidas no plano da reprodução ampliada do capital, a qual vem incluindo as populações amazônicas a partir de processo de apropriação de parte do seu patrimônio cultural, mormente aqueles saberes susceptíveis de inclusão no modo de produção e consumo capitalistas.

Olha, professor, foi através da venda de cheiro lá no Ver-o-Peso, nós tínhamos aqui uns produtores que vendiam direto lá no Ver-o-Peso. Num dia deu certo deles passarem por lá onde eles estavam vendendo e descobriram a priprioca, levaram pro teste, quando foi com uns tempos veio a encomenda de uma quantidade para fazer um novo teste, que era pra ver o que é que acontecia, e o resultado foi bom. Aconteceu que foi aprovado e veio a encomenda pra que fosse plantada já para toneladas, e com isso todos os anos, graças a Deus, a gente vem plantando a priprioca. Esse ano nós entregamos, se não me falha a memória, foi umas 8 toneladas, para o ano que vem nós já temos encomendada a mesma quantidade, já está plantada, e assim sucessivamente. (Entrevista realizada com Paulo da Costa Vilhena, aposentado, membro da APOBV, 78 anos de idade, morador da comunidade Boa Vista do Acará, 2018).

Após o processo de aproximação da Natura com moradores da comunidade, foram fornecidas assessorias técnica e administrativa para a criação e legalização da Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista (APOBV), inclusive com a patente garantida das ervas produzidas localmente. De fato, a criação da associação foi condição indispensável para garantir segurança jurídica às relações comerciais da empresa com os ribeirinhos, estes deveriam produzir as ervas em larga escala e fornecê-las à Natura quase que exclusivamente.

A Natura descobriu a pataqueira e a priprioca no Ver-o-Peso bem antes da fundação da associação, então quando ela descobriu através das pessoas que vendiam daqui pra lá, eram umas duas ou três pessoas que vendiam, ela procurou alguém lá e perguntou se essas pessoas não se interessavam em trazer alguém da Natura pra ir conversar aqui na comunidade. Como nós tínhamos um grupo aqui de trabalho na comunidade, era a “união faz a força” e nós trabalhávamos de mutirão, era duas vezes na semana pra cada uma família, nós éramos 10 famílias, aí trouxeram pra dentro do grupo a “união faz a força”, e daí houve a necessidade de criar a associação, isso no ano de 2000. Quando foi no ano de 2002 ela já estava toda organizada, e aí pronto, organizou a associação com documentos com tudo que tem direito, com diretoria... E assim foi a fundação da associação com a colaboração da Natura. [...] depois de um determinado tempo que a Natura ela conseguiu uma quantidade de óleo aqui que dava para eles trabalharem por uma certa temporada, eles liberaram aqui pra que a gente conseguisse arrumar venda com uma outra pessoa independentemente da quantidade que fosse encomendada pela Natura. No caso, a Natura encomendaria uma quantia, vamos supor que a Natura encomendasse 10 toneladas, a gente plantaria 12, a gente ia vender 2 toneladas por fora. A gente mandava o que eles queriam e se sobrasse “nós vendia” pra outros, mas isso eu acho que era muito raro de acontecer. (Entrevista realizada com Paulo da Costa Vilhena, 2018).

Para que houvesse o desenvolvimento do sistema de cultivo vegetal das ervas e se alargasse a quantidade da produção tradicional local, foi necessário promover momentos de capacitação técnica de novos sistemas de produção em larga escala da priprioca e pataqueira. Assim, as famílias associadas passaram a promover um plantio utilizando sistemas de cultivo de baixo custo, com novo sistema de irrigação, canteiros, manejo do solo, revisão dos



equipamentos de trabalho, aproveitamento das chuvas e das temperaturas mais agradáveis no período de inverno amazônico para as plantas, minimizando assim a possibilidade de surgir diferenças no cheiro e na composição química das ervas.

[...] o apoio técnico pra plantação foi dado, sim, por meio da Natura e também pra construção do prédio da associação. Nós tínhamos um direito devido à patente que pertence à associação dos plantadores de pirioca de Boa Vista, [...]. Mas, na época, foi “investido uma” certa quantia, com o projeto, foi através de projeto que foi “construído essa” sede que o senhor teve a oportunidade de ir lá [...]. (Entrevista realizada com Paulo da Costa Vilhena, 2018).

Nas figuras 20, 21, 22 e 23, a seguir, podem-se observar imagens demonstrativas da fachada da Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista, do cultivo da pataqueira e da pirioca, que são produzidas em escala comercial para satisfazer as necessidades produtivas e comerciais da empresa Natura.

Figuras 20, 21, 22 e 23 – Imagens demonstrativas da fachada da APOBV e do cultivo da pataqueira e da pirioca



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Finalmente, vale ressaltar que existe na comunidade certo volume de dinheiro advindo de setores diferenciados do poder público nos níveis federal, estadual e municipal, dinheiro este que ajuda sobremaneira no processo de manutenção e reprodução da vida local. Precisamente, há famílias que recebem valores monetários a partir das políticas públicas de renda mínima do governo federal, salários de funcionários contratados ou concursados ligados à saúde e à educação, rendimentos com aposentadorias de pessoas idosas e outros. Todos esses rendimentos se somam ao processo de produção e reprodução simples do modo de produção e consumo das famílias ribeirinhas da comunidade Boa Vista do Acará.

## 8 Considerações finais

Quando se discute a realidade existencial de dada coletividade humana, a produção (material e simbólica) e a reprodução das condições de produção são essenciais para se entender o seu funcionamento. Não há condição de permanência no tempo e no espaço se os componentes dessa coletividade não forem capazes de reproduzir, de maneira permanente e continuada, as suas condições de produção ao mesmo tempo em que produzem.

Este texto expôs e descreveu analiticamente aspectos da vida cotidiana de uma comunidade ribeirinha próxima à cidade de Belém, buscando focar a maneira como ela produz e ao mesmo tempo reproduz as condições de produção da sua vida material. Nela foram observadas as atividades de feitura da farinha, do tucupi, da tapioca, croeira e outros produtos da cadeia produtiva da mandioca. Nesse contexto, evidenciou-se que a comunidade em análise desenvolve um processo de produção e reprodução simples, de acordo com a abordagem adotada nesse trabalho.

Foram também observados os quintais com suas árvores frutíferas, pequenos animais e ervas medicinais, bem como o plantio da pirioca e pataqueira, produzido em larga escala para atender às necessidades mercadológicas da empresa Natura S.A., que se apropriou dos saberes e práticas ribeirinhos, transformando-os em insumos na produção de perfumes e cosméticos para serem vendidos em mercados nacionais e internacionais. Além desses aspectos, ainda foram colocados o potencial turístico da área e a culinária local como elementos que compõem o processo de produção e reprodução da vida local.

Considerando os pontos abordados nesse trabalho, conclui-se que a realidade das famílias ribeirinhas locais se caracteriza pela multiplicidade de atividades laborais. De fato, os moradores dessa comunidade apresentam formas laborais diversas, mas a fazem dentro do

modelo de produção e reprodução simples, ou seja, trabalham e compram bens para autoconsumo, não utilizando excedentes para acúmulo ou formação de riqueza para gerar mais excedentes e mais renda. Toda receita das famílias nessa comunidade serve “[...] apenas como fundo de consumo ou é gasta com a mesma periodicidade com que é obtida” (MARX; ENGELS, 2013, p. 782).

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARVALHO, André Pereira de; BARBIERI, José Carlos. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 10, nº 1, p. 232-256, Jan./Mar. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79310/83381>>. Acesso em: 6 out. 2018.

COSTA, Francisco de Assis. Racionalidade camponesa e sustentabilidade. In: **Papers do NAEA**, nº 29, p. 1-35, nov. 1994. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:4\\_Ax4pO4FnsJ:www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php%3Faction%3DPublicacao.arquivo%26id%3D93+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:4_Ax4pO4FnsJ:www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php%3Faction%3DPublicacao.arquivo%26id%3D93+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 14 nov. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. (Tradução e introdução de Florestan Fernandes). 2ª. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008.

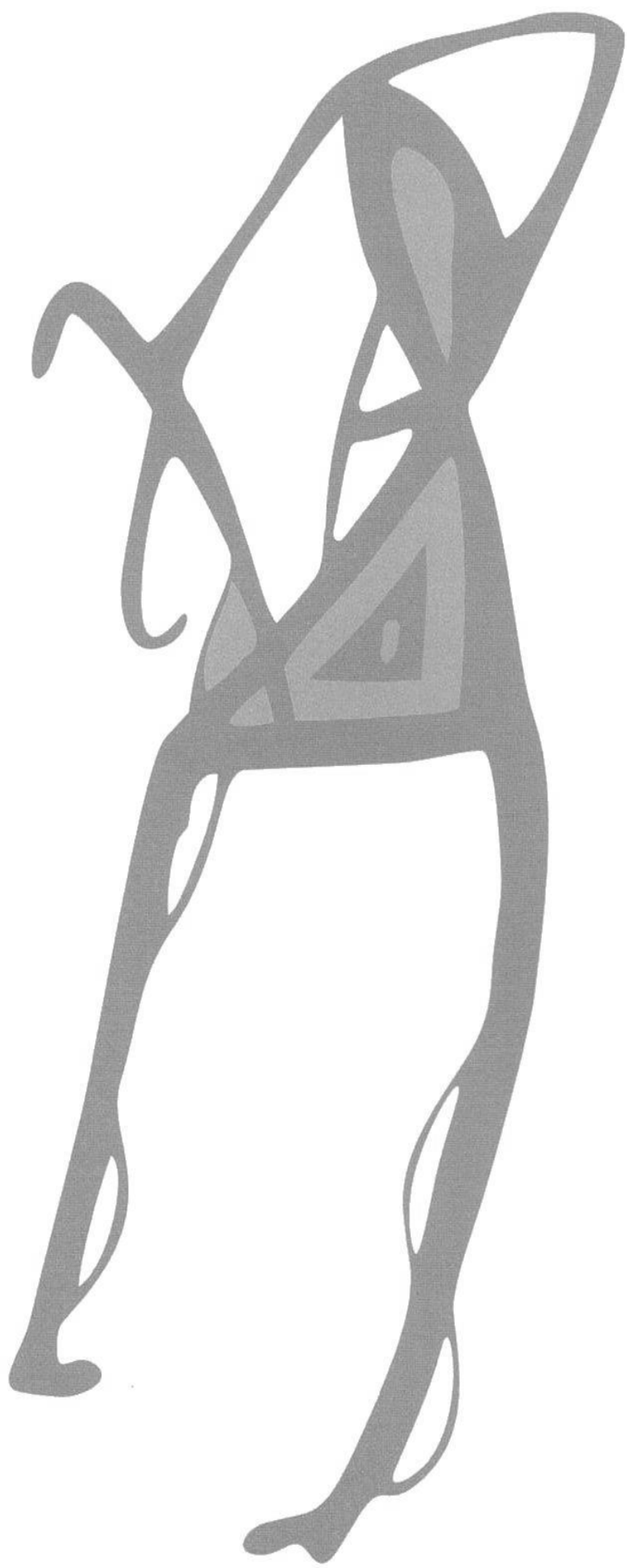
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital (tradução de Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod\\_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo.pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2018.

OLIVEIRA NETO, Adolfo da Costa; RODRIGUES, D. O lugar de estar sendo dos sujeitos amazônidas rurais-ribeirinhos. In: OLIVEIRA, Ivanilde (org.). **Cartografias ribeirinhas**: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. 2 ed., Belém, EDUEPA, 200, p. 26-32.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: \_\_\_\_\_. **O trabalho do antropólogo**. 2ª ed., Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Unesp, 2000, p. 17-35.

ROSA, Leonilde dos Santos *at al.* Os quintais agroflorestais em áreas de agricultores familiares no município de Bragança-PA: composição florística, uso de espécies e divisão de trabalho familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, nº 2, p. 337- 341, 2007.

SILVA, José Bittencourt da; SANTOS, Jenijunio dos; SOUZA, Nazaré Serrat Diniz de. Escola básica e comunidades ribeirinhas em Belém, Estado do Pará: Problemas e Perspectivas. *In: KLA Working Paper*, n. 18, 2016, Kompetenznetz Lateinamerika – Ethnicity, Citizenship, Belonging. Disponível em: <[https://kompetenzla.uni-koeln.de/sites/fileadmin2/WP\\_Bittencourt.pdf](https://kompetenzla.uni-koeln.de/sites/fileadmin2/WP_Bittencourt.pdf)>.



---

**ARTIGOS**



## SOB A LEI DO CÃO: O TRABALHO ESCRAVO NOS PRINCIPAIS CICLOS ECONÔMICOS DA AMAZÔNIA

Francisco Américo Martins **MORAES**<sup>1</sup>

**Resumo:** *Este estudo se propõe investigar e compreender melhor como se deu a introdução do trabalho escravo e da sua conseqüente exploração de mentalidade colonialista na Amazônia, bem como a inter-relação entre os processos político, religioso e econômico, já a partir do fim da União Ibérica (1580-1640), no contexto dos principais ciclos econômicos, como, por exemplo, o da extração das drogas do sertão, passando pelo ouro na região guaporeana (hoje pertencente a Rondônia) e, posteriormente, pela voracidade do capital industrial nos dois ciclos da borracha, final do século 19 e início do século 20, e, finalmente, durante os anos decisivos da Segunda Guerra Mundial (1942-1945).*

**Palavras-chave:** Trabalho. Escravidão. Amazônia.

**Abstract:** *This study proposes to investigate and understand better how the introduction of slave labor and its consequent exploration of colonialist mentality in the Amazon occurred, as well as the interrelationship between the political, religious and economic processes, since the end of the Iberian Union, in the context of the main economic cycles, such as the extraction of drugs from the hinterland, passing through the gold in the region of Guaporeana (now belonging to Rondônia) and, later, for the voracity of industrial capital in the two rubber cycles late nineteenth and early twentieth century, and finally during the decisive years of World War II (1942-1945).*

**Keywords:** Work. Slavery. Amazon.

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Literários – Universidade Federal de Rondônia (UNIR), 2019; especialista em História do Brasil – Faculdades Integradas de Jacarepaguá (FIJ), 2013; licenciado em História – União das Escolas Superiores de Rondônia (UNIPEC), 2007. E-mail: [framerico@yahoo.com.br](mailto:framerico@yahoo.com.br).



## 1 Introdução

Analisando o processo de colonização da Amazônia a partir do século 17, identificaremos a existência de uma inter-relação entre o processo político, religioso e os ciclos econômicos. *A priori*, sobretudo no contexto da extração das “drogas do sertão”<sup>2</sup> (fator econômico), podemos observar a inserção e exploração do trabalho escravo sistemático sobre o nativo (índio) como mão de obra básica utilizada tanto por colonos como por missionários católicos nessa atividade, dentre outras. Por efeito disso, verificaremos que os povos tribais amazônicos ficaram expostos a toda sorte de misérias físicas e culturais.

Depois, no século 18, é possível notar que o advento do ciclo do ouro no Vale do Guaporé vai submeter o nativo e, principalmente, o negro a condições degradantes de exploração de sua força de trabalho, até então sem precedentes na história da Amazônia, uma vez que a mão de obra se desgastava rapidamente pela intensidade e condições insalubres de trabalho nas minas, obrigando a rápida substituição dos trabalhadores, devido às mortes sucessivas.

No entanto, mais tarde, nos ciclos da borracha amazônica, a partir das últimas décadas do século 19 até 1945, novamente os povos da floresta, mas principalmente os nordestinos – como veremos – não tiveram melhor destino. Estes, “cuspidos” do campo pela seca em suas regiões de origem, foram deslocados em massa para a Amazônia para serem escravizados pelas dívidas das quais sequer sabiam a existência, bem como pelo trabalho insalubre de extração do látex da seringueira para a produção da borracha, a fim de atender às necessidades urgentes do capital industrial norte-americano e europeu.

## 2 Os ciclos da Amazônia

### 2.1 As “drogas do sertão”

Quando Portugal se separou do Império Espanhol, em 1640, os lusitanos incorporaram a Região Amazônica ao seu domínio. De imediato, os portugueses iniciaram a exploração das chamadas “drogas do sertão” com a colonização da Região Norte, se “infiltrando pelo vale acima do rio Amazonas, francamente na segunda metade do século XVII” (PRADO JR., 1988, p. 70).

---

<sup>2</sup> Especiarias da Amazônia (canela, urucum, cacau etc.).  
MARGENS - Revista Interdisciplinar  
Versão Digital – ISSN: 1982-5374

Na época, a região não desenvolveu uma agroindústria como a lavoura, sobretudo açucareira, do litoral devido às condições naturais da Amazônia, cuja mata espessa e semiaquática dificultavam o desenvolvimento da agricultura, não só devido às condições desfavoráveis, mas também ao alto custo de produção. Por consequência disso, a extração das drogas do sertão foi o primeiro ciclo da economia – também de exploração, miséria e mortes humanas – da Amazônia brasileira. Então, para esse tipo de extrativismo lucrativo, havia uma multidão de autóctones, das mais diversas línguas e culturas.

Para comandá-los, nada melhor do que a atuação dos missionários católicos – que, a propósito, vagueavam o olhar mercantilista pela “[...] natureza aquilatando o valor monetário ou mesmo as benesses do usufruto” (GONDIM, 1994, p. 91). Principalmente jesuítas e carmelitas, penetraram a Amazônia com o objetivo de “catequizar” os indígenas e, por isso, acabaram se tornando “agentes de uma imposição simbólica sobre a cultura indígena. [...] foram levando símbolos religiosos, morais, culturais estranhos às populações indígenas ou ribeirinhas [...]” (LOUREIRO, 2001, p. 80).

Nesse sentido, os povos nativos foram, então, reunidos em aldeamentos para serem convertidos à fé católica. Dessa forma, os padres carmelitas, franciscanos, capuchinhos e, sobretudo, os jesuítas, procuravam os indígenas e os “forçavam” a entrarem mata adentro em busca das lucrativas especiarias. No entanto, os aldeamentos não foram bem aceitos pela maioria da população branca (colonos), pois, necessitando aprisionar os tribais para usá-los como mão de obra escrava, eram impedidos pelos padres. Contudo, isso não quer dizer que os nativos tiveram vida “mansa” nos aldeamentos porque, independentemente de estarem nas mãos dos padres ou não, eram igualmente explorados como mão de obra servil ou escrava. Quanto a isso, Leandro Tocantins diz que

[...] todos tratavam de explorar os indígenas sem comiseração alguma, roubando-lhes a liberdade, a família, a atividade, o vigor e o sossego. Expostos aos rigores do sol e das chuvas esses infelizes eram forçados ao trabalho, dia e noite, sem descanso, sem confortos (TOCANTINS, 1982, p. 14).

Para os povos da floresta, na verdade, tudo isso se constituía num verdadeiro choque para a sua cultura, uma vez que eles não eram afeitos, por exemplo, ao trabalho metódico e sistemático tal como lhes foi imposto pelos colonizadores, pois, segundo Sérgio Buarque de Holanda, os indígenas tendiam espontaneamente

[...] para atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos. Versáteis ao extremo, eram-lhes inacessíveis certas noções de ordem, constância e

exatidão, que no europeu formam como uma segunda natureza e parecem requisitos fundamentais da existência social e civil. O resultado eram incompreensões recíprocas que, de parte dos indígenas, assumiam quase sempre a forma de uma resistência obstinada, ainda quando silenciosa e passiva, às imposições da raça dominante (HOLANDA, 1995, p. 48).

Assim, os povos “aborígenes”, uma vez retirados da selva pelos missionários, através dos descimentos ou pelas tropas de resgate dos colonos, serviam para toda espécie de trabalhos na agricultura, caça, pesca, serviços domésticos ou trabalhos para o Estado, conforme enumera Tocantins, a seguir, as pesadas tarefas a que estavam sujeitos:

[...] tripulavam canoas, iam aos sertões colher produtos naturais, serviam de vaqueiros e feitores nas fábricas e fazendas de gado, abriam roças e maniva, faziam farinha, cultivavam o milho, o arroz, o feijão, a cana, o tabaco, em proveito exclusivo dos seus intitulados senhores e patronos, que assim viviam na ociosidade (TOCANTINS, 1982, p. 68).

O conhecimento imensurável e a experiência indígena na floresta certamente obstarão o avanço da colonização na Amazônia e a fariam muito mais difícil, pois os mesmos eram seres perfeitamente integrados ao seu meio, vivendo da caça, da pesca e da agricultura que dominavam de forma suficiente e econômica (TEIXEIRA; FONSECA, 2001).

No plano político, a Coroa portuguesa oscilava em relação à legislação indigenista – desde 1570 Portugal havia promulgado leis proibindo o cativo dos indígenas, reforçadas posteriormente com novas leis, como em 1609 e 1611. No entanto, ora favorecia os missionários, proibindo a escravidão indígena (por influência dos jesuítas), ora, diante da necessidade de braços para a lavoura, abria exceções através das chamadas “guerras justas”.

Os nativos capturados nessas guerras eram levados para as aldeias de repartição e distribuídos entre colonos por tempo determinado. Assim, à medida que os povos tribais eram deslocados de sua área de origem, pelos missionários ou pelas expedições de colonos, abria-se espaço para os colonizadores ampliarem suas atividades extrativistas mata adentro. Com efeito, a coleta das drogas do sertão, atividade que se desenvolveu entre os séculos 16 e 18, atraiu colonos portugueses para a sua extração e venda, mas foram os jesuítas que, contando com a mão de obra de milhares de nativos amazônicos, destacaram-se nesse comércio.

Em vista disso, além de outras atividades na Amazônia e demais regiões da colônia, “já em meados do século XVII os missionários possuíam vasta fortuna [...] e a maior riqueza daquela terra, um vasto contingente de trabalhadores indígenas” (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p.16). Também Caio Prado Júnior – que se isenta de investigar os reais interesses dos

missionários de forma geral – parece não ter dúvidas quanto aos interesses dos jesuítas em particular. Diz ele que

Não é aqui o lugar próprio para indagar quais os objetivos que animavam os missionários; se o puro zelo religioso da conversão de almas pagãs, se outros projetos mais amplos e não confessados. Quanto aos jesuítas, parece fora de dúvida que tinham na América um plano de grandes proporções: nada menos que assentar nela um imenso império temporal da Igreja Católica e sob sua direção (PRADO JR., 1988, p. 70).

Em razão disso, as pretensões dos colonos portugueses se chocavam constantemente com os interesses dos jesuítas e demais Ordens. Os missionários procuravam manter os nativos afastados dos colonos que, por sua vez, queriam mão de obra barata. Na verdade, os povos autóctones, indiscutivelmente, eram escravizados sem nenhuma piedade cristã. O resultado natural dessa escravidão indígena, no “ciclo amazônico das especiarias”, foi o “extermínio de numerosos grupos que habitavam o curso do Amazonas e a parte inferior da maioria de seus afluentes” (TEIXEIRA, 1999, p. 82). Ao lado da barbárie movida por interesses econômicos, os europeus se escondiam sob o manto “imaculado” da religião católica que, de acordo com Teixeira e Fonseca, legitimou a escravidão:

Constituindo-se em uma religião de obrigações formalistas [...] pregou os alicerces da ordem senhorial e da dominação escravocrata, onde a caridade paternalista é ditada pelo signo do temor e onde a aceitação pacífica do sofrimento e da miséria são traduções da penitência, que salva e assemelha ao próprio Cristo (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 80).

Em nome da civilização, portanto, os portugueses aculturaram, mataram e escravizaram milhares de seres humanos de etnias e culturas das mais diversas. Isto talvez se explique, segundo Gilberto Freyre (2006, p. 66), pela “singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos” que, por sua vez, também explique – continua ele – “em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África”, cujos braços escravocratas saíram sujeitando africanos e americanos tanto física quanto culturalmente. Aqui na Amazônia, por exemplo, Argemiro Procópio descreve e constata a terrível sujeição cultural exercida pela fé católica sobre a mentalidade do indígena submetido, pois

Quando passa a acreditar em Cristo e no Evangelho, o indígena não é o mesmo de antes. Depois do batismo e do sacramento da confirmação, abraçando outra crença, é levado a crer no equívoco de seus valores e mitos religiosos repassados por seus ancestrais. É então obrigado a repensar sua visão de

mundo: abre sob a tutela dos missionários seu coração para a vinda do Espírito Santo dos cristãos (PROCÓPIO, 1992, p. 159).

Apesar disso, a catequese foi apenas uma forma mais “suave” de dominação cultural e física sobre o chamado gentio. Uma vez que os nativos viviam em tribos ou aldeias dispersas e distantes umas das outras – como nas palavras de Peter Burke (2010, p. 154), referindo-se à Noruega cujos povoados também distavam uns dos outros –, a Igreja, sem dúvida, foi particularmente importante como centro cultural, centro aculturador dos indígenas, diga-se de passagem. Desde o início, portanto, a colonização na Amazônia, bem como no Brasil como um todo, esteve estigmatizada pela trágica presença da cruz e da espada, disseminando, tragicamente entre os indígenas, a miséria e a morte através do trabalho servil ou escravo e das doenças do homem branco. No entanto, ainda estava longe de findar o sofrimento indígena, pois o interesse do colonizador pelas especiarias da Amazônia, agora, seria substituído pelo ouro do Vale do Guaporé, onde, de certa forma, os povos originários da Amazônia repartiram com os negros o drama da escravidão e da morte.

## **2.2 O ciclo do ouro no Vale do Guaporé**

Arrefecido o interesse sobre as especiarias da Amazônia, a sanha portuguesa, agora, debruçava-se avidamente sobre as minas de ouro das Minas Gerais, descobertas em fins do século 17, e sobre as minas do Centro-Oeste da Colônia, nas regiões de Vila Boa (Goiás) e Cuiabá (Mato Grosso), descobertas nas primeiras décadas do século 18, propiciando a esses lugares uma intensa migração de pessoas de todas as regiões do Brasil e, inclusive, de Portugal. Esse processo migratório, com efeito, foi, de acordo com Marco Teixeira (1996, p. 105) “[...] marcado pela ousadia, bravura e ganância e esteve associado também à contínua busca de braços cativos dos indígenas da região para o trabalho das minas, lavouras e para o comércio humano de diversas praças coloniais”.

Muitos bandeirantes, ainda capturando os povos tribais, foram para o oeste até o Chapadão dos Parecis, de mata densa – daí o nome Mato Grosso –, onde foi descoberto ouro pelos irmãos Fernando e Artur Paes de Barros. Estes, bandeirantes de Sorocaba, saíram com o objetivo de capturar os povos da etnia Parecis para escravizá-los, mas acabaram encontrando ouro na região do Vale do Guaporé, em 1734 (TEIXEIRA; FONSECA, 2001). Indo na esteira desses acontecimentos, podemos constatar que a capitania de Mato Grosso e Cuiabá, naquela época, detinha uma parte da Região Amazônica, o que correspondia praticamente a quase todo o território do atual Estado de Rondônia, onde, no Vale do Guaporé, como nas demais regiões

mineradoras, a escravidão indígena e, sobretudo, a de origem negra africana, atingira proporções ainda mais degradantes, em comparação a que ocorria nas grandes fazendas de engenho, porque, segundo Teixeira e Fonseca,

O trabalho nas minas, lavras e faisqueiras era altamente insalubre, provocando um rápido desgaste dos trabalhadores e levando à necessidade constante de rápida reposição da mão de obra. Os escravos eram os mais atingidos por essa situação. Empregava-se um grande esforço nos trabalhos de construção de tanques, açudes e córregos para a realização dos trabalhos de mineração. [...] Vítimas de abusos de toda sorte, vivendo no Vale do Guaporé, um verdadeiro inferno, sujeitados a maus tratos, castigos e suplícios [...] (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 60 e 81).

É importante ressaltar a igualmente degradante exacerbação da miséria que se desenvolveu a partir da chegada de toda espécie de aventureiros, fidalgos, homens do povo e negros libertos, todos movidos pela ilusão de enriquecimento fácil através de aquisição de terras, ouro e promoção social. A região transformou-se em abrigo de homens indesejáveis, condenados em Portugal e em outras capitânicas de onde eram enviados para cumprirem degredo e outras penalidades. Havia também fugitivos da lei que buscavam proteção no Guaporé. Com efeito, a sociedade mineradora guaporeana, em geral, assim como a canaveira, “era caracterizada por uma estrutura social excludente e por um grande número de pessoas vivendo em condições precárias, consideradas vadias e desclassificadas” (SOUZA, 1986, p. 66). Os desclassificados não encontravam lugar definido na sociedade escravista. Sua principal característica foi o trabalho incerto e temporário.

Atingidos duramente pelas crises de fome e desabastecimento da região, tinham na mata – caça e pesca – um meio de sobrevivência, travando uma luta diária que os obrigava a se deslocarem, constantemente, acompanhando as lavras de ouro. Levavam uma vida nômade e habitavam ranchos improvisados de chão batido e cobertos de capim. Dispunham de poucos objetos pessoais, porque sempre se deslocavam na esperança de encontrarem ouro. Contudo, a região do Vale do Guaporé chegou a atingir certo esplendor, arruinado com a decadência da mineração e o endividamento constante dos mineradores, aliado à sua localização de difícil acesso e situada numa região altamente insalubre, sobretudo, na estação das chuvas, tornando a região endêmica, já que as doenças atingiam todos indistintamente, destacando-se a malária e o maculo que ceifavam muitas vidas impiedosamente.

A população, então, migrou principalmente para Cuiabá, concorrendo para o abandono da região guaporeana, que se manteve somente enquanto perdurou o interesse metropolitano nas suas riquezas. A agressividade e ousadia da política portuguesa para a Amazônia de meados



do século 18 era, agora, com efeito, vencida pelo descaso, apatia e abandono. Em fins daquele século, já se tornava notória a crise pela qual passavam os vales do Guaporé e Madeira. A decadência se instalava tanto na mineração quanto nas guarnições militares e mesmo na manutenção das rotas fluviais de comércio que ligavam o Vale do Guaporé a Belém do Grão Pará.

A rota do rio Madeira, por exemplo, havia entrado em franco abandono desde a desativação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Essa crise provocou o desaquecimento do comércio paraense e o despovoamento de consideráveis áreas territoriais de importância estratégica para a Coroa portuguesa.

Portanto, era a derrocada final de mais um ciclo econômico e de mortes de centenas de indígenas e de escravos negros causadas pela exploração do trabalho desumano na extração das riquezas vegetais e minerais encontradas na Região Amazônica pela sanha de colonos portugueses, bem como de inúmeras ordens religiosas católicas, responsáveis estas não só pela morte física dos nativos como também pela destruição ou mesmo morte cultural de muitas etnias indígenas da Amazônia e de todo o Brasil.

### 2.3 Os ciclos da borracha

Em breve tempo, no entanto, o futuro ainda conceberia mais um ciclo econômico (dividido em duas etapas) e de mortes abundantes resultantes da exploração desumana do trabalho, que foi a extração do látex da seringueira no seio da imensa floresta amazônica, tanto no Brasil quanto nos países vizinhos. Contudo, agora, não mais instigado pela sede do velho sanguessuga da América Latina, o mercantilismo colonialista, e sim pela “mutação” deste em capitalismo industrial, igualmente selvagem e imperialista, que atingiria impiedosamente os secularmente perseguidos indígenas amazônicos, na primeira metade do século 19, até a chegada maciça de imigrantes nordestinos.

Podemos ter uma ideia de como esses migrantes foram chegando à Amazônia no relato verídico do nordestino Alfredo Lustosa Cabral, o qual permaneceu no Amazonas por dez anos (1897-1907), trabalhando na extração de seringa ou látex:

É sabido como se fazia o povoamento dos seringais: os proprietários desses centros de indústria extrativa iam, anualmente, ao Ceará e outros estados do Nordeste, fazer o recrutamento de trabalhadores. Seduziam-nos, falando-lhes das secas arrasadoras, da penúria em que viviam, da abundância que facilmente se auferia na floresta das heveas e das siphonias, do conforto que, emigrados, poderiam proporcionar à família... E, assim sugestionados, formavam-se grupos de emigrantes, que eram transportados à capital do

estado, onde embarcavam, às centenas, nos porões infectos dos navios (CABRAL, 1984, p. 23).

A chegada desses trabalhadores nos seringais amazônicos, sem dúvida, não se deu de forma pacífica no contato com os nativos da floresta, pois, desde o advento do *boom* da borracha, o conflito entre seringueiros e tribais era uma constante. Porém, antes da chegada dos migrantes nordestinos, muitas tribos amazônicas haviam sido subjugadas às mais extremas formas de exploração na coleta do látex. Exemplo chocante e trágico disso é a história dos índios apiacás, que viviam no trecho do Vale do Tapajós, próximo da fronteira com o Mato Grosso. Segundo consta, os apiacás não se sentiram seduzidos a irem trabalhar nos seringais mediante o velho escambo de bugigangas como ferramentas, armas, roupas e cachaça. Diante disso, Barbara Weinstein afirmou que

[...] os brancos pioneiros do negócio da borracha na região recrutaram os apiacás à força, provavelmente com a ajuda de seus adversários mundurucus, para trabalhar como seringueiros e como remadores para os regatões. A violência e o deslocamento que se seguiram ao processo de comercialização praticamente despovoaram grandes áreas e reduziram a frangalhos a cultura tribal dos apiacás (WEINSTEIN, 1993, p. 216).

O Estado também, de acordo com Edilson Lucas de Medeiros,

[...] foi responsável pelo processo de acirramento e enfrentamentos a que foram submetidos índios e civilizados nos seringais da Amazônia. Os confrontos e enfrentamentos entre índios e seringueiros contribuíram para um número elevado de mortes entre as partes (MEDEIROS, 2010, p. 25).

Em algumas regiões, segundo Pedro Martinello (2004, p. 43), “[...] como a bacia do Juruá, a resistência dos nativos foi árdua e penosa e só foram cedendo o campo ao nordestino por entre o trovejar das balas e o zunido das flechas envenenadas”. Mas, antes do findar do século 19, o deslocamento para a Amazônia alcançara meio milhão de nordestinos para trabalhar num sistema de produção baseado no trabalho compulsório (MARTINELLO, 2004).

Foi nesse contexto que todo esse contingente de nordestinos chegou à Amazônia, flagelado pela seca e pela fome implacáveis que se abateram em seus estados de origem, sobretudo, no Ceará, o estado que mais forneceu, como se diz a grosso modo, mãos calejadas e pés rachados para as terras encharcadas e para o trabalho de extração do látex nos seringais do “inferno verde” (Amazônia), onde, segundo Arthur César Reis (1953, p. 63), viviam “[...] por entre altos e baixos, em degradação, aviltamentos, ou sobrepondo-se ao meio bárbaro; padecendo sofrimentos físicos e morais sem conta”; e, compulsoriamente, “acorrentados”, por

assim dizer, a um “sistema que, em última instância, era baseado no endividamento prévio e contínuo do seringueiro em relação ao patrão-seringalista” (MARTINELLO, 2004, p. 51).

De fato, o homem chegava à Amazônia e se deparava com aquela natureza soberana e brutal, mas “é sempre uma adversária do homem” (CUNHA, 1999, p. 11). Chegava endividado e muito raramente, segundo Euclides da Cunha, deixava de sê-lo, uma vez que era “[...] natural que ao fim de alguns anos o ‘freguês’ (o seringueiro) esteja irremediavelmente perdido. A sua dívida avulta ameaçadoramente: três, quatro, cinco, dez contos, às vezes, que não pagará nunca” (CUNHA, 1999, p. 15).

Portanto, a servidão ou propriamente a escravidão por dívida se consolidava nesse tipo de relação da qual o seringueiro não podia fugir sem maiores consequências. Reduziam-se, segundo Francisco Foot Hardman (2005, p. 123), a “fantasmas”, os quais “estão para sempre desfigurados, perderam há muito sua identidade. Trocaram seu trabalho por uma máscara mortuária [...]”, submetidos pela mais vil escravidão por dívidas.

### **3 Conclusão**

Ante o que foi analisado, fica evidente o que parece ser um destino inevitável da Amazônia: o extrativismo, a escravidão, a miséria e a morte de milhares de trabalhadores nativos da floresta e negros, forçados a trabalharem sob a sombra da cruz e o fio da espada, durante o Brasil Colônia; e a imigração dos nordestinos que se dirigiram aos confins dos sertões amazônicos por necessidade de sobrevivência ou desejo de enriquecimento rápido, para perderem sua liberdade e sua humanidade, reduzidas à completa degradação e aviltamento pela escravidão, devido às condições de vida e de trabalho aos quais foram sujeitados, encontrando, na selva, “solidão, isolamento, abandono: ausência de sociabilidade” (HARDMAN, 2005, p. 122).

Portanto, suas vidas, por meio dessa forma de trabalho, foram reduzidas, sem dúvida, ao mais baixo instinto de conservação de suas necessidades físico-biológicas para, unicamente, atender à grande demanda de borracha do mercado internacional, sobretudo, da indústria automobilística, sob a sanha sanguinolenta, implacável e insaciável de lucros do capital estrangeiro, porque esta é, simplesmente, a sua lógica natural: a de “um sistema de produção que privilegia lucro em detrimento de valor humano” (CEVASCO, 2008, p. 167) – fato que se deu, por exemplo, aos indígenas, negros e seringueiros nordestinos, no seio da floresta amazônica, os quais viveram, indubitavelmente, “sob a lei do Cão” (FERRANTE, 2007), ou

seja, sob a opressão dos sistemas econômicos (mercantilismo e capitalismo) que exploraram a mão de obra escrava na Amazônia.

## Referências

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CABRAL, Alfredo Lustosa. **Dez anos no Amazonas (1897-1907)**. 2 ed. Brasília: Senado Federal, 1984.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições de estudos culturais**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERRANTE, Miguel Jeronymo. **Seringal**. 3 ed. São Paulo: Editora Globo, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-Fantasma: A Ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. 2 ed. ver. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

MARTINELLO, Pedro. **A “batalha da borracha” na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

MEDEIROS, Edilson Lucas de. **Seringueiro: o desbravador da Amazônia**. 1 ed. Porto Velho: Editora Gráfica Rondoforms, 2010.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 37 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PROCÓPIO, Argemiro. **Amazônia: ecologia e degradação social**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1992.

REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola – Ministério da Agricultura, 1953.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Visões da natureza: seringueiros e colonos em Rondônia**. São Paulo: EDUC, 1999.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. **Dos campos d'ouro à cidade das ruínas: apogeu e decadência do colonialismo português no Vale do Guaporé: séculos XVIII-XIX**. 1996. 182 f. Dissertação de mestrado – Departamento de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 1996.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História regional: Rondônia**. 4 ed. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: natureza, homem e tempo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Civilização Brasileira, 1982.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993.

## GRILAGEM DE TERRAS E ASSASSINATOS: A REVOLTA CAMPONESA EM MOJU/PA NA DÉCADA DE 1980

Elias Diniz SACRAMENTO<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

**Resumo:** *O presente artigo analisa os conflitos pela posse da terra que ocorreram no município de Moju, na década de 1980, e o que levou os camponeses da região do Jambuaçu a invadirem a cidade no início do ano de 1988, numa ação orquestrada que procurou dar um fim à violência desenfreada que ali ocorria. Procura-se mostrar neste trabalho como os projetos agroindustriais, ao instalarem-se nesse município, foram aos poucos mudando o cenário ali existente, muitas vezes sendo os principais causadores dos embates entre trabalhadores rurais e donos dos empreendimentos amparados pelo Estado e pelo uso da força policial e da pistolagem, que causou inclusive a morte de várias pessoas, entre elas o vereador do PDS, Edmilson Soares, do sindicalista Virgílio Serrão Sacramento e dos lavradores “Canindé” e “João”, sendo os dois últimos casos o “estopim” da revolta camponesa que ali ocorreu.*

**Palavras-chave:** *Moju. Conflitos de terra. Camponeses.*

**Abstract:** *This article analyzes the conflicts over land tenure that occurred in the municipality of Moju in the 1980s and what led peasants in the Jambuaçu region to invade the city in early 1988 in an orchestrated action that sought to end violence rampant that occurred there. I try to show how the agro-industrial projects, when installed in this municipality, were gradually changing the existing scenario, often being the main causes of the clashes between rural workers and owners of the enterprises supported by the state and by the use of police force and the gunfire that caused even the death of several people, including PDS councilman Edmilson Soares, unionist Virgílio Serrão Sacramento and farmers “Canindé” and “João”, the latter two cases being the 'trigger' of the peasant revolt that occurred there.*

**Keywords:** *Moju. Land conflicts. Peasants.*

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social da Amazônia pela UFPA. Professor da Faculdade de História do Campus do Tocantins/Cametá/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa História do Tempo Presente na Amazônia.



## 1 Introdução

No dia 25 de dezembro do ano de 1615, o português Francisco Caldeira Castelo Branco aportou na foz da baía do Guajará, no lugar que ele batizou como sendo “Santa Maria de Belém do Grão-Pará”. Ali iniciou a construção de um forte, denominado por ele de “Forte do Presépio”, por ser, naquele dia, celebrado o nascimento de Jesus Cristo. Teve início, então, o processo de ocupação da Amazônia, sendo o dia 12 de janeiro de 1616 a data da fundação da capitania do Grão-Pará.

No entanto, nos anos seguintes, os conflitos com os indígenas que habitavam essa região, principalmente os Tupinambás, foram intensos, até que no dia 7 de janeiro de 1619 os nativos derrotados, principalmente depois da “baixa” do seu principal líder, o índio chamado Guaimiaba, apelidado de “Cabelo de Velha”, por possuir uma vasta cabeleira branca, como nos mostra Vera Maria Segurado Pimentel (2017)<sup>2</sup>, no artigo intitulado “O discurso de poder do Branco sobre o índio materializado no espaço museal Forte do Presépio em Belém do Pará”, como podemos ver a seguir:

O forte foi o espaço do encontro e do choque entre sujeitos históricos portadores de culturas simbólicas e materiais diferentes e individualizados. A afirmação da cultura material portuguesa superior às das populações tribais do norte do Brasil produziu resultados disseminadores, que um choque dessa envergadura poderia produzir. As lutas pela defesa de seus espaços foram avassaladoras, principalmente para as tribos. Guaimiaba ou Cabelo de Velha chefiou uma das maiores batalhas em 7 de janeiro de 1619 contra a força lusitana, tendo sido derrotado no espaço que atualmente leva seu nome, em justa homenagem (PIMENTEL, 2017, p. 5).

Na Amazônia ou Grão Pará, como nos mostra a autora, os portugueses fizeram o mesmo, ocupando uma terra que já tinha dono, ou donos, os índios da chamada parte norte. O processo de consolidação foi se dando aos poucos, mas sempre com o uso da força, e encontrou resistências, sendo os Tupinambás os primeiros. Esses foram os primeiros conflitos pela terra.

Girolamo Domenico Treccani nos mostra, no seu livro *Violência e grilagem: instrumentos de aquisição de terras no Pará* (2001)<sup>3</sup>, como, ao longo dos séculos, desde a chegada dos colonizadores na Amazônia, houve alteração no sistema de relação do homem “branco” com o nativo no que diz respeito à terra. Para o autor, a criação das sesmarias, por

<sup>2</sup> PIMENTEL, Vera Maria Segurado. O discurso de poder do Branco sobre o índio materializado no espaço museal Forte do Presépio em Belém do Pará. Brasília. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – Contra os preconceitos: história e democracia*. Brasília: ANPUH, 2017.

<sup>3</sup> TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e grilagem: instrumentos de aquisição de terras no Pará**. Belém: UFPA/ITERPA, 2001.

exemplo, foi um dos primeiros casos emblemáticos. Diversas mudanças existiram durante vários séculos, até o final do século XX, com o resultado da intervenção militar no Brasil, quando foram acirradas medidas radicais para a região amazônica, aumentando consideravelmente a violência contra indígenas, quilombolas e diversas comunidades tradicionais.

O autor paraense Ronaldo Barata, ao publicar o livro intitulado *Inventário da violência: crime e impunidade no campo paraense* (1995)<sup>4</sup>, reuniu uma série de matérias de jornais, dos anos de 1980 a 1989, do Pará, destacando os principais conflitos noticiados nesse período. Do município de Moju, foram diversos casos, apresentados neste trabalho, na tabela 1. Destaco, inicialmente, dois casos, com os títulos “Posseiro foi encontrado morto” e “Lavradores revoltados atacaram a cidade de Moju”. Vejamos:

No dia 7 de janeiro de 1988, o corpo do lavrador conhecido como “Canindé” foi encontrado, já em adiantado estado de decomposição, enterrado em uma cova rasa, à margem de um ramal do km 35 da rodovia PA-150, município de Moju. Informações provenientes do STR de Moju dão conta que a morte do lavrador ocorreu por questões de disputa de terra e que a vítima, antes de ser assassinada, foi espancada e teve seu corpo queimado.

[...]

Os lavradores da localidade de Jambuaçu, vilarejo onde morava “Canindé”, assassinado no último dia 7 de janeiro de 1988, revoltados com o brutal crime e com o descaso das autoridades policiais na elucidação do assassinato, atacaram a sede do município de Moju, onde destruíram, além da sede da Delegacia de Polícia, outros imóveis públicos (BARATA, 1995, p. 627).

A obra de Ronaldo Barata, um relatório dos casos de violência ocorrida no campo paraense na década de 1980, ajuda-nos a ilustrar o quadro vivido nesse espaço da Amazônia. No entanto, o que nos interessa neste trabalho são os casos voltados para o município de Moju. O fato mostrado por Ronaldo Barata refere-se ao início do ano de 1988, quando o homem conhecido apenas como “Canindé”, morador de uma localidade da região do Jambuaçu, foi barbaramente morto, e, em seguida, dezenas de moradores dessa mesma região entraram na cidade e atearam fogo na casa do chefe dos pistoleiros, Claudomiro, que fugiu, e incendiaram parcialmente a delegacia de polícia, fazendo, assim, com que os pistoleiros se retirassem dali.

Nos fins da década de 1970, Moju foi “tomado” pela chegada de diversos projetos agroindustriais, como das empresas de coco, dendê, seringa, criação de gado, indústria madeireira, entre outras. O cenário ali mudou completamente por conta desses novos empreendimentos. Famílias que há décadas, e até mesmo séculos, possuíam um modo de vida,

<sup>4</sup> BARATA, Ronaldo. *Inventário da violência: crime e impunidade no campo paraense*. Belém: Editora Cejup, 1995.

mudaram completamente sua forma de viver, principalmente aquelas que se tornaram “vizinhas” desses empreendimentos.

Bertha Becker (1995) afirma que o Brasil e a Amazônia foram os grandes espaços deixados por último para aquilo que ela chamou de regiões de fronteira na geopolítica, que sempre teve um domínio dos países mais desenvolvidos. O Brasil, durante vários anos, não buscou o desenvolvimento, procurando viver de seus produtos primários como base de exportação, deixando para a segunda metade do século XX a reorganização da economia baseada em outros fatores, como da industrialização.

Este artigo, intitulado “Grilagem de terras e assassinatos: a revolta camponesa em Moju/PA na década de 1980” é resultado de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, nos anos de 2005 a 2007, na Universidade Federal do Pará, quando foi apresentada a dissertação intitulada *As almas da terra: a violência no campo paraense*. O artigo é parte final do capítulo deste trabalho, e aqui procura-se fazer uma revisão da sua metodologia, utilizando novos autores e ampliando o uso das fontes documentais, inclusive orais, como algumas entrevistas que contribuem para embasar melhor o texto.

Nesse sentido, procuro aqui mostrar alguns dos principais acontecimentos que se deram em Moju na década de 1980, analisando como a terra foi vista nas últimas décadas do século XX no Brasil e como a questão fundiária foi pautada pelas políticas públicas, a ponto de se transformarem em grandes negócios, acarretando uma série de conflitos desencadeadores de violências como expulsões e assassinatos.

Destaca-se como relevante o fato de como o município mojuense se viu envolvido com essa situação nos fins da década de 1970 e toda a década de 1980, passando por diversos momentos críticos, como da morte do vereador Edmilson Soares, do Partido Democrático Social (PDS), partido que agregou os membros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no fim da ditadura militar. Essa morte ocorreu no dia 7 de setembro de 1984. Outro assassinato foi o ocorrido no dia 5 de abril de 1987, do líder sindical Virgílio Serrão Sacramento, defensor de forma incondicional dos trabalhadores rurais desse município. As duas mortes tiveram relação direta com os conflitos pela terra que se acentuaram em Moju por conta das disputas travadas e a falta de uma solução judicial.

Mas a principal abordagem do artigo é sobre os acontecimentos que ocorreram no início do ano de 1988, no município mojuense. Depois da chegada de diversos projetos agroindustriais nesse espaço e sua consolidação, a situação se tornou extrema, uma vez que, por ali, andavam livremente diversos pistoleiros. Em uma tentativa de pôr um fim a esses desmandos, um homem conhecido como “Canindé” tentou “resolver” o problema da violência e dos conflitos de terra

ali instalados. Resultado disso: Canindé foi preso pela polícia militar e, em seguida, morto brutalmente por policiais e pistoleiros que o retiraram da delegacia, tendo havido também a morte de outro homem conhecido apenas como “João”.

O resultado da morte de “Canindé” e “João” foi a culminância de uma ação articulada por aproximadamente 80 homens de várias comunidades da região do Jambuaçu, que “invadiram” a cidade no dia 7 de janeiro de 1988, quando destruíram o posto de telefonia do município, impediram a travessia da balsa e colocaram fogo na delegacia de polícia e na casa do principal responsável pela pistolagem, Claudomiro Barbosa, dispersando os pistoleiros que por ali circulavam. Essas ações dos camponeses de Jambuaçu ecoaram por vários cantos do Pará e ainda hoje se guarda na memória, acima de tudo mojuense, esse acontecimento.

## 2 A violência no campo paraense

A luta pela terra tem sido uma realidade no campo amazônico após a implantação de vários projetos agroindustriais, principalmente depois da tomada do poder pelos militares em 1964. Pensado como um espaço “vazio”, criou-se o *slogan* “Terra sem homens para homens sem terra”, uma campanha que incentivaria a vinda de milhares de homens e mulheres de outras regiões do Brasil, principalmente do sul, sudeste e do nordeste, onde o grande problema da seca obrigava os nordestinos a migrarem em busca de novas alternativas de sobrevivência. O discurso dos militares foi oportuno nesse momento.

O Estado do Pará, por exemplo, onde a busca por terras foi maior no início dessa nova colonização, uma vez que a facilidade em conseguir um lote era maior, teve seu cenário transformado completamente. Ocorreram aberturas de novas rodovias estaduais, as PA, que seriam novos caminhos a partir da rota principal, a recém-construída Belém-Brasília, ou, como passaria a ser chamada, BR-316, uma nova estrada que fazia ligação da Região Norte com o restante do Brasil, facilitando a locomoção de pessoas da parte norte para outras regiões brasileiras. Nesse sentido, a BR-316 se tornou a “porta de entrada” para a Amazônia.

As regiões sul e sudeste do Pará foram as que mais tensões passaram a ter no decorrer das décadas de 1960, 1970 e 1980. Nesses espaços, Airton dos Reis Pereira, no livro *Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará* (2015)<sup>5</sup>, nos mostra que, incentivados por venda de títulos de terras, antes inclusive dos anos de 1960, homens de posse do Sul do Brasil vieram para essa região. Entretanto, com o incentivo dos governos militares,

<sup>5</sup> PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: Editora UFPE, 2015.

vieram também homens de outras partes do país, dando-se aí toda uma situação conflituosa, principalmente pelo posicionamento do Estado, muitas vezes ficando do lado dos grupos com posses, como podemos ver a seguir:

Quer dizer, o sul e sudeste do Pará, entre a segunda metade da década de 1970 e os primeiros anos de 1990, se apresentaram como um território marcado por um complexo movimento de luta pela terra. Ali os confrontos não estiveram relacionados diretamente só às expulsões de posseiros, que há muito tempo ocupavam terras devolutas, por empresários e proprietários rurais do Centro-Sul do Brasil. Os embates e os enfretamentos em torno da posse e usos da terra foram provenientes também das disputas simultâneas entre trabalhadores rurais empobrecidos que chegavam de diversas regiões do país e empresários, comerciantes ou fazendeiros do Centro-Sul que contavam com apoio político e financeiro do Estado. É preciso considerar ainda que os conflitos de terra ocorreram, principalmente, porque levas de trabalhadores rurais migrantes, que, se identificando como posseiros, ocuparam inúmeros imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos, fazendo dessa parte da Amazônia brasileira um dos espaços mais violentos do Brasil (PEREIRA, 2015, p. 90).

Seria inevitável não pensarmos nessas regiões do estado paraense, mencionadas por Airton dos Reis, como espaços de grandes conflitos pelas terras por mais de três décadas do fim do século XX. Porém, é importante frisar que também outras regiões, como o nordeste e oeste paraense, vivenciaram dias de grandes tensões por conta das disputas pela posse da terra. Um dos casos mais emblemáticos pode ser observado pela autora Violeta Loureiro, na obra intitulada *Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia* (2000)<sup>6</sup>, por meio do qual nos é relatado o caso da Gleba Cidapar, localizada entre os municípios de Viseu, Primavera, Garrafão do Norte, além de Capitão Poço, Irituia, Santa Luzia, quando empresários das regiões Sul e Sudeste do Brasil tentaram se apossar de terras habitadas por colonos que viviam em várias comunidades. Como afirma a autora, essas terras eram de origem de sesmarias. Nesse espaço, explica Violeta Loureiro, os conflitos foram intensos, fazendo surgir a figura mítica de Armando Oliveira da Silva, mais conhecido como “Quintino Lira” ou o “gatilheiro”, como ficou conhecido nessa região. Leiamos um trecho em que a autora descreve a figura do personagem:

Eu era lavrador. Acontece que os fazendeiros não queriam me deixar trabalhar, queriam tomar o que era meu. Botei na Justiça a minha questão: em oito meses eles não me deram apoio. Ocupei até o presidente da República e eles não me deram apoio e era eu e mais 32 posseiros. Ou melhor dizendo, éramos 33, mas um deles o fazendeiro mandou matar e ficamos 32. Botei oito meses na Justiça e eles não me deram o direito e eu resolvi matar o fazendeiro. Matei gente, matei

<sup>6</sup> LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia**. 2 ed. Belém: Cejup, 2000, p. 241-242.

o pistoleiro e o escambau” (...). De lá pra cá me dirigi a matar cabra ruim. Toda terra que se encontra em conflito, minha ideia é libertar e matar os cabras que estão lá a atentar (perseguir) colono” (LOUREIRO, 2000, p. 241-242).

Armando Oliveira da Silva ou Quintino Lira tornou-se figura emblemática na região da Gleba Cidapar. Em um dos episódios, correu a notícia de ter trocado tiros com o então “Capitão” James Lopes, que viria ser o principal acusado da morte do ex-deputado estadual e advogado Paulo Fonteles, já em 1987. Quintino, diziam os moradores, era destemido, como é mostrado no artigo “A luta pela terra na Amazônia: o assentamento Quintino Lira em Santa Luzia do Pará (2007-2015)”, escrito pelos autores Elias Diniz Sacramento e Antonio Jefferson Paiva Oliveira (2016)<sup>7</sup>. O que podemos perceber ali é a memória de um sujeito descrito pelos moradores do assentamento como um “homem do bem”, que defendia os colonos, lavradores da região, sobretudo dos interesses dos donos das empresas que queriam se apossar das terras.

Na região oeste do estado paraense, há também inúmeros casos de conflitos de terras. Um deles pode ser observado pelas autoras Rosa Acevedo Marin e Edna Castro, no livro *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios* (1993)<sup>8</sup>, através do qual nos falam da ocupação de áreas quilombolas no município de Oriximiná, pela então Mineradora Rio do Norte (MRN), criando atritos com várias populações remanescentes de quilombos e causando sérios danos ao meio de sobrevivência dessas comunidades, principalmente para Cachoeira Porteira e Boa Vista, onde os desmatamentos e a poluição dos rios e igarapés causaram grandes impactos ao modo vida desses povos.

Os casos de violência que eclodiram na Amazônia nas décadas de 1970 e 1980 foram resultados daquilo que Bertha Becker utilizou no artigo, intitulado “Geopolítica da Amazônia” (2005)<sup>9</sup>, e chamou de geopolítica, numa análise sobre o espaço e o tempo, pois, segundo a autora, quando os portugueses colonizaram o Brasil, pouco interesse tiveram pela região amazônica. Nesse sentido, esta foi vista como uma região periférica. Seu interesse pelo capital só foi visto no final do século XX.

A autora mostra que a corrida para essa região da parte norte do Brasil se deu em função das necessidades do capital internacional. Além da Amazônia, a autora destaca que os países latinos também fizeram parte desse projeto. Embora Bertha Becker destaque que no século XXI tenha começado a se pensar, para a Amazônia, novas ideias políticas e econômicas pautadas na

<sup>7</sup> SACRAMENTO, Elias Diniz; OLIVEIRA, Antonio Jefferson Paiva. A luta pela terra na Amazônia: o assentamento Quintino Lira em Santa Luzia do Pará (2007-2015). **Revista Outras Fronteiras**, v. 3, 2016.

<sup>8</sup> CASTRO, Edna Ramos; MARIN, Rosa Acevedo. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. 2 ed. Belém: Cejup, 1993.

<sup>9</sup> BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005.



preservação do meio ambiente, por exemplo, nas últimas décadas do século XX, a situação foi outra.

Violeta Loureiro e Jax Pinto nos mostram, no artigo “A questão fundiária na Amazônia” (2005)<sup>10</sup>, como a região amazônica foi ocupada a partir das décadas de 1980, passando a ser destaque nos noticiários sobre a violência pela posse da terra nesta parte territorial do Brasil. Segundo os autores, o Estado foi um dos grandes responsáveis pelo “caos” que aqui se instalou, quando, depois dos anos de 1960, incentivou a vinda de diversos grupos econômicos para esta parte do Brasil. Muitos desses grupos, no entanto, aplicaram os recursos em outros “negócios”, como podemos ver a seguir:

Muitos empresários não investiram os recursos em novas empresas na região, mas sim na compra de terras para simples especulação futura; alguns os aplicaram em suas empresas situadas noutras regiões do país; e várias empresas foram criadas de forma fictícia. Outras (como a Volkswagen, o Bamerindus etc.) devastaram grandes extensões de terras cobertas por ricas florestas e transformaram essas áreas em pasto para a criação de gado, desprezando a enorme disponibilidade de pastos e campos naturais; enfim, trouxeram grandes prejuízos ecológicos, desperdiçaram ou desviaram os recursos públicos colocados à sua disposição, criaram poucos empregos e não trouxeram o prometido desenvolvimento para a região. Ainda assim, o modelo permanece até hoje sem grandes alterações, apesar do fracasso notório dessa política, seja do ponto de vista ambiental, econômico ou social (LOUREIRO & PINTO, 2005, p. 78).

Como podemos ver na citação acima, projetos que deveriam ser utilizados para desenvolver a Amazônia, no período em que os militares já estavam no “poder”, foram usados para outros fins, foram aplicados em outros “investimentos”. Multinacionais como Volkswagen e Bamerindus saíram de grandes centros urbanos como São Paulo e migraram para a Amazônia, onde conseguiram mais dinheiro para seus projetos, que não tinham nenhuma relação com a produção de alimentos ou criação de gado, mas, ainda assim, foram grandes beneficiados pelo apoio dos governos militares.

A fronteira de expansão estava aberta, e, desde seu início, o cenário foi um dos mais difíceis para as comunidades tradicionais da Amazônia. Começou ali um novo modelo de “desenvolvimento” pensado de “fora para dentro”. Os antigos moradores da região perderam “valor” para o homem que veio de fora, principalmente do sul e sudeste brasileiro. Os conflitos não tardaram a começar.

<sup>10</sup> LOUREIRO, Violeta; PINTO, Jax. A questão fundiária na Amazônia. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005.

Não foi “à toa” que, desde o ingresso dos militares, em 1964, iniciaram-se os conflitos pela posse da terra na Amazônia. Como já foi mencionado, as regiões do sul e sudeste do Pará foram as que mais concentraram conflitos, mas também a região oeste e nordeste paraense, nas décadas de 1980, já faziam parte desse cenário. É nesse contexto que o município de Moju inicia um processo de mudanças, acima de tudo com a chegada de projetos agroindustriais, nos fins da década de 1970 e início da década de 1980.

### **3 A chegada dos projetos agroindustriais a Moju**

Os principais acontecimentos relacionados à disputa pela terra em Moju estão ligados diretamente ao modelo de desenvolvimento pensado pelos militares para a Amazônia. Nesse sentido, o município mojuense foi contemplado com alguns projetos que seriam de grande “relevância” para a produção de uma economia diversificada, saindo dos padrões de uma agricultura tradicional, baseada no extrativismo e na produção de subsistência.

Antes da chegada dos grandes projetos agroindustriais em Moju, ainda na década de 1970, o município mojuense contava com uma população que possuía um modelo de vida baseado na extração de produtos da floresta, sendo o trabalho feito em pequenas roças e hortas caseiras que eram utilizadas para o sustento das famílias que habitavam essas localidades, as famosas comunidades tradicionais que contavam com pequenos núcleos familiares. Grande parte das comunidades estava localizada às margens dos rios, principalmente dos rios Moju, Jambuaçu, Cairari e Ubá. As localidades que se formaram ao longo da rodovia PA-150, ligando o município de Moju ao sul do Pará, só passaram a existir depois da construção dessa estrada, na segunda metade da década de 1970, principalmente por conta dos projetos de dendê que ali viriam a se instalar e precisariam de uma via de escoamento.

Assim, antes dos anos de 1980, havia, em Moju, um modelo de produção e uma economia que não levavam em consideração o capital como principal instrumento para aquisição de grandes bens ou para ampliação das propriedades. Esse sistema é modificado a partir da chegada dos vários projetos que começaram a ser instalados nessa década. Projetos como da produção de coco, de dendê, da criação de gado, da plantação da seringa, da indústria da madeira são alguns dos exemplos que fizeram com o que o capital econômico passasse a ter outro significado, criando um clima de apreensão e de tensão entre os antigos moradores e os novos investidores.

Da chegada desses projetos na década de 1970, temos a notícia de um dos primeiros conflitos que viria a se dar nas terras mojuenses, constando no relatório da “Comissão



Outro caso emblemático de tensão ocorrido em Moju foi o conflito com a empresa Reasa, já no ano de 1984. A dita empresa, não satisfeita com o tamanho de sua área, resolveu ampliar seu território de um modo nada convencional. Os proprietários utilizaram um dos acionistas que havia sido eleito vereador no ano de 1982 para tomar a frente desse empreendimento. Embora estivesse localizada próximo à região do Jambuaçu, uma região que era conhecida por ser predominantemente um espaço de comunidades de descendentes de quilombos, a Reasa tinha dificuldade em ampliar suas terras onde estava fixada.

A empresa se estendeu rumo à outra área, que fazia fronteira com a empresa Sococo, e entre as duas havia várias comunidades. Duas dessas chamaram a atenção dos empreendedores, a comunidade do Ipitinga e a Curuperé. No livro publicado com o título *A luta pela terra numa parte da Amazônia: o trágico 07 de setembro de 1984 em Moju e seus desdobramentos*. (2009)<sup>12</sup>, foi mostrado que uma das estratégias do referido vereador era ir à noite “abrir picos” nessas áreas para, aos poucos, tentar se apossar das terras dos moradores, principalmente do senhor Delorizano Duarte, mais conhecido por “Deló”. No entanto, quando chegou à terra desse senhor, morador do Curuperé, os moradores das duas comunidades embargaram o serviço e travaram longa batalha judicial. Sobre o caso, destaque-se trecho do livro:

O grande interesse da firma Reasa, segundo os moradores e documentos apresentados pelo STR de Moju, dava conta de que essa pretendia se apossar de uma grande quantidade de terras, pois queria ir além daquelas conseguidas já na região do Jambuaçu. As terras localizadas nas comunidades do Curuperé e Ipitinga eram alvos dessa empresa, pois ali havia muitos hectares. Mas para conseguir tal área de interesse, era necessário passar pelas terras do senhor Delorizano Duarte da Costa, mais conhecido por “Deló”. Este era morador da comunidade do Curuperé, então vizinha da comunidade do Ipitinga. Na verdade, era um desmembramento, e para se chegar às outras terras, era preciso primeiro ocupar a desse morador (SACRAMENTO, 2009, p. 63).

No capítulo da história mojuense, esse conflito não foi solucionado pelas vias legais, ou pelas vias judiciais, pois, como já foi mencionado, o Estado favorecia os grandes empreendimentos. O resultado desse conflito foi o embate que aconteceu no dia 7 de setembro de 1984, quando os moradores decidiram armar-se com suas espingardas e esperarem os homens que vinham com o trator fazendo o “pico”, à noite. Prepararam-se no dia 6, à tarde, e foram para a mata. Às 5 horas da manhã, 44 homens das duas comunidades avistaram a máquina que vinha abrindo a mata. Deram sinais para que parassem os serviços, mas receberam como

<sup>12</sup> SACRAMENTO, Elias Diniz. *A luta pela terra numa parte da Amazônia: o trágico 07 de setembro de 1984 em Moju e seus desdobramentos*. Belém: Editora Açai, 2009.

resposta tiros disparados dos revólveres de dois pistoleiros e do motorista, que era o então vereador e acionista da empresa, Edmilson Soares.

O grupo dos 44 então revidou com suas armas e, após alguns minutos de tiros de ambas as partes, os colonos correram para as suas casas, sabendo depois que Edmilson havia morrido. Era o dia 7 de setembro de 1984, dia que celebrava a independência do Brasil. Após a morte do vereador, a empresa Reasa desistiu do projeto de ampliação de novas terras a qualquer custo. Os 44 lavradores foram presos, mas como não houve um “culpado” pela morte, foram liberados. As comunidades de Curupeté e Ipitinga não foram mais “perseguidas” por outros projetos.

No entanto, outras áreas do município mojuense continuaram convivendo com conflitos. Desde os anos de 1980, um grupo de trabalhadores rurais havia então começado um processo de organização, junto ao sindicato dos trabalhadores rurais, para fazer o enfrentamento dos sócios que estavam na direção daquela entidade, aqueles que chamavam de “pelegos”, dirigentes que não defendiam as causas mais urgentes que estavam acontecendo no campo.

Frente a isso, o grupo que havia buscado essa organização reuniu diversos trabalhadores e formou várias delegacias sindicais, e em 1983 elegeu-se uma direção que passou a ser considerada como defensora da categoria. À frente da direção estavam Virgílio Serrão Sacramento, Aldenor dos Reis e Silva, Edgar Valente, Armando Alves, Aventino Rodrigues, entre outros, além do padre Sérgio Tonetto, um Xaveriano que havia chegado da Itália nos fins da década de 1970 para a Diocese de Abaetetuba e foi enviado para o município mojuense. Sérgio Tonetto pregava a Teologia da Libertação e se considerava um progressista.

A violência no campo mojuense “não deu trégua”. Diversos foram os embates entre trabalhadores rurais das diversas regiões, tendo à frente o sindicato dos trabalhadores rurais e a igreja católica. A “parceria” tinha muitos resultados positivos, uma vez que o enfrentamento se dava “sem descanso”. Uma das armas eram as denúncias junto aos meios de comunicação e às autoridades em Belém. Por causa de sua atuação, Virgílio Serrão Sacramento, o líder dos trabalhadores rurais, foi preso várias vezes.

Tantas vitórias conseguiam, mas também sofriam derrotas, como o assassinato do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, quando os colonos tiveram uma “baixa” no ano de 1987. Virgílio Serrão Sacramento sofreu um atropelamento quando retornava para sua casa levando jantar para sua esposa, Maria do Livramento, e seus onze filhos, Dorival, Dinalva, Edna, Sandra, Elias, João, Lourdes, Marlene, Ilene, Virgílio Júnior e Noemi, de apenas seis meses. A casa onde o líder sindical morava ficava na localidade de Sucuriju, há oito quilômetros da cidade. Virgílio estava em sua moto quando foi apanhado por trás e morreu no local.

Em artigo publicado com o título “A história e memória de um sindicalista na Amazônia: Virgílio Serrão Sacramento” (2017)<sup>13</sup>, procurou-se mostrar quem havia sido esse homem, que nasceu em Limoeiro do Ajuru, em 1942, e casou-se com Maria do Livramento Diniz Sacramento. Saíram do interior desse município para Tomé-Açu, em meados da década de 1960, para trabalhar com a pimenta-do-reino junto aos japoneses. Em 1977, quando a pimenta começou a se desvalorizar, o casal decidiu ir para Moju, onde comprou uma terra e ali iniciou uma nova vida.

Virgílio passou então a viver a experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e, frente aos problemas que começavam a eclodir no campo, filiou-se ao sindicato dos trabalhadores rurais, vindo a se tornar presidente no ano de 1983. Sua participação foi efetiva na defesa dos colonos. Em 1987, Virgílio fazia parte de outros movimentos sociais, sendo dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) da região Guajarina, que tinha a sede em Abaetetuba, dirigente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI/PA), dirigente do Partido dos Trabalhadores do Estado do Pará (PT), que havia ajudado a fundar, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, nesse momento, era o representante do STR-Moju. A morte do líder sindical nunca foi esclarecida. O jornal *A Província do Pará*, assim noticiou sua morte:

Durante toda a noite e a manhã seguinte, o corpo do líder sindical Virgílio foi velado. Muitas pessoas passaram pela Igreja Católica para prestarem suas últimas homenagens. Alguns políticos estiveram presentes. Vários telegramas foram remetidos à família e ao STR mojuense. A solidariedade esteve presente para os familiares e dirigentes sindicais. Às 11:00 foi celebrada a missa de corpo presente por vários padres dos municípios da Diocese de Abaetetuba. Em seguida, pelas ruas da cidade, em forma de protesto, a multidão que acompanhava o cortejo seguiu rumo ao cemitério, onde no caminho todos se revezavam para carregarem o caixão, como prova de agradecimento pelo derramamento do seu sangue. Um trecho de um canto era bastante entoado pelo povo, e que dizia o seguinte, “Prova de amor maior não há que doar a vida pelo irmão” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 07/04/1987).

#### 4 A morte de Canindé e a invasão dos colonos

Os anos de 1980 estavam chegando ao fim, mas a violência no campo em Moju não. Prova disso havia sido a morte do líder sindical Virgílio, no mês de abril de 1987. Por tudo isso, somado aos anos anteriores, o município vivia momentos extremos pela disputa da terra. Assim,

<sup>13</sup> SACRAMENTO, Elias Diniz. A história e memória de um sindicalista na Amazônia: Virgílio Serrão Sacramento. In: PEREIRA, Airton dos Reis *et al.* (org.). **Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira**. 1 ed. Belém: Paka-Tatu, 2017.



no início dos anos de 1988, mais uma vez a cidade foi “sacudida” por um ato de violência, dessa vez causada pelo assassinato de dois homens conhecidos apenas como “Canindé” e “João”, que teria sido feito por policiais e pistoleiros.

Em entrevista concedida em 2006, padre Sérgio Tonetto<sup>14</sup> recordou sua experiência de vida em Moju. Sua lembrança da região do Jambuaçu era de que os moradores, cansados pela onda de violência que os assolava, estavam se programando para irem à cidade expulsar um grupo de pistoleiros que ali se encontrava, sendo o chefe deste Claudomiro Barbosa, tendo no seu “bando” aproximadamente mais de sete homens, sendo os mais perigosos “Alvim” “Quelezinho” e “Bira”. Os moradores, principalmente do Jambuaçu, e outras lideranças sindicais acusavam esses pistoleiros de receberem “encomendas” de interessados em comprarem as terras de colonos, e, caso estes se negassem a vendê-las, deveriam ser retirados à força de suas propriedades. Vejamos um trecho do seu depoimento:

A Reasa, eu nunca soube direito, mas a Reasa tinha o objetivo de tomar todo o Jambuaçu, inclusive tomando um pedaço que pertence ao município de Acará. Eu me lembro que naquela época, o colega, o padre Jerônimo, hoje o doutor Jerônimo, que já trabalhou quinze anos na CPT, eu alertava ele e ele alertava a gente, e a gente se comunicava, “como é que estão vocês com a Reasa”, e nós, “como é que vocês estão, o que é que vocês estão fazendo”, e nós, e vocês de lá... Fizemos um trabalho juntos, e lá na área da Reasa eles também conseguiram (TONETTO, 26/06/2006)<sup>15</sup>.

O plano dos colonos estava totalmente acertado, faltando ser definida a data da “invasão”. O que se sabia era de que seria em janeiro de 1988. Porém, um colono conhecido como “Canindé” e outro chamado “João”, moradores da mesma região, estiveram na cidade por volta do dia 3 de janeiro, tomando bebida alcoólica, excederam-se e, após certa embriaguez, comentaram, em “bom tom”, que eles, sim, iriam matar o principal alvo dos colonos, Claudomiro. O “plano” dos dois deu errado pelo fato do delegado ser avisado. O óbvio aconteceu, os dois foram presos acusados de importunação e ameaça contra a vida alheia.

À noite, ainda de acordo com informações do jornal *Diário do Pará*, o comissário de polícia de Moju teria explicado o que acontecera em Moju, destacando que o então sargento de polícia, conhecido apenas como “Modesto”, havia adentrado a delegacia e de lá retirado os presos “Canindé” e “João” e, junto aos outros pistoleiros, teria os levado para um lugar desconhecido, sendo ali torturados e, ainda, obrigados a cavarem uma cova, executando-os, em seguida, com tiros, principalmente no peito. Leiamos trecho da matéria:

<sup>14</sup> Sérgio Tonetto, ex-pároco de Moju, foi coordenador da CPT da região Guajarina. Faleceu em janeiro de 2007.

<sup>15</sup> TONETTO, Sérgio. Entrevista concedida a Elias Diniz Sacramento, em Ananindeua, 26/02/2006.

Ontem pela manhã, no Dops, o comissário de polícia de Moju, Edineceldo Gomes da Silva, comunicou o que realmente provocou a revolta dos colonos, culminando com a depredação da delegacia e do posto da Telepará, além do incêndio na casa do fazendeiro Claudomiro. De acordo com o comissário, tudo começou na segunda-feira, quando o “elemento” conhecido por Canindé, de arma em punho e embriagado, em uma mercearia, dizia a plenos pulmões que estava sendo pago pelos colonos para matar o fazendeiro. Alguém que ouviu atentamente o Canindé retirou-se do local e foi avisar o fazendeiro e a polícia. Canindé foi preso. Pela madrugada de anteontem, o sargento Modesto, da PM, chegou à delegacia, dizendo que iria levar os dois presos para interrogatório nas matas circunvizinhas da cidade. Eram eles Canindé e João. Já pela manhã, o sargento retornou só da empreitada, afirmando que os dois haviam fugido na hora em que estavam sendo interrogados. Isto não foi o suficiente para convencer o delegado, tenente Beltrão, e muito menos o comissário. Eles passaram a acreditar que o sargento Modesto havia liquidado os dois homens nas matas. O sargento Modesto deixou o serviço e foi se acomodar em um hotel da cidade. O comissário Edineceldo, desconfiado, passou a diligenciar a fim de localizar Canindé e João. Voltou para a delegacia já por volta das 10 horas, sem nenhum resultado em sua busca. E, quando se encontrava com o escrivão, um soldado e dois presos de justiça no xadrez, eis que surge uma turba enfurecida, composta por mais de 100 pessoas que foram logo arrombando a porta da delegacia, perguntando pelo sargento Modesto. Como este não foi encontrado, foram até o posto da Telepará, que foi destruído. Depois, se dirigiram à casa do fazendeiro, que também foi destruída. O sargento Modesto, ao saber que estava sendo caçado para ser morto, fugiu da cidade. (DIÁRIO DO PARÁ, 09/01/1988) <sup>16</sup>.

As informações passadas pelo comissário de polícia de Moju, Edineceldo, mais conhecido como “comissário Mário”, foram contraditórias em vários pontos, uma vez que não havia a informação concreta de que Canindé estivesse armado. No entanto, o que deveria ser o dever do Estado, zelar pela segurança dos custodiados, não foi levado em consideração, visto que os dois presos foram facilmente retirados da delegacia, “altas horas” da noite, para serem “interrogados” nas matas vizinhas. Isso só poderia acontecer com a conivência das autoridades policiais. Canindé e João foram levados para não voltarem mais.

Passados aproximadamente dois dias do seu desaparecimento, alguns caçadores perceberam vários urubus sobrevoando uma área e seguiram para essa direção. Lá descobriram marcas de sangue que os levaram até onde estava uma cova rasa com os corpos das duas vítimas e, em seguida, foram denunciar à polícia de Moju, como podemos observar na matéria do jornal *O Liberal*, com o título “Queimados, com marcas de tortura e balas: cadáveres encontrados em Moju”. Vejamos o trecho seguinte:

<sup>16</sup> PARÁ, Jornal Diário do. Comissário de Moju explica invasão da cidade Moju. 09/01/1988. Comissão Pastoral da Terra – Região Guajarina.

O corpo do lavrador conhecido por Canindé, que morava na colônia de Jambuaçu, foi encontrado em estado de decomposição, enterrado em uma cova situada à margem de um ramal, no km 35 da rodovia PA 150, junto com outro cadáver, também em estado de decomposição, e ocupando a mesma cova. Durante a autópsia, feita no município de Moju pelo médico Leite, foi constatado que os dois homens sofreram torturas e foram baleados (Canindé recebeu um tiro no peito e outro na cabeça), e, por fim, queimados. A informação foi dada pelo vice-prefeito de Moju, que afirmou ainda que um dos capangas de Claudomiro Barbosa, de sobrenome Alvim, foi preso pela Polícia Militar, naquela cidade, por volta das 16 horas de ontem, quando estava na casa de um amigo. Ele foi imediatamente transferido para o município de Abaetetuba, por questões de segurança. Os dois cadáveres foram encontrados por lavradores da região que, na tarde de ontem, observaram uma grande concentração de urubus numa área. Procurando saber o motivo, encontraram uma trilha de sangue de aproximadamente 50 metros, que os conduziu até o local onde os corpos estavam enterrados. Após a autópsia e o reconhecimento, feito por amigos, do cadáver de Canindé, os corpos foram enterrados sem ser descoberta a identidade completa das vítimas (O LIBERAL, 09/01/1988)<sup>17</sup>.

A notícia da morte dos dois colonos se espalhou no município, principalmente pelos seus requintes de crueldades, chegando até a região do Jambuaçu, quando os lavradores não tiveram dúvida de que havia “chegado a hora” de entrarem em ação e tentarem “dar um basta” na situação. Com a manchete principal “Delegacia e casa destruídas”, o jornal *O Liberal* noticiou a ação:

Por volta das 10 horas da manhã de ontem, cerca de cem homens armados com espingardas cartucheiras (de caça), invadiram o município de Moju, com 15 mil habitantes e a 70 km de Belém. Eles chegaram em caminhões e, numa ação ordenada, dispersaram-se em grupos pela pequena cidade. Quase que simultaneamente destruíram o posto telefônico da Telepará, invadiram e destruíram a delegacia e em seguida incendiaram a casa de Claudomiro Barbosa, dono da fazenda “Terra Vista” (O LIBERAL, 09/01/1988)<sup>18</sup>.

A ação dos colonos de Jambuaçu, como continuou a matéria do jornal *O Liberal*, foi ocasionada tanto pela morte dos dois homens quanto pelo clima de tensão que, há mais de uma década, vivia a região de Jambuaçu, quando “a todo custo” grileiros e latifundiários tentavam expulsar as famílias de suas terras. O jornal mencionava um número de aproximadamente cem pessoas que haviam participado da ação.

No entanto, segundo informações de moradores da região, não eram cem homens, mas aproximadamente 70 que haviam participado dessa ação. Uma das estratégias pensadas por

<sup>17</sup> LIBERAL, Jornal O. Queimados, com marcas de tortura e balas: cadáveres encontrados em Moju. 09/01/1988. Comissão Pastoral da Terra – Região Guajarina.

<sup>18</sup> LIBERAL, Jornal O. Delegacia e casa destruídas. 09/01/1988. Comissão Pastoral da Terra – Região Guajarina. *MARGENS - Revista Interdisciplinar* Dossiê: Desenvolvimento Territorial no Brasil VOL.13. N. 20. Jun 2019. (p. 104-127) Versão Digital – ISSN: 1982-5374

esses foi de pintarem os rostos de carvão para que não fossem reconhecidos. As armas utilizadas foram as de caça, as espingardas. A ação deveria ser breve. E assim foi.

Percorreram cerca de cinquenta quilômetros da região do Jambuaçu, à noite, até chegarem a certo quilômetro da cidade, onde esperaram o dia 8 raiar, quando, às 6 horas da manhã, marcharam para o centro. Nesse momento, a população ainda estava em suas casas. O primeiro local aonde foram foi o posto da Telepará, empresa de telefonia que realizava o serviço de comunicação na região, onde, com tiros, destruíram os aparelhos telefônicos ali existentes. Depois, continuaram a caminhada e foram para o mercadinho Eliana, onde pegaram vasilhames e prosseguiram a jornada, rumo ao posto de gasolina.

Nesse momento, dividiram-se em dois grupos. Um foi para a casa de Claudomiro e outro foi para a delegacia. O primeiro grupo, ao chegar à casa do chefe da pistolagem, não o encontrou, pois este já havia sido avisado e empreendido fuga. Os homens com os rostos pintados não hesitaram e tocaram fogo na sua residência. O outro grupo, ao chegar à delegacia, também não teve resistência. Mais uma vez o grupo optou pela queima do prédio, ateando fogo ao local. Como tudo havia sido pensado e calculado, após esses atos, todos retornaram pelo mesmo caminho, não deixando pistas de quem eram realmente os envolvidos na ação articulada. Quando o reforço policial chegou em Moju, não encontrou rastro de nenhum envolvido. Vejamos mais um trecho do jornal *O Liberal*, que deu significativo destaque para o ato. Com o título “Destruição e incêndio no Moju”, temos mais um pouco do que foram aqueles dias de acontecimentos de tensão:

Foi muito rápido, segundo os moradores da cidade de Moju. Cerca de 100 homens armados, pintados com carvão para disfarçar o rosto e liderados por três encapuzados, chegaram em caminhões e se distribuíram: um grupo seguiu para o posto da Telepará, outro para o porto das balsas, um terceiro para um pequeno supermercado. No supermercado, retiraram garrafas plásticas de cinco litros cada, seguiram para o posto de gasolina, abasteceram os galões enquanto que, no posto de serviço, o outro grupo inutilizava os telefones a tiros de cartucheiras. Do posto, se dividiram: um grupo foi à delegacia de polícia, expulsaram os policiais de serviço e quebraram tudo o que viram pela frente, rasgaram os processos e incendiaram o prédio, que só não ficou completamente destruído porque populares apagaram o fogo. Outro grupo foi para a casa do fazendeiro Claudomiro Barbosa, dono da fazenda “Bela Vista”, e a derrubaram. O que sobrou, queimaram. A população de Moju não tem dúvidas em dizer que os homens vieram da colônia de Jambuaçu, palco de um antigo conflito fundiário e de onde desapareceu, há alguns anos, um lavrador conhecido por Canindé, sendo pistoleiros a serviço de Claudomiro Barbosa acusados do sequestro (O LIBERAL, 08/01/1988).

Como podemos observar no trecho da matéria, há desencontros nas informações, apesar de boa parte delas conter indícios da verdade ocorrida naquele dia. É provável que os lavradores

não tenham ido em caminhões, mas, sim, a pé, por não terem estrutura suficiente para garantir os transportes mencionados no jornal.

Odorico Amaral Rodrigues<sup>19</sup>, mais conhecido como “Pregote”, morador da região do Jambuaçu, em 2007, em entrevista, afirmou que havia participado dessa ação. Para ele, naquele período, os moradores dessa região não estavam tendo “sossego” por conta das ameaças constantes do grupo do pistoleiro Claudomiro, que vivia a lhes aterrorizar, primeiro com as propostas de comprar suas terras por preços muito baixos, sendo que os que se recusavam, geralmente eram retirados de suas posses à força ou com ameaças de morte, sendo quase sempre empregado o terror, com destruição de plantações, roças e morte de animais. Para ele, os moradores estavam muito insatisfeitos. Nas suas palavras, podemos ver este fato que aconteceu:

Muito insatisfeito, porque existia “nove pistoleiro” aqui, junto com o Claudomiro. Claudomiro, Agostinho. A frente se arrumou. Eu fui um dos companheiros, “viemo 80 pessoa, tá”, fui o primeiro que deu o tiro no fio da ocorrência (*comunicação*) ali da Telepará. Do telefone, descemos por aqui, com a “cara” cheia de carvão e tudo mais, “peguemo” ali “uns litro” de gasolina no posto que não queriam nos “dá”, “olha, ‘se vocês não nos dar’, nós ‘bota’ fogo é aqui mesmo”. Aí foi mais quem nos deu carote, aí a gente subiu por aqui, nessa, o Mário estava assumindo a própria delegacia. O Mário “tava” até tomando um banho, quando ele viu, correu de cueca e caiu dentro de um barril “pra” se esconder, e o sargento correu e foi se esconder dentro da casa da Dulcirene, dentro do guarda-roupa dela, mas nós não tinha nada com eles, “nós ia” na casa do Claudomiro. Não sei quem ou quem repassou (*informou*) “pro” Claudomiro e o Claudomiro saiu, “enxerguemos” só a casa dele, só “toquemo” fogo na casa (RODRIGUES, 25/02/2007)<sup>20</sup>.

Mário de Souza, mais conhecido como “Mário do Sindicato”, por ter sido duas vezes presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais mojuense (STR), também concedeu uma entrevista na qual afirmava que não tinha dúvidas de que uma situação sem controle havia se instalado na região do Jambuaçu, e acusava o chefe da pistolagem Claudomiro como causador disso, pois teria sido a partir do momento em que este começou a comandar um grupo de pistolagem que o município não teria sido mais o mesmo, pois tanto nessa região quanto em outras, no território mojuense, além da área urbana, prevalecia o medo. Para o ex-presidente do STR, Claudomiro não despertava, anteriormente, suspeita sobre sua atuação frente ao trabalho que desenvolvia. Porém, segundo ele, chegou um momento em que os colonos não mais suportaram a situação vivida, como podemos ver a seguir:

<sup>19</sup> Odorico Amaral Rodrigues foi morador da comunidade de Castanhandeua, na região do Jambuaçu.

<sup>20</sup> RODRIGUES, Odorico Amaral. Entrevista concedida a Elias Diniz Sacramento, em Moju, 25/02/2007.



Eu cheguei a ver e lembro muito bem da forma que eles procediam, agiam a ponto de não mais ser suportável aquela situação em que viviam e os trabalhadores acabaram se organizando, sim, “pra” dar combate a essa situação e acabaram se mascarando, se pintando, se organizando de modo geral e vieram pra cidade, entraram na cidade de uma forma silenciosa e procuraram justamente a casa desses cidadãos na tentativa de pegá-los e de uma vez por todas dar um basta nessa situação. Foi em pleno dia mesmo isso e foi uma correria pra todo lado, saiu tiroteio, porque chegaram armados na cidade e com isso foi um trabalho que não vou dizer que concordo em função de ser a melhor coisa. Mas foi uma forma de tentar evitar a expansão da permanência do que acontecia na época. Chegaram, “se dirigiram-se” às casas desses cidadãos, considerados pistoleiros, e não chegaram a pegar nenhum deles em função da correria, acabaram escapando da mira desse povo que veio pra ver se iam encontrar e ver se, de uma forma ou de outra, dar combate a essa situação. Após isso, a gente louva a Deus a atitude desses homens, mudou pra melhor, porque “boa parte desse pessoal já passaram” a ter outro tratamento, trataram de uma forma totalmente diferente e não mais tendo condição de permanecer na cidade<sup>21</sup>.

A tabela a seguir nos mostra de forma breve o quadro da violência mais grave que ocorreu em Moju. Os dados apresentados foram extraídos do livro de Ronaldo Barata (1995), referido anteriormente. Não são a totalidade dos conflitos que ali existiram, mas nos ajudam a termos uma maior clareza dos dias tensos que acometeram Moju.

Tabela 1 – Conflitos pela terra em Moju na década de 1980

Ano	Datas	Situação	Envolvidos	Vítimas
1980	-	-	-	-
1981	19/07/1981	Líder sindical preso	Lavrador, Pistoleiros, PM	Lucelino Américo
1982	15/05/1982 23/06/1982	Lavrador morto Posseiros perseguidos	Lavrador, Vigia, Reasa Posseiros, CPT, Reasa	José Claudio Paiva Sem vítimas
1983	12/1983	Ameaça a posseiros	Jader Barbalho, Posseiros, CPT, STR	Sem vítimas
1984	10/02/1984 04/04/1984 07/09/1984 09/10/1984	Ameaça a posseiros Prisão de líder sindical Vereador morto Ameaça a posseiros	Reasa, STR, ITERPA Promotor, Sindicalista, CPT Vereador, Reasa, Posseiros, STR Polícia, STR, Reasa	Sem vítimas Sem vítimas Edmilson Soares Sem vítimas
1985	-	-	-	-
1986	28/07/1986 05/09/1986 24/12/1986 12/1986	Sindicalistas ameaçados Ameaça a posseiros Sindicalista ameaçado Sequestro de posseiro	STR, Serruya, Polícia Posseiros, Manorte Sindicalista, Real Agroindustrial CPT, STR, Real Agroindustrial	Sem vítimas Sem vítimas Sem vítimas Sem vítimas
1987	14/01/1987 04/02/1987 05/04/1987	Pistoleiro morto Pistoleiro morto Sindicalista morto	Posseiros, Pistoleiros, STR CUT, STR, CPT, Pistoleiro Fetagri, STR	Não identificado Não identificado Virgílio S. Sacramento
1988	08/01/1988 08/01/1988 09/01/1988	Posseiro morto Posseiro morto Revolta em Moju	STR STR Posseiros	Canindé João Sem vítimas
1989	20/01/1989	Conflito na Agromendes	SPDDH, CPT, STR, Agromendes	Sem vítimas

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, baseada no livro de Ronaldo Barata (1995).

<sup>21</sup> SANTOS, Mário de Souza. Entrevista concedida a Elias Diniz Sacramento, em Moju, 28/02/2006.



Como podemos observar na tabela acima, de acordo com Barata (1995), não há informações sobre a violência no campo mojuense nos anos de 1980 e 1985. Isso não quer dizer que não tenha ocorrido. É provável também que outros casos não tenham chegado até as autoridades e mesmo aos representantes de entidades, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, a Comissão Pastoral da Terra, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), entre outros.

Entretanto, por essa tabela, é possível termos a clareza de como o município mojuense viveu dias de tensão durante quase toda a década de 1980. Como está descrito, além de uma violência sem igual contra posseiros, quanto ao desrespeito às suas terras, imposta principalmente pelas agroindústrias, o número de mortos também foi significativo. Diríamos que ocorreram “baixas” para todos os lados, como de colonos, pistoleiros, políticos e sindicalistas, casos estes que ajudam a ilustrar a situação difícil ocorrida no solo mojuense.

Depois de aproximadamente um mês da “invasão” na sede do município de Moju, uma comissão composta por 25 pessoas se organizou para ir até Belém se encontrar com o então governador Hélio da Mota Gueiros, para lhe entregar uma pauta com várias reivindicações. Essa era composta pelo então prefeito, vice-prefeito, vereadores, líderes religiosos, sindicalistas, entres outros. Para a comissão que teria se encontrado no dia 13 de janeiro, a tensão na cidade ainda se encontrava forte. Por isso a grande preocupação. O prefeito teria se retratado das acusações de que seria amigo de Claudomiro, afirmando que em seu gabinete recebia qualquer pessoa e que um favor pedido pelo então chefe da pistolagem, de abrir um ramal que seria para uma suposta fazenda de sua propriedade, só teria sido atendida porque também beneficiaria famílias de uma comunidade.

Várias denúncias foram apresentadas ao governador do Estado nessa ocasião, sendo que dentre as principais constava a das arbitrariedades cometidas pelo delegado de polícia, tendo mais uma vez o prefeito eximindo-se de ter conhecimento e afirmado que, no dia do desaparecimento do lavrador Canindé, não se encontrava na cidade, sendo que o vice-prefeito, também conhecido como Parola, não “assumira” nenhuma responsabilidade, pois também não sabia de nada em relação ao que se sucedia.

Além de ser ouvida pelo governador, a comissão teria procurado outros órgãos na capital paraense, estando as autoridades judiciárias entre um dos alvos para receberem as denúncias, como noticiou o jornal *Diário do Pará*. Porém, por estarem de férias, as comissões não foram sequer recebidas para denunciarem a situação da violência causada por pistoleiros com a “conivência da polícia”.

Com toda essa série de acontecimentos em Moju, a Diocese de Abaetetuba se pronunciou de forma oficial no dia 8 de fevereiro. Junto a outros órgãos, como a Comissão Pastoral da Terra, norte II, Conferência dos Religiosos do Brasil, Conferência dos Bispos do Brasil, Conselho Indigenista Missionário, Comissão Pastoral dos Pescadores, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Paróquia de Confissão Luterana em Belém, Confederação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá e Central Única dos Trabalhadores, entregaram uma nota expondo uma série de ações que teriam permitido que o município chegasse a esse ponto.

## 5 Conclusão

A violência no campo paraense e em particular em Moju na década de 1980 foi resultado do modelo implantado pelos militares para a Amazônia, depois de assumirem o poder em 1964. Foi inevitável que vários projetos agroindustriais tenham se estabelecido no município mojuense, causando diversos tipos de problemas. Também foi inevitável que a organização social desses sujeitos tenha proporcionado uma resistência, inclusive por meio de ações de lutas e defesas dos interesses dos seus pares. É bem verdade que 1835, durante a tomada da cidade de Belém pelos cabanos, pelos mandos e desmandos de ricos comerciantes e governantes da época, que exploravam esses sujeitos, tenha sido um momento de grande conquista para esses homens pobres e miseráveis dos rincões da Amazônia, como nos fala a historiadora Magda Ricci, no artigo “A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: O outro lado de uma revolução (1835-1840)”<sup>22</sup>, afirmando que “Em sua maioria, os cabanos eram trabalhadores ligados à terra ou por meio de plantações e gado, ou como coletores dos mais diversos produtos da mata ou da floresta ou dos rios” (RICCI, 2008, p.158).

Nos anos seguintes a toda violência que se tornou extrema no município de Moju, a situação foi amenizada. O município continuou vendo a expansão de grandes empreendimentos que mudaram a paisagem rural com grandes plantações de dendê, por exemplo. Mas também por um bom período os pistoleiros não foram mais vistos, principalmente no centro urbano. A firma Reasa, que anos à frente mudaria o nome, passando a se chamar Marborges, ainda hoje está localizada na região do Jambuaçu, território quilombola, na rodovia PA-252, que liga o

<sup>22</sup> RICCI, Magda. A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: o outro lado de uma revolução (1835-1840). In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo A. (org.). **Formas de resistência camponesa**. Visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2008.

município de Moju ao município de Acará e agora denominada Rodovia PA-252 Virgílio Serrão Sacramento.

Figura 2 – Aviso da empresa Marborges na Rodovia PA-252 Virgílio Serrão Sacramento



Fonte: <http://novacartografiasocial.com.br/>.

## Referências

AMAZÔNIA, Nova cartografia social da. **Boletim informativo Guerra do dendê: Quilombolas atingidos pela expansão do dendê no Pará.** Set./2014. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/>>. Acesso em:

BARATA, Ronaldo. **Inventário da violência: crime e impunidade no campo paraense.** Belém: Editora Cejup, 1995.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005.

CASTRO, Edna Ramos; MARIN, Rosa Acevedo. **Negros do Trombetas: Guardiães de Matas e Rios.** 2 ed. Belém: Editora Cejup, 1993.

LIBERAL, Jornal O. Delegacia e casa destruídas. 09/01/1988. Comissão Pastoral da Terra – Região Guajarina.

LIBERAL, Jornal O. Queimados, com marcas de tortura e balas: cadáveres encontrados em Moju. 09/01/1988. Comissão Pastoral da Terra – Região Guajarina.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia/** Violeta Refkalefsky Loureiro. 2 ed. Belém: Editora Cejup, 2000, p. 241-242.

LOUREIRO, Violeta; PINTO, Jax. A questão fundiária na Amazônia. *In: Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005.

PARÁ, Jornal Diário do. Comissário de Moju explica invasão da cidade Moju. 09/01/1988. Comissão Pastoral da Terra – Região Guajarina.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará.** Recife: Editora UFPE, 2015.

PIMENTEL, Vera Maria Segurado. O discurso de poder do Branco sobre o índio materializado no espaço museal Forte do Presépio em Belém do Pará. Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – Contra os preconceitos: história e democracia.** Brasília: ANPUH, 2017.

RICCI, Magda. A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: O outro lado de uma revolução (1835-1840). *In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo A. (org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história.* 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2008.

RODRIGUES, Odorico Amaral. Entrevista concedida a Elias Diniz Sacramento, em Moju, em 25/02/2007.

SACRAMENTO, Elias Diniz. **A luta pela terra numa parte da Amazônia: o trágico 07 de setembro de 1984 em Moju e seus desdobramentos.** Belém: Editora Açaí, 2009.

SACRAMENTO, Elias Diniz; OLIVEIRA, Antonio Jefferson Paiva. A luta pela terra na Amazônia: o assentamento Quintino Lira em Santa Luzia do Pará (2007-2015). *Revista Outras Fronteiras*, v. 3, 2016.

SACRAMENTO, Elias Diniz. A história e memória de um sindicalista na Amazônia: Virgílio Serrão Sacramento. *In: PEREIRA, Airton dos Reis et al. (org.). Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira.* Belém: Paka-Tatu, 2017.

SANTOS, Mário de Souza. Entrevista concedida a Elias Diniz Sacramento em Moju em 28/02/2006.

---

TONETTO, Sérgio. Entrevista concedida a Elias Diniz Sacramento em Ananindeua em 26/02/2006.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e grilagem:** instrumentos de aquisição de terras no Pará. Belém: UFPA/ITERPA, 2001.

VERDADE, Comissão Camponesa da. **Relatório Final:** violações de direitos no campo 1946 a 1988. Brasília, dez. 2014.

## OS MÊBÊNGÔKRE DE SÃO FÉLIX DO XINGU

Edson de Freitas GOMES<sup>1</sup>

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)

**Resumo:** O objetivo do trabalho é mostrar como aconteceu o processo de formação histórica dos Mêbêngôkre, localizados no Sul do Pará entre os rios Xingu e Araguaia. Os dados coletados para o trabalho vêm de diferentes fontes bibliográficas, como teses de doutorado, dissertações de mestrado, da área de Linguística e de Antropologia; dados de órgãos governamentais, ONGs e recortes de jornais, além de relatos de falantes da língua para o autor nas conversas em aldeias, durante estadas do pesquisador. Falar sobre os Mêbêngôkre de São Félix do Xingu é uma forma de identificá-los dentre os grupos Mêbêngôkre, localizados no norte do Mato Grosso, grupos que assim como os Gorotire são chamados de Kayapó, e os Xikrin, localizados em Parauapebas e Altamira, grupo que não é considerado Kayapó, mas que é Mêbêngôkre; e alguns grupos considerados extintos como o Irã'ãmrãire e Kararaô. Há a menção aos possíveis desdobramentos do contato com a sociedade branca.

**Palavras-chave:** Aldeias. Mêbêngôkre /Gorotire. Período do ouro e da madeira. Reservas indígenas.

**Abstract:** The aim of this work is to show how the process of historical formation of the Mêbêngôkre, located in the South of Pará between the Xingu and Araguaia rivers, took place. The data collected for the study come from different bibliographical sources, such as PhD theses, master's dissertations, from the area of Linguistics and Anthropology; data from government agencies, ONGs and newspaper clippings, as well as reports of language speakers to the author in village conversations during the researcher's stays. Talking about the Mêbêngôkre of São Felix do Xingu is a way of identifying them among the Mêbêngôkre groups, located in the north of Mato Grosso, groups that like the Gorotire are called Kayapó, and the Xikrin, located in Parauapebas and Altamira, group that is not considered Kayapó, but it is Mêbêngôkre; and some groups considered extinct as Iran'amrãire and Kararaô. There is mention of the possible unfolding of contact with white society.

**Keywords:** Indian reservations. Mêbêngôkre/Gorotire. Period of gold and wood. Village.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Letras – Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Pará – UFPA (2005), mestrado em Letras: Linguística e Teoria Literária – UFPA (2013) e está cursando doutorado em Linguística na UFPA. Atualmente é professor Assistente I da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).



## 1 Introdução

Este artigo tem o objetivo de mostrar como ocorreu a formação histórica dos Mëbêngôkre da reserva Gorotire, localizada na região Sudeste do Pará, desde 1800, quando estes foram contactados na região como um grande grupo, até a configuração identificada na atualidade, já divididos em grupos menores dispersos ao longo dos rios da região. Agora com acentuado contato com a sociedade envolvente.

Utilizou-se, para a confecção deste artigo, de trabalhos realizados sobre o tema, como teses de doutorado, dissertações de mestrado, dados de órgãos governamentais, ONGs e recortes de jornais, além de relatos de moradores de aldeias da reserva Gorotire para o autor nas conversas em aldeias, durante estadas do pesquisador para coletar dados da língua para a sua pesquisa de doutorado.

O artigo está estruturado em seis seções: (i) Introdução; (ii) Do cerrado ao Sudeste do Pará, seção que pretende falar sobre a migração dos Mëbêngôkre/Gorotire para o oeste; (iii) Os Gorotire, em que será falado sobre a cisão do grupo; (iv) Período do ouro e da madeira, em que se pretende relatar um pouco da história da ocupação predatória da reserva; (v) Realidade atual das aldeias Mëbêngôkre/Gorotire, seção dedicada a mostrar um pouco do cenário atual do povo; e (vi) Conclusão.

## 2 Do cerrado ao Sudeste do Pará

Um fato que viria determinar a migração de muitas etnias indígenas, do cerrado brasileiro para várias regiões do Brasil, foi a descoberta de ouro nas cabeceiras do rio São Francisco, na região chamada de sertão, no final do século XVII, pois até esse período o que existia de governo lusitano no Brasil se limitava ao litoral.

A esse respeito, Caldeira (2017, p. 134) comenta que:

Foi nessa época que se deu a viagem de Artur de Sá e Menezes. Governantes e moradores tinham plena consciência do que o levava ali: a existência de veios significativos de ouro. Por causa dessa descoberta, passaria a ser outro o relacionamento consolidado entre a população que vivia por conta própria e a autoridade real que se mantivera distante.

O interesse real em se apropriar da região onde existia o ouro fez que fossem adotadas medidas, a fim de garantir a efetiva apropriação das minas descobertas. Isso significava dizer que o poder real determinaria a apropriação de extensas áreas do sertão adentro, o que antes

eram ocupadas por moradores das vilas, aventureiros e populações nativas. O que pode ser observado em Caldeira (2017, p. 140):

o rei, empregando seus poderes sobre o território da capitania de São Paulo adquiridos do donatário, criou a capitania de Goiás e instalou um governo com autoridade amparada por tropas. O mesmo aconteceu em Mato Grosso, também separado da capitania de São Paulo após a descoberta do ouro, e com o Distrito Diamantino, separado da capitania de Minas Gerais e administrado diretamente pela coroa.

A partir dessa informação, torna-se compreensível a situação por quais passaram as populações indígenas que habitavam essas vastas regiões. Forçadas a migrar do cerrado, etnias como os Kaingang se dispersaram em direção ao Sul do Brasil. Já os Kayapó<sup>2</sup> que habitavam a parte mais ao norte do cerrado, entre o rio Tocantins e o rio Araguaia, foram forçados a migrarem para o oeste, em direção ao rio Xingu. Hoje os Mëbêngôkre estão localizados em área entre a floresta tropical e o cerrado, com os Capoto/Jarina localizados no extremo Norte Mato Grosso e os Gorotire no Sudeste do Pará.

Em suas narrativas, os Mëbêngôkre fazem alusão aos ataques que sofreram com arma de fogo quando do confronto com caçadores de escravos portugueses, num primeiro momento e, posteriormente, com pessoas interessadas em se apossar das suas terras, a fim de estabelecerem empreendimentos, com interesses comerciais. Esses fatos fizeram com que, segundo Turner (1992, p. 327):

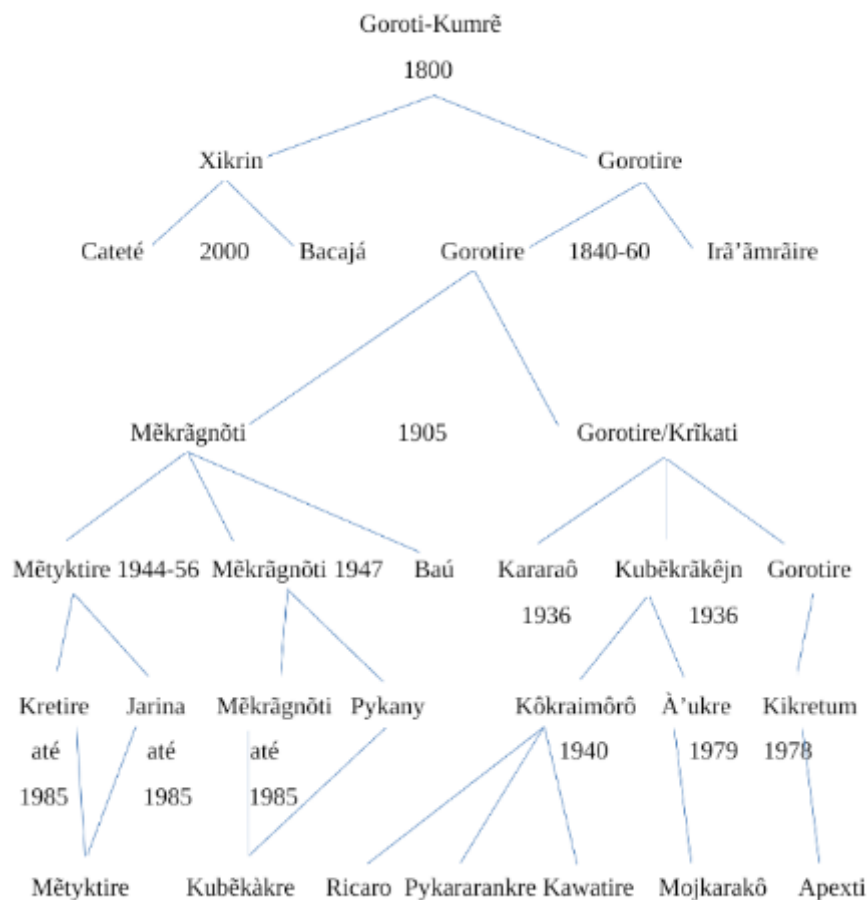
Os Gorotire se dividiram por volta da virada do século. Um de seus segmentos foi para o oeste do Xingu e tornou-se o ancestral das várias comunidades contemporâneas de Mekrangõti e Mentuktire do Xingu. O resto do grupo permaneceu no local original da aldeia perto da cachoeira da Fumaça, no Riozinho do Anfrísio, um tributário da margem leste do Xingu.

De acordo com Lea (2012, p. 62), desde 1800 os Mëbêngôkre passam por um processo de cisão de suas grandes aldeias, resultando no formato mostrado abaixo, com a criação de muitas pequenas aldeias ao longo dos rios.

---

<sup>2</sup> Vale lembrar que os termos Kayapó e Mëbêngôkre se referem ao mesmo povo. Preferimos fazer uso do segundo por ser esta a forma como esses costumam se identificar, enquanto que a primeira foi dada pelo homem branco no momento do contato.

Mapa 1: divisão dos Mëbêngôkre



Fonte: Lea (2012), [com adaptações].

O confinamento dos Mëbêngôkre/Gorotire na região do Sudeste do Pará foi uma alternativa, em um primeiro momento, encontrada pelo povo para evitar o contato com o colonizador, pois, do contrário, poderiam ter sido dizimados, se não por ataques com armas de fogo, mas por epidemias, já que não tinham imunidade contra as doenças do homem branco. Os Irã'ãmrãire que aceitaram o contato pacífico com os brancos em pouco tempo foram extintos pelos motivos mencionados acima.

Em se tratando dos Gorotire, a migração aconteceu em duas etapas. A primeira foi migração para o oeste que se deu com a separação desse dos outros grupos Mëbêngôkre que ficaram na região do Araguaia-Tocantins, e a segunda, desta região em direção ao rio Xingu e seus afluentes, o que resultou na criação de muitas aldeias, mas pouco populosas. Esta migração possibilitou a futura criação de uma reserva relativamente maior.

### 3 Os Gorotire

Desde 1500, quando se iniciou o período de colonização do Brasil pelos portugueses e muitas etnias tiveram que adentrar o território para não serem capturadas, os Mëbêngôkre se refugiaram na região do Sudeste do Pará e Norte do Mato Grosso e aí conseguiram se manter em relativo isolamento das frentes de colonização e dos empreendimentos extrativistas. Foi somente na década de 1940 que os Gorotire e, na de 1950, os Kayapó, foram pacificados (TURNER, 1991).

Os Gorotire são resultado da divisão de um grupo maior chamado de Pykatôti, que, em razão de acometimentos por epidemias e outros males advindos do contato com o mundo “civilizado”, quase foram dizimados. Este grupo, que recebeu assistência de missionários e do SPI, foi instalado no atual território em 1947, passando a habitar em casas construídas em fileiras em uma rua que descaracterizaria o formato tradicional do povo.

Em 1900, os Mëbêngôkre/Gorotire habitavam a aldeia Pykatôti no cerrado, nas proximidades da cabeceira do rio Riozinho, com aproximadamente 2.000 pessoas (LEA, 2012, p. 63), quando houve uma cisão e se dividiram em três grupos: Kararaô, Kubëkräkênh e Gorotire. Ficando os dois últimos na região e o Kararaô indo para as proximidades do atual município de Altamira, hoje já são considerados extintos.

Pode-se observar no mapa acima que, de um grupo maior em 1800, houve divisão em dois grupos: Xikrin e Gorotire. Entre 1840 e 1860, o grupo dos Gorotire se dividiu em Gorotire e Irã’ãmrãire (este já extinto). Em 1905, os Gorotire se dividiram em Mëkrãgnôti e Gorotire/Krĩkati. Este último, em 1936, se dividiu nos Kararaô (extinto em 1970), Kubëkräkênh e Gorotire.

A partir da aldeia Kubëkräkênh se formou, em 1940, a aldeia Kôkraxmôro, esta possivelmente uma formação de Mëkrãgnôti e Gorotire<sup>3</sup>, no rio Xingu, e, em 1979, a aldeia À’ukre, no rio Riozinho, ao passo que da divisão dos Gorotire se formou, em 1978, a aldeia Kikretum, no rio Fresco. Estas aldeias ainda hoje contam com uma população grande, em torno de 400 habitantes cada uma (FUNAI, 2012; SESAI, 2016).

Embora o mapa de Lea (2012) mostre a divisão dos Gorotire/Krĩkati até as aldeias Kôkraxmôro, À’ukre e Kikretum, estas também passaram mais recentemente por divisões, com a criação de novas aldeias. Da Kôkraxmôro surgiram, subindo o rio Xingu: Ricaro,

---

<sup>3</sup> Em comunidades como Mëkrãgnôti e Kôkraxmôro, os ataques a povoados brasileiros começaram a ser feitos uma ou até duas vezes a cada ano. Devido aos ataques Kayapó, povoados brasileiros foram varridos ou abandonados em grandes áreas ao longo da margem leste do Tapajós até o início da década de 1950. Turner (apud CUNHA, 1992, p. 328).

Pykararankre, Kawatire e uma que ainda desconhecemos o nome. Entre os rios Xingu, Fresco e Riozinho há as aldeias Krimejnu, Pity e mais uma ou duas. Da À'ukre surgiu a aldeia Moxkàràkô e mais cinco aldeias pequenas, todas descendo o rio Riozinho. E, da aldeia Kikretum, foi criada a Apexti, descendo o rio Fresco.

Os dados populacionais não são muito precisos, mas os Mëbêngôkre/Gorotire são considerados uma das etnias mais populosas do Brasil. Dados da Funasa (2011) mostram que esse povo está localizado nos municípios de Bannach, Cumarú do Norte, São Félix do Xingu e Ourilândia do Norte, em uma área de 3.284.005 ha, com uma população de 4.536 habitantes. E, de acordo com Gomes (em andamento), em apenas sete aldeias visitadas pelo pesquisador, sendo três grandes e quatro pequenas, há uma população de 1.677 habitantes<sup>4</sup>.

#### 4 Período do ouro e da madeira

Mas o ouro que provocou a migração forçada dos Mëbêngôkre do cerrado também reluziria nas terras dos Gorotire nos anos 1980, pois, com a descoberta do ouro e a criação dos garimpos Maria Bonita, Projeto Cumarú e Santillo, teve início o ciclo de exploração de ouro e também de madeira na área indígena, que levaria líderes indígenas como Tutu Pombo, Payakã e Tapiêt a acumularem fortunas, em detrimento da floresta e dos rios que fazem parte da reserva, que foram atingidos pela contaminação de resíduos como o mercúrio.

O povoamento da região está associado aos ciclos de exploração da borracha na segunda metade do século XIX e do ouro em Serra Pelada na década de 80 do século XX. “A descoberta do ouro no início de 1980 e a política oficial de liberação das áreas de pesquisa mineral para a garimpagem provocaram uma explosão do ciclo migratório, sua população crescendo para 20.000 pessoas em menos de dois meses”. (BECKER, 1997, p. 77)

Esses acontecimentos foram os principais responsáveis pela vinda de grandes levas de trabalhadores do Nordeste e Centro-Oeste, e também de outras áreas, como a região Sul do Brasil, para a Amazônia. A construção da rodovia Belém-Brasília na década de 60 e da rodovia transamazônica na década de 70, século XX, durante o governo militar, impulsionaram ainda mais o deslocamento de milhares de imigrantes para essa região, à procura de trabalho, com o sonho de encontrar na selva amazônica um futuro promissor. De acordo com dados publicados pela UFPA (2011, p. 14):

---

<sup>4</sup> Dados fornecidos por funcionários da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) localizada nas aldeias.

Nenhuma outra região do estado sofreu, nas três últimas décadas, tantas mudanças ambientais, sociais, econômicas e políticas quanto o Sudeste Paraense. Os principais fatores que causaram as mudanças foram: políticas governamentais executadas por diversos órgãos das esferas federal e estadual; a valorização dos recursos naturais pela lógica do grande capital; a descoberta e exploração de recursos minerais; a abertura de rodovias; a reapropriação da terra por fazendeiros e camponeses; o desmatamento excessivo; a chegada da indústria madeireira; e o avanço da agropecuária.

Vale ressaltar que o Sudeste do Pará possui em seu subsolo vasta riqueza mineral, que atraiu grandes projetos multinacionais para essa parte do estado, e que a migração de brasileiros de outras regiões do Brasil foi uma estratégia planejada pelo governo federal para formar reserva de mão de obra disponível para o trabalho local. Como consequência da intensa migração para a região, a composição da população apresenta características peculiares que a diferencia do restante do estado.

Além disso, favoreceu o fato de a região estar localizada próxima ao oceano Atlântico, o que facilita o acesso e o escoamento dos minérios. “[...] a região apresenta uma fantástica riqueza mineral [...] as mais importantes descobertas, até o momento, são as da província metalogênica da Amazônia Oriental, localizada entre os rios Araguaia e Xingu, no Sul do Pará.”. (BECKER, 1997, p. 64-65). Além disso, a reserva está localizada no chamado arco do desmatamento.

A partir daí surgiram conflitos pela exploração do ouro nos garimpos das terras indígenas, pois, de um lado, os indígenas reivindicavam o aumento de sua reserva e, de outro, as empresas que exploravam o minério reivindicavam a diminuição das reservas para poderem exercer a atividade econômica nas áreas indígenas. Nas palavras de um deputado federal da época, veiculadas no jornal *O Liberal*, de 7 de agosto de 1985, pode-se perceber o descontentamento dos garimpeiros pelo constante aumento das demarcações: “em 1945, através de decreto estadual, os índios Gorotire-Caiapó tiveram sua reserva delimitada em 898 mil hectares. O traçado foi modificado em 1961, a área cresceu para 2.738,085. E, por fim, neste ano<sup>5</sup>, estabeleceram-se 3.239.000 hectares.”.

A pressão que os povos indígenas sofrem para continuarem donos das reservas é muito grande. É preciso manter postos de vigilância constantes e também a construção de novas pequenas aldeias, a fim de garantir a área sob relativo controle frente a todo tipo de interesse de exploração, seja por empresários em busca de lucros ou por trabalhadores em busca da sobrevivência, visto que é corrente

---

<sup>5</sup> 1985.



a invasão de terras indígenas por pessoas pobres que se aventuram nos garimpos; ou pela pressão de empresários que procuram terras baratas, argumentando que tornarão produtivas as terras indígenas “ociosas”, de madeireiros que exploram madeiras em terras indígenas, ou mesmo de posseiros que entram em terras que julgam abandonadas [...] Há também terras indígenas submetidas à ação de projetos de assentamento de colonos, estradas, ferrovias e linhas de transmissão, inundações por represas de hidrelétricas e ainda a contaminação de rios por mercúrio proveniente de garimpos, agrotóxicos e outros elementos que comprometem a sobrevivência física e cultural dos grupos. (LOUREIRO, 2009, p. 130-131).

Nesse interim, os Gorotire foram sendo inseridos no processo de exploração da região, pois, suas terras foram sendo objeto de disputas dos diversos grupos de interesses comerciais, descritos acima, o que fez com que lideranças fizessem acordos, a fim de garantir que parte dos recursos provenientes da exploração do ouro e da madeira fossem revertidos em favor dos indígenas.

Em 1979, por motivo de briga entre Tutu e Kanhonk, os Gorotire se dividiram, e o grupo do coronel Pombo criou a aldeia Kikretum no rio Fresco. Esse cacique assinou contrato com empresa de garimpagem (LEA, 2012, p. 66), sem anuência da Funai, e permitiu que se explorasse ouro na terra indígena. O coronel Pombo, que era “Considerado o terror dos garimpeiros e madeireiros que se aventuravam na reserva indígena, juntou uma fortuna de US\$ 6 milhões, incluindo dois aviões e três fazendas”, além de casas em Tucumã, Redenção e Belém. O poder econômico do coronel e de seus familiares chegou ao ponto de manterem empregados brancos para fazerem os serviços domésticos.

Além do ouro, havia também a exploração de madeira nas reservas indígenas dos Mëbêngôkre. Nesse período, além de receberem porcentagem pela extração do ouro e da madeira, os Mëbêngôkre também aceitavam em troca a construção de casas de alvenaria, como no caso da aldeia Kôkraxmôro, toda em alvenaria, e aviões. O cacique Paulinho Payakã chegou a possuir dois aviões e o seu próprio piloto. Essa situação pode ser vista abaixo:

Os caiapós, uma das nações indígenas mais ricas do Brasil, são acusados no relatório da Polícia Federal de estarem faturando Cr\$ 2 milhões mensalmente com a exploração de garimpo e outros Cr\$ 20 milhões pela venda de madeira nobre, graças a contrato feito entre a madeireira Maginco, uma das maiores da Amazônia, com os caciques da aldeia Caiapó Kokraxmoro encabeçados pelo chefe Francisco Xavier Caiapó (JB, 1990, p. 15).

Conforme pudemos observar quando estivemos na aldeia Kikretum, em 2016, existe uma casa grande na aldeia que pertencia ao coronel Tutu Pombo Kayapó, que se destaca das demais casas que são em formato de palha, pois é toda em alvenaria. Ali o coronel viveu o

tempo do esplendor do ouro. Hoje, conforme observamos e pelos relatos ouvidos, a exploração de ouro ocorre de forma ilegal nos rios Fresco e Branco, com a concessão de alguns caciques que sucederam o coronel.

Quanto aos benefícios gerados pela exploração do ouro e de madeira das terras dos Gorotire, não temos informações mais precisas, mas pelas informações colhidas nos meios de informação citados e pelas informações que conseguimos de alguns informantes, apenas os caciques que controlavam a exploração é que auferiram vantagens, mas, por falta de administração dos recursos, em pouco tempo já não resultava muita coisa, principalmente após a morte de Tutu Pombo Kayapó, em 1992.

Pelo menos nas aldeias Gorotire que conhecemos e as pessoas que moram ou moravam nelas, não conseguimos ver nenhuma comprovação material que seja resultado de benefícios provenientes da exploração de tais riquezas. Inclusive a aldeia Kikretum, que é a aldeia do coronel Pombo, não se difere das demais, uma vez que a população vive em condições tais quais vivem os demais indígenas Gorotire.

As casas de alvenaria, predominantes na aldeia Kôkraxmôro, que foram construídas na época da exploração da madeira, que poderiam ser consideradas benefícios, estão em estado deplorável, e já há previsão de construção de outras casas na aldeia<sup>6</sup>, porque as de alvenaria estão caindo. No entanto, é possível que na época da exploração dos recursos das terras Gorotire, os indígenas tivessem assistência como atendimento médico, viagens em transporte próprio, como resultado da riqueza gerada, mas pelo que parece isso não foi o suficiente para se dizer que tiveram benefícios satisfatórios a ponto de justificar tamanha agressão ao meio ambiente e aos seus modos de vida.

## 5 Realidade atual das aldeias Mêbêngôkre/Gorotire

Hoje existem mais de 20 aldeias Gorotire, a maioria delas com populações com menos de 100 habitantes, chegando algumas a ter apenas membros diretos de uma família, fato que não era comum antes da pacificação, uma vez que as aldeias tinham pelo menos 1.000 habitantes, o que representava a capacidade de liderança do chefe, que por meio do seu poder de persuasão evitava que as aldeias se dividissem (TURNER, 1992). O quadro abaixo mostra a população de algumas aldeias Gorotire na atualidade.

---

<sup>6</sup> Tivemos a oportunidade de ver a equipe de uma construtora que esteve na aldeia no dia 22 de março de 2018, a fim de acertar os detalhes para a construção das casas.

Tabela 1: População de aldeias de São Félix do Xingu

<b>Localidade</b>	<b>População</b>
Kôkraxmôro	348
Ricaro	74
Kawatire	72
Pykararankre	125
Apexti	87
Kikretum	469
Ngômeiti	66
Mojkàràkô	440
Krimejnu	43
Kremajti	55
Kratykrere	42
Ngôjamoroti	45
Tepdjoti	83
Kruwanhongô	58
<b>Total</b>	<b>2.007</b>

Fonte: Funai (2012); Siasi/Sesai (2016).

O modo de vida tradicional varia de uma aldeia para outra, mas em geral muito já se perdeu após o contato com o branco e a adoção de hábitos antes peculiares a este. O estilo de vida nômade deu lugar ao sedentarismo, como pode ser observado nas palavras de Turner (1992, p. 323), segundo o qual “as aldeias Kayapó antes da pacificação tendiam a mudar-se regularmente a cada período de dois a cinco anos. Uma mesma comunidade podia ter até uma dúzia de locais de aldeamento, e ocupar a maioria deles ao longo de um período de vinte anos.”.

Atividades tradicionais como a caça e a pesca, por exemplo, ainda sobrevivem em concorrência com o consumo de alimentos industrializados de toda ordem. A respeito do consumo de alimentos industrializados pelos Mëbêngôkre, na tese de Costa (2015, p. 22), há a menção a essa mudança:

Atualmente, o consumo de alimentos industrializados e o intenso consumo de açúcar têm gerado sérios problemas à saúde dos Xikrín do Cateté<sup>7</sup>, como os inúmeros casos de pessoas com diabetes. Há necessidade urgente de realização de campanhas educativas que esclareçam sobre o consumo de alimentos industrializados e o perigo que podem causar à sua saúde.

Quando estávamos na aldeia Kôkraxmôro, em março de 2018, tivemos a oportunidade de acompanhar um ritual de caça ao porco do mato. No dia 21 de março de 2018, pedi para um velho da aldeia me levar para pescar no rio Xingu. No final da tarde, saímos em direção esquerda da aldeia, acompanhados de outro indígena em outra rabeta. Logo após pescar o primeiro peixe, o homem avistou uma manada de porcos-do-mato e, ao avisar a aldeia do acontecido, uma “procissão” de rabetas e voadeiras, com muitos guerreiros, foram nos ajudar a cercar os animais.

O mais impressionante é que o abate de porco-do-mato na água foi um ritual e uma festa, a aldeia inteira veio acompanhar o desfecho do abate. Colocamos os animais nas canoas e os levamos para a beira do rio, e rapidamente os homens prepararam-nos. A caça foi dividida para algumas famílias, de modo que à noite mesmo eles já estavam comendo, haja vista ser uma caça muito apreciada.

Algumas mudanças que estão ocorrendo podem ser consideradas vantajosas, como a implantação de escolas nas aldeias, ainda que em condições precárias muitas das vezes, mas que possibilitam aos jovens acesso ao sistema educacional. No ano de 2018, já estava prevista a implantação do ensino médio na aldeia Kôkraxmôro e já há sinalização de implantação de uma escola na aldeia Moxkàràkô.

A presença do posto de saúde da Sesai nas aldeias pode ser considerado um ponto positivo, pois os indígenas dispõem de tratamento *in loco* e, quando o tratamento exige atenção maior, eles são levados em voadeiras e aviões para a cidade para serem atendidos nas casas de apoio nas cidades de Redenção, São Félix do Xingu e Tucumã. Na aldeia Kôkraxmôro, a enfermaria da Sesai foi recém-construída e está em ótimo estado de conservação.

A consolidação dos contatos permanentes com a sociedade nacional está produzindo uma vida cada vez mais sedentária. A construção de uma farmácia e de uma escola na aldeia, com paredes de tijolos e piso de cimento, é um dos impedimentos de mudanças frequentes na localização das aldeias. A existência de uma pista de pouso é outro impedimento (LEA, 2012, p. 44).

---

<sup>7</sup> Embora na citação a referência seja feita aos Xikrin, a informação é válida para os Kayapó.

Em relação aos rituais, dá para verificar que já não são praticados como no passado, embora ainda sejam conservados alguns. As danças são as manifestações mais vistas nas aldeias e quando se apresentam nas cidades. No município de São Félix do Xingu, há seis anos, vem sendo realizada, no mês de abril, a semana dos povos indígenas, em que se concentra na cidade ou nas aldeias Kokraxmôro e Moxkàràkô um número grande de indígenas vindos das aldeias Mëbêngôkre/Gorotire e de outras aldeias Mëbêngôkre, além de muitas outras etnias do Brasil.

Nessa festa dá para ver que se juntam tradição e modernidade, pois, durante os dias em que ocorre, os indígenas realizam atividades que fazem parte dos seus modos tradicionais de vida, tais como dança, manifestações de ritual de preparação para guerra, arco e flecha e pinturas, ao mesmo tempo que vendem os produtos, resultado de seus trabalhos, tais como pulseiras de miçangas e pinturas. A venda desses produtos, assim como a participação das meninas em desfiles de beleza e jogos valendo prêmios, são mostras de que os tempos são outros.

Mas ainda é possível se vê atividades culturais e econômicas tradicionais nas aldeias. Uma dessas atividades é a colheita da castanha, que é praticada há anos pelos indígenas e que ainda permanece bastante presente. Nos meses da colheita, de dezembro a março, as famílias constroem aldeias provisórias nas proximidades dos castanhais e se mudam para lá. Quando estivemos em dezembro de 2018 na aldeia Moxkàràkô, percebemos que a aldeia fica deserta, porque a maioria das famílias se muda para os castanhais e só retorna ao término da safra.

Essa nova configuração nos hábitos e costumes dos Mëbêngôkre/Gorotire faz parte do processo de mudanças por quais passam as sociedades indígenas, cada vez mais adotando os modos de vida da sociedade branca. Inclusive, muitos indígenas adotam nomes de brancos, a ponto de se apresentarem com esse nome, o que parece ser mais um reflexo da adoção dos costumes da sociedade nacional.

## 6 Conclusão

Pelo que se pode perceber, a vinda dos Mëbêngôkre para o Norte do Brasil permitiu que esses se preservassem do ataque infligido pelos colonizadores. Por conta disso, conseguiram se manter em relativo isolamento até 1800, quando foram contactados na margem esquerda do rio Araguaia. A descoberta do ouro nos anos 1980 e também a exploração da madeira fariam com que o afluxo de pessoas interessadas em explorar o minério entrasse em suas terras, o que provocou uma tensão permanente, desde então, entre os Mëbêngôkre e garimpeiros, madeireiros e demais invasores.

Apesar de a reserva Gorotire ser considerada grande aos olhos do capital econômico, se considerarmos que o modo de vida indígena requer que eles detenham a posse de grande extensão de terra para poderem preservar a manutenção de espécies animais e vegetais, que são essenciais para que possam manter sua subsistência, essa área acaba sendo bem menor do que deveria realmente ser.

Consideramos que, se não forem tomadas medidas para frear o ataque que as terras indígenas da reserva Gorotire vêm sofrendo, é possível que, em um futuro não muito distante, não existam indígenas vivendo em aldeias, pois esses, como já vem acontecendo, podem cada vez mais abandonar as suas terras e passar a residir em áreas urbanas dos municípios onde estão localizadas as aldeias.

É possível constatar uma realidade que já está em estágio bem avançado, que é a troca da língua nativa dos Gorotire pelo português, pois o frequente contato com a sociedade envolvente vem fazendo com que esses tenham interesse em aprender esta língua para estabelecerem relações com os não índios. Até mesmo a permanência de pessoas falantes de português nas aldeias contribui para isso. Se essa situação continuar, é provável que, em poucos anos, o percentual de falantes de Mëbêngôkre seja bem reduzido, em vista do que já aconteceu com outros povos, como o Parkatejê, do qual apenas uma pequena parcela da população fala a língua nativa.

## Referências

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 5 ed. São Paulo: Ática. 1997.

CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CEDI. **Povos indígenas no Brasil**. Belém: O Liberal, 1985. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Povos indígenas no Brasil**. São Paulo: JB/nº 122, 18/12/1990, p. 15. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

COSTA, Lucivaldo Silva. **Uma descrição gramatical da língua Xikrín do Cateté (família Jê, tronco Macro-Jê)**. 2015. 358 p. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília: Brasília, 2015.



FUNASA. 2011. **Terra indígena Kayapó.** Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Terra\\_Ind%C3%ADgena\\_Kayap%C3%B3#cite\\_note-isa408-2](https://pt.wikipedia.org/wiki/Terra_Ind%C3%ADgena_Kayap%C3%B3#cite_note-isa408-2)>. Acesso em: 7 mai. 2018.

LEA, Vanessa R. **Riquezas intangíveis de pessoas partíveis: os Mëbêngôkre (Kayapó) do Brasil Central.** São Paulo: EDUSP, 2012.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento.** São Paulo: Empório do livro, 2009.

TURNER, Terence. **Da cosmologia à história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó.** Cadernos de campo – n. 1, 1991.

\_\_\_\_\_. Os Mëbêngôkre Kayapó: história e mudança social. *In:* CUNHA, Manuela C. (org.). **História dos índios no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

UFPA. **Projeto de criação e implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).** Gráfica: Belém, 2011. Disponível em: <[www.ufpa.br/campusmaraba/index/cache/.../UNIFESSPA\\_2011.pdf](http://www.ufpa.br/campusmaraba/index/cache/.../UNIFESSPA_2011.pdf)>. Acesso em: 31 ago. 2012.

## ANEXOS

Foto 1 – Aldeia Kôkraxmôro no rio Xingu



Fonte: Próprio autor.

Foto – Aldeia Moxkàràkô no rio Riozinho



Fonte: Próprio autor.



---

**RESENHA**

REBELLO, F. K.; HOMMA, A. K. O. **História da colonização do nordeste paraense: Uma reflexão para o futuro da Amazônia.** Belém: Edufra, 2017.

Livio Sergio Dias **CLAUDINO**<sup>1</sup>

O instigante livro de Fabrício Khoury Rebello e Alfredo Kingo Oyama Homma, lançado em 2017 pela Edufra, trata do importante tema “História da colonização do nordeste paraense: Uma reflexão para o futuro da Amazônia”. Com uma escrita agradável e repleta de fontes primárias, como arquivos de notícias, registros fotográficos, jornais, entre outros, os pesquisadores nos levam em uma viagem pelos fatos e acontecimentos mais marcantes da história desde o início da colonização por europeus na região.

É uma leitura recomendada para pesquisadores e estudantes de diversas áreas, seja economia, história ou sociologia, bem como quaisquer outras pessoas que possam ter interesse em conhecer melhor a história regional do nordeste paraense. Apesar dos capítulos breves e com fartas imagens, traz conteúdos relativamente aprofundados, podendo servir também para introdução ao tema.

Em sua capa, da primeira edição, traz imagens que mesclam registros históricos e atuais, incluindo cenas de açaí, dendê, processamento frigorífico, e também locomotiva e igreja, dando a ideia de que não se trata apenas de registrar o passado, mas indicar também sobre o presente e as perspectivas para os próximos anos. O documento é prefaciado pela pesquisadora Ima Célia Guimarães Vieira e está dividido em 1 apresentação e mais 6 capítulos, e ainda 1 apêndice (representatividade dos municípios paraenses em relação à área, população e indicador de desenvolvimento) e 1 anexo (discurso do diretor do Banco da Borracha, em 1943).

Já na apresentação os autores relembram que a história oficial da Amazônia é sempre marcada pelas narrativas relacionadas aos sucessivos ciclos econômicos, sendo comum destacar o das drogas do sertão, da borracha, da mineração, entre outros, tendo quase sempre um ponto comum: as desigualdades, tanto internamente, nos municípios, quanto pensada comparando-se municípios. Assim, nota-se que, às vezes, a unidade territorial pode apresentar Produto Interno Bruto (PIB) elevado, mas ter baixos índices de emprego e renda, já que boa parte dos empreendimentos marcantes são grandes projetos que não beneficiam as populações locais de

---

<sup>1</sup> Docente na Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Desenvolvimento Rural. *E-mail:* livio.claudino@gmail.com.

maneira mais direta, como, por exemplo, citam os autores, Barcarena, Parauapebas e Tucuruí. Assim sendo, o nordeste paraense, reforçam os autores, mesmo sendo uma das primeiras frentes de colonização e importante centro de abastecimento, e tendo concentrado uma série de investimentos públicos e privados, não foi capaz de ter seu desenvolvimento alavancado, de modo a beneficiar as condições de vida do conjunto das populações.

Já no primeiro capítulo, o destaque é para a borracha como o produto que colocou a Amazônia como protagonista da história da humanidade. Dado aos fatores que, impulsionados pelas descobertas científicas, levaram aos diferentes usos da borracha, na guerra, comunicação e transporte, realmente o curso dos acontecimentos foi fortemente influenciado pela seiva extraída das plantas na floresta tropical. Além de todo o impacto internacional, na região, o ciclo provocou importantes mudanças, destacando-se a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1867-1912), projeto americano que tinha por finalidade escoamento da produção de borracha amazônica. O modelo fordista, já experimentado em outros locais, foi sendo implantado no sistema de produção de borracha, apresentando alguns limites, mas sendo bastante eficiente para os propósitos daquele momento. Após o *boom* e a queda da importância do produto brasileiro, frente aos já bem documentados plantios feitos na Malásia e Ceilão, o produto ganhou um novo fôlego com a Segunda Guerra Mundial, mas não como antes. Para os autores, a experiência deixou um aprendizado sobre a dependência de uma economia extrativista e seu colapso em termos de economia regional.

No segundo capítulo, a atenção se volta para as narrativas dos primeiros momentos da colonização, que os autores chamam de “Gênese do processo de colonização”. As primeiras incursões registradas se deram por necessidades de comunicação entre as províncias do Grão Pará e Maranhão, por volta de 1616. A rota foi pouco utilizada, mas deixou evidente que havia possibilidade de se constituir em território profícuo para o abastecimento das cidades. Segundo relatos, a iniciativa de colonização da região bragantina se deu mesmo na segunda metade do século 19. O primeiro passo seria constituir a trafegabilidade, com finalidade principal, pelos idos de 1850 em diante, de estabelecer colonização para ocupação permanente e fornecimento de alimentos, exploração das riquezas naturais e marcação dos espaços. Os primeiros colonos chegam já em 1875. Ainda nesse capítulo, salta-se para o período pós anos 1950, época de investimentos tanto na ocupação quanto na agricultura de maneira geral. Os autores relatam o crescimento populacional e o crescente número de epidemias, assim como as dificuldades para se encontrar trabalhadores, sendo muito oneroso consegui-los e mantê-los. Vários problemas na agricultura foram ocasionados pela falta de conhecimentos adaptados para a região, bem como ao baixo índice de profissionalização, e mesmo de alfabetismo. Vale destacar que se trata do

*MARGENS - Revista Interdisciplinar*  
Versão Digital – ISSN: 1982-5374

*Dossiê: Desenvolvimento Territorial no Brasil*  
VOL. 13. N. 20. Jun 2019. (p. 144-148)

período conhecido como revolução verde, que ocasionou a ampliação do uso de máquinas e produtos sintéticos na agricultura.

O capítulo terceiro é destinado à descrição histórica da “Colonização ao longo da Estrada de Ferro de Bragança”. Diversos documentos escritos e imagens são apresentados de modo a demonstrar a importância socioeconômica e cultural tanto do período de construção da estrada quanto das mudanças perenes após a implantação da mesma. Destaca-se o potencial econômico, de mobilização de trabalhadores e a própria configuração territorial. Tendo sido o primeiro trecho inaugurado em 1884, a linha ferroviária, em pouco tempo, já tinha dificuldades de se manter economicamente, gerando déficit e não lucro. Apesar disso, os autores destacam que foram nos locais onde eram as paradas dos trens que surgiram vilas, que se tornaram cidades. Na página 56 do livro há uma tabela que mostra quais foram essas cidades, indicando também qual a distância percorrida entre a partida e tal parada. Essas paradas foram importantes por fomentarem o comércio de produtos locais, especialmente agropecuários e extrativos, e o fluxo de pessoas e mercadorias, movimentando socialmente a região no entorno.

No capítulo quatro, a atenção se volta para as rodovias. Essas, que começaram já por meados do século 20, provocaram grandes transformações regionais. O destaque na parte inicial do capítulo recai sobre os processos formais de constituição da Caravana Norte, que compunham a comitiva que saía de Belém em direção a Brasília, no contexto de criação do Distrito Federal. O início das movimentações ocorreu no final dos anos 1950. A partir dos anos 1960 começam as obras de construção da rodovia Belém-Brasília, no âmbito da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), configurando o projeto de integração da Amazônia às outras regiões do país. Os autores destacam também a rodovia Belém-São Luís (BR-316) estabelecendo conexões por terra para o Nordeste brasileiro na década de 1970. Segundo os autores, houve um intenso movimento migratório na época, com a chegada de cerca de 500 mil pessoas que passaram a viver na região em decorrência da abertura rodoviária. Tanto grandes projetos foram atraídos quanto agricultores de todos os tipos, desde camponeses até grandes fazendeiros, vindo a intensificar a produção agropecuária regional. Apesar da movimentação, diversos erros nesses primeiros momentos de estruturação, como a “falta de planejamento estratégico empresarial que, somado aos problemas da condução das políticas públicas, vai redundar no insucesso do desenvolvimento do Nordeste Paraense” (p.100).

O capítulo cinco apresenta “A história da Agricultura no Nordeste Paraense”, trazendo inúmeras imagens que permitem visualizar as transformações ocorridas. Depois de apresentar



brevemente os principais acontecimentos a nível macrorregional e de reiterar a importância dos ciclos econômicos dos produtos agroextrativistas e minerais, os autores se debruçam sobre os movimentos de colonização, que foram beneficiados pelas aberturas fluviais, ferroviárias e rodoviárias, apresentadas nos capítulos anteriores. Aos poucos são apresentados os principais produtos, como a farinha, a criação de gado, a pimenta-do-reino, a malva, indicando as datas em que aparecem registros de cultivo de cada um dos gêneros destacados. Como recurso didático, os autores, na página 115, expõem uma figura com a linha do tempo da agricultura no Nordeste Paraense, indo de 1616 até 2010. Na última parte do capítulo, há um panorama da agricultura contemporânea, depois dos anos 1990, com destaque para as frutíferas (como laranja, maracujá e frutas regionais), indicando a relevância das políticas públicas de incentivo à ciência e tecnologia. As análises chegam até o momento de expansão da cultura do dendê (palma de óleo), que passou a receber e atrair muitos investimentos nacionais e estrangeiros. Novamente, como recurso sintético, os autores apresentam uma figura com uma matriz SWOT da produção do dendê, indicando as possibilidades e desafios para a perenidade dos projetos com a palmeira.

E, para finalizar o livro, o último capítulo discute o futuro do nordeste paraense. Partindo de uma breve narrativa com o Mito de Midas, que por uma maldição passou a transformar em ouro tudo o que tocava, nos é apresentada a “maldição dos recursos naturais” que, segundo os autores, pode ser comparada ao modo como a Amazônia, de uma maneira geral, foi apresentada desde o início da colonização, como suntuosa e cheia de recursos a serem explorados. O complexo e o paradoxo de Midas, quando utilizado para explicar as situações de planejamento e usos da Amazônia, podem remontar aos sucessivos governos que sempre viram a abundância como grandes possibilidades de riquezas, mas essas não representam melhorias para as populações locais e muito menos na constituição de projetos de longo prazo. Os indicadores socioeconômicos como acesso a serviços públicos de energia, crédito, assistência técnica e extensão rural, quando comparados aos de outras regiões brasileiras, são retomados pelos autores para enfatizar como a fartura de recursos naturais não significou maiores indicadores de desenvolvimento e de investimentos públicos ou privados. Como perspectivas, os autores apontam que os projetos como o das empresas de dendê representam uma singular possibilidade de desenvolvimento, uma vez que são construídos para o longo prazo, criando possibilidades de enraizamento institucional de arranjos produtivos locais, não apenas de dendê, mas de outras atividades agropecuárias ou não. Enfatizam a necessidade de romper com o paradigma do desenvolvimento endógeno, superando a fase da extração, dinamizando a economia com ações de desenvolvimento rural com políticas mais agressivas de incentivo à

produção para exportação e substituição de importações nas indústrias de alimentos, calçados, agropecuária, vestuário e turismo, além das já consolidadas em grandes centros, pela capacidade de gerar empregos e promover desenvolvimento regional.

Concluindo com esse espírito crítico, porém otimista, os autores conseguem destacar que a história do Nordeste Paraense foi repleta de tentativas de promover sua integração, seu desenvolvimento, para elevação dos padrões de vida e bem-estar das populações, mas que sempre esbarraram em dificuldades de planejamento e execução. O olhar sempre externo, a visão mitológica do Eldorado, que nunca foi superada, como destacado também na obra organizada por Bolle, Castro e Vejmelka (2010)<sup>2</sup>, são apontadas no texto como paradigmas a serem vencidos. A contribuição do livro, para além de narrar e reunir fatos históricos, é possibilitar o vislumbre das transformações a partir dos erros já cometidos. Inclusive, diversos trabalhos recentes têm avaliado os impactos positivos e negativos da expansão do dendê, indicando que há dinamização da economia, mas, tendendo à concentração, por outro lado, tem provocado mudanças na organização do trabalho e da produção na agricultura familiar, com dependência dos mesmos aos contratos com as empresas, influenciando negativamente a segurança alimentar.

---

<sup>2</sup> BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel. **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010.